

**MUNICÍPIO DE POMBAL****ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE POMBAL**
Nº 00037/AM/25, de 22-12/2025

Aos vinte e dois dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e cinco, nesta Cidade de Pombal, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho, pelas dezassete horas, teve lugar a sessão extraordinária da Assembleia Municipal, estando presentes, João Manuel Carreira da Conceição Coucelo, João Paulo Antunes dos Santos, Ana Maria Ferreira Pereira Duarte Cabral, Maria Ofélia Fernandes dos Santos Moleiro, Pedro Navega Ferreira, Catarina Pascoal da Silva, Pedro Daniel Jordão Ferraz, José Alves Grilo Gonçalves, Tiago Bento Marques, Filipa Alexandra Ramos Portela, José Eduardo Correia de Sousa, Andreia Sofia Pinheiro Marques, Eusébio Gonçalves Rodrigues, Fernando Rodrigues Matias, Maria Luzia Pereira Ferreira Domingues, Manuel Gonçalves dos Santos, Rui Jorge Mendes Pinhão, Carla Mariza Marques Guerra Fernandes Pereira, Rodrigo Cordeiro Malaca Escapa, Hugo João Sintra da Silva, Liliana Raquel Marques Oliveira, Celso Ricardo Ferreira Mendes, Fernando Manuel da Costa Neves, Humberto Margarido Lopes, Ricardo Manuel Marques Grilo, Sandra Cardoso Mendes, Alexandre Duarte Silva, Célio Martins Dias, Nelson Fernandes Matias, Ricardo João Gonçalves Simões, Carla Teresa Ferreira da Mota Longo, Eduardo Jorge Gomes Cacho, Guilherme Manuel Gameiro Domingues, Isabel da Encarnação Costa, Daniel de Brito Ferreira e Rogério da Conceição Santos, a fim de apreciar os assuntos constantes da ordem de trabalhos:

Ponto 1 - Período antes da ordem do dia:

Ponto 1.1. Leitura, discussão e votação das atas das seguintes sessões:

1.1.1. Sessão extraordinária de 31/10/2025; e

1.1.2. Sessão extraordinária de 14/11/2025

Ponto 1.2. Leitura / resumo do expediente recebido e cumprimento de formalidades legais;

Ponto 1.3. Intervenções na generalidade;

Ponto 2 - Período da ordem do dia:

Ponto 2.1. Leitura e discussão da informação do Presidente da Câmara;

Ponto 2.2. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre Orçamento Municipal para o ano de 2026 e Plano Orçamental Plurianual 2026/2030;

Ponto 2.3. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre as Grandes Opções do Plano para o quinquénio 2026/2030;



MUNICÍPIO DE POMBAL

Ponto 2.4. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre pedido de autorização prévia à Assembleia Municipal para a assunção de compromissos Plurianuais, no ano económico de 2026, nos termos do artigo 12º do Decreto-Lei 127/2012, de 21 de junho;

Ponto 2.5. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre o Mapa de Pessoal para o ano 2026;

Ponto 2.6. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre o Reequilíbrio financeiro, extraordinário, dos autos de transferência de competências e de recursos, para as Freguesias;

Ponto 2.7. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre a fixação de taxa de Imposto Municipal sobre Imóveis, relativa ao ano de 2025;

Ponto 2.8. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre a redução fixa do Imposto Municipal sobre Imóveis, relativa ao ano de 2025, em benefício dos sujeitos passivos com dependentes a cargo;

Ponto 2.9. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre a prédios urbanos construídos, ampliados, melhorados ou adquiridos a título oneroso, destinados a habitação; Prorrogação, por mais dois anos, do período de isenção de IMI;

Ponto 2.10. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre a fixação da percentagem da majoração da taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis aplicável a prédios urbanos degradados, relativamente ao ano de 2025;

Ponto 2.11. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre a Fixação da percentagem da majoração da taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis aplicável a prédios rústicos em situação de abandono, relativamente ao ano de 2025;

Ponto 2.12. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre o Lançamento da derrama sobre o lucro tributável sobre o IRC do período de 2025, a cobrar no ano de 2026;

Ponto 2.13. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre a Repartição de recursos públicos entre o estado e o Município de Pombal; Participação variável no IRS;

Ponto 2.14. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre o Estabelecimento da taxa municipal de direitos de passagem a vigorar no ano de 2026;

Ponto 2.15. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre o Projeto de Operação de Reabilitação Urbana Sistemática para a Área de Reabilitação Urbana (ARU) de Vermoil;



MUNICÍPIO DE POMBAL

Ponto 2.16. Apresentação da proposta da Câmara sobre a Informação semestral do Auditor Externo relativo ao 1º semestre de 2025 - Para conhecimento;

Ponto 2.17. Apresentação do Relatório de execução orçamental da PMUGest, E.M. – 2.º trimestre 2025 - Para conhecimento;

Ponto 2.18. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre a Freguesia de Carnide – Apoio para ampliação do cemitério de Carnide – PIRIF;

Ponto 2.19. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre a Freguesia de Santiago de Litém – Apoio para construção de passeios – PIRIF;

Ponto 2.20. Listagem de apoios atribuídos às Juntas de Freguesia para cumprimento do n.º 4 do artigo 7.º do Regulamento de Atribuição de Apoios às Freguesias - Para Conhecimento.

Presidiu a esta sessão, João Manuel Carreira da Conceição Coucelo, tendo sido primeira-secretária Ana Maria Ferreira Pereira Duarte Cabral, e segunda-secretária, Andreia Sofia Pinheiro Marques.

Nesta altura informou ter recebido os seguintes pedidos de substituição:

Do Partido Social Democrata:

- De Elisabete Gameiro João, tendo sido substituída por Tiago Bento Marques;

Do Pombal Independentes:

- De António Mendes dos Santos Moderno, tendo sido substituído por Hugo João Sintra da Silva.

Faltaram à sessão os Presidentes de Junta Sofia Gonçalves e João Pimpão.

O Sr. Deputado João Carlos Pimpão dos Santos comunicou, que por motivos laborais de última hora, não poderia estar presente na sessão.

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Estando composta a mesa, vamos proceder de imediato à chamada.

Confirmada a presença da maioria dos Senhores deputados municipais queria-vos comunicar que deu entrada na mesa uma nota de pesar que eu vou pôr à consideração de todos os presentes e que diz o seguinte:

“A Assembleia Municipal de Pombal manifesta o seu profundo pesar pelo falecimento de Carlos Alberto Ferreira da Silva, cidadão empenhado e dedicado à causa pública e que exerceu ao longo de vários mandatos as funções de secretário da mesa da Assembleia Municipal de Pomba. O seu percurso ficou marcado pelo sentido de responsabilidade, pela lealdade às instituições democráticas e pelo contributo relevante para o regular funcionamento dos trabalhos da Assembleia Municipal, granjeando o respeito e a consideração de eleitos, funcionários e de quantos com ele privaram.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Neste momento de tristeza e consternação, a Assembleia Municipal de Pombal endereça à família, amigos e a todos os que lhe eram próximos, as mais sentidas condolências, associando-se à dor pela sua perda e prestando justa homenagem à sua memória e ao serviço prestado à comunidade pombalense.

Pombal, 22 de dezembro de 2025.”

Eu proponho que façamos um minuto de silêncio em memória do Carlos Silva.”

(minuto de silêncio)

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, continuou a sua intervenção, nos seguintes termos:

“Pedindo desculpa pelo meu atraso, eu quero apresentar os meus cumprimentos a todos os membros da vereação, na pessoa do Senhor Presidente da Câmara, cumprimentar todos os membros da Assembleia Municipal e funcionários desta Câmara Municipal, incluindo os da assessoria à nossa Assembleia, o público aqui presente na sala e aqueles que nos acompanham em casa, bem como a comunicação social.

Muito boa tarde a todos, desde já os meus melhores votos de um feliz Natal e um bom ano de 2026 para todos vós e respetivas famílias.

Eu quero assinalar nesta data a eleição do nosso Presidente da Câmara, o Dr. Pedro Pimpão, para Presidente do Conselho Diretivo na Associação Nacional de Municípios Portugueses, eleito no congresso de 13 e 14 de dezembro, realizado em Viana do Castelo.

Esta eleição é, não só, uma distinção pessoal, mas também uma nomeação que prestigia e dá mais visibilidade ao concelho de Pombal. Eu faço votos para que este cargo de elevada responsabilidade, em representação de todos os Municípios portugueses – estou certo que não prejudicará a ação governativa local – e que consiga levar a cabo junto do Governo, com sucesso, o conjunto de reivindicações presentes no documento “Resoluções Gerais do Congresso”, onde estão plasmadas as principais preocupações e anseios dos Municípios, que vão do novo estatuto dos eleitos locais à revisão da lei das finanças locais, à descentralização de competências e seu financiamento às políticas de habitação, e por aí adiante.

Como todos sabem, a Associação Nacional de Municípios é um órgão plural, em que as opiniões partidárias são objeto de decisões consensuais, para bem dos Municípios de todo o país.

Parabéns, Sr. Presidente.”

Ponto n.º 1 Período de antes da ordem do dia.

Ponto 1.1. Leitura, discussão e votação das atas das seguintes sessões:

1.1.1. Sessão extraordinária de 31/10/2025; e

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Ponto n.º 1.1, Leitura, discussão e votação das atas das sessões do dia 31 de outubro, e a sessão extraordinária de 14 de novembro de 2025.

Eu dispenso-me de ler as atas, penso que todos estiveram na posse destas atas. Elas serão votadas, a sessão extraordinária de 31 de outubro, apenas por aqueles que aí estiveram presentes, como é óbvio.



MUNICÍPIO DE POMBAL

E passo desde já a pôr à vossa consideração, se alguém se quer pronunciar sobre a ata da sessão extraordinária de 31 de outubro, se tem algum comentário a fazer sobre esta mesma ata, de tomada de posse.

Não sendo assim, ponho desde já à votação esta ata. Quem vota contra? Quem se abstém? A ata é aprovada por unanimidade.

Eu estava a tentar perceber se dentro das pessoas que estão aqui nesta sala, houve pessoas que não estiveram presentes nesta ata. E, portanto, não poderão votar, naturalmente, esta ata.”

Participaram na votação os seguintes membros: Liliana Oliveira, Manuel Santos, Rui Pinhão, Carla Mariza Pereira, Rodrigo Escapa, João Coucelo, João Santos, Maria Ofélia Moleiro, Pedro Navega Ferreira, Catarina Silva, Pedro Ferraz, José Grilo Gonçalves, José Sousa, Andreia Marques, Eusébio Rodrigues, Fernando Matias, Maria Luzia Domingues, Celso Mendes, Fernando Neves, Humberto Lopes, Sandra Mendes, Alexandre Silva, Célio Dias, Nelson Matias, Ricardo Simões, Carla Longo, Eduardo Cacho, Guilherme Domingues, Isabel Costa, Daniel Ferreira e Rogério Santos.

Colocada a ata de 31 de outubro a votação foi a mesma aprovada, por unanimidade dos presentes.

Nesta altura deu entrada na sessão a deputada Municipal Ana Maria Cabral.

1.1.2. Sessão extraordinária de 14/11/2025

Participaram na votação os seguintes membros: Hugo Silva, Liliana Oliveira, Manuel Santos, Rui Pinhão, Carla Mariza Pereira, Rodrigo Escapa, João Coucelo, João Santos, Ana Cabral, Maria Ofélia Moleiro, Pedro Navega Ferreira, Catarina Silva, Pedro Ferraz, José Grilo Gonçalves, José Sousa, Andreia Marques, Eusébio Rodrigues, Fernando Matias, Maria Luzia Domingues, Celso Mendes, Fernando Neves, Humberto Lopes, Sandra Mendes, Alexandre Silva, Célio Dias, Nelson Matias, Ricardo Simões, Carla Longo, Eduardo Cacho, Guilherme Domingues, Isabel Costa e Daniel Ferreira.

Colocada a ata de 14 de novembro a votação foi a mesma aprovada, por unanimidade dos presentes.

Ponto 1.2. Leitura / resumo do expediente recebido e cumprimento de formalidades legais;

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Relativamente a este assunto, eu queria dizer-vos que foi recebido, por parte da Sra. Deputada Liliana Santos, um pedido de esclarecimento que endereçou à Assembleia Municipal, cujo teor tem a ver com o funcionamento do canil municipal e com algumas práticas aí realizadas, com as



MUNICÍPIO DE POMBAL

quais ela não estará de acordo, ou suscita pelo menos um conjunto de esclarecimentos, que atempadamente foram enviados pelo Executivo Municipal e remetidos à deputada Liliana Santos. Também recebemos propostas do Partido Socialista relativamente ao Ponto n.º 2.3 da ordem de trabalhos, e ao Ponto n.º 2.13, também da nossa ordem de trabalhos, que, depois, o Partido Socialista, através de um dos seus elementos, apresentará nos referidos pontos.

E sobre esta matéria, eu queria informar os restantes membros da Assembleia Municipal, porque foi o Partido Socialista informado que estas propostas, uma vez que constam da ordem de trabalhos que vos foi enviada, serão analisadas dentro dos pontos da ordem de trabalhos a que dizem respeito.

Também houve uma comunicação por parte do Partido Socialista, relativamente à disponibilização de uma sala para reuniões na autarquia, e também sobre o cartão de membro da Assembleia Municipal. Eu tive oportunidade de, através dos serviços da Assembleia Municipal, responder, creio que em tempo útil, ao Partido Socialista, mencionando que será disponibilizada uma sala, sempre que o pretendam, e devem comunicar esse facto com quarenta e oito horas de antecedência aos serviços municipais, sendo definida a sala para as respetivas reuniões.

E, de igual forma, aproveito esta oportunidade para dizer a todos os membros da Assembleia Municipal que os serviços da Assembleia irão disponibilizar um cartão de membro da Assembleia Municipal, e para tal, precisamos que os membros da Assembleia enviem uma foto tipo passe para a Assembleia Municipal, para o e-mail da Assembleia Municipal, de forma que os serviços elaborem o cartão de membro da Assembleia.

O Partido Socialista também colocava a questão relativamente ao estacionamento. A resposta é: não havendo lugares disponíveis para todos os membros, não poderemos facultar estacionamento no estacionamento da Câmara Municipal de Pombal.

Portanto, é isso que tenho a dizer de substância nesta questão do expediente recebido.

Foi pedido pelo Executivo Municipal que o Ponto n.º 2.19 da ordem de trabalhos seja retirado. E, portanto, nós não iremos apreciar o Ponto n.º 2.19, que está na ordem de trabalhos desta Assembleia Municipal.

Sim, há uma razão especial, e eu peço ao Sr. Presidente, se quiser dar resumidamente a explicação, agradeço. Depois, com certeza que o fará.”

Ponto 1.3. Intervenções na generalidade;

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Espero que estejam cientes dos tempos para intervenção das diversas bancadas, de forma que possamos cumprir com rigor os tempos distribuídos para intervenção. Muito obrigado.”

De seguida, o **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** questionou quem pretendia usar da palavra, tendo-se inscrito:

Rui Pinhão (PS):

“Boa tarde, Sr. Presidente, na sua pessoa, quero cumprimentar todos os presentes e o público lá em casa.

Quero aproveitar também para desejar as boas festas a todos, e um 2026 pleno.

Relativamente àquilo que é a minha questão, foram constituídas comissões de acompanhamento à exploração de caulinos e de inertes. Gostava de saber qual é o resultado desses trabalhos, e qual tem sido o trabalho que tem sido desenvolvido pelo Executivo, no sentido de colocarmos aqui um



MUNICÍPIO DE POMBAL

travão ao pedido desmesurado nas Freguesias de Vila Cã, Santiago de Litém, Albergaria dos Doze e Pombal.”

Maria Ofélia Moleiro (PPD/PSD):

“Obrigada, Sr. Presidente. Cumprimento o Sr. Presidente, e na sua pessoa, a Mesa da Assembleia, o Sr. Presidente da Câmara, Sras. e Srs. Vereadores, todos os membros e colegas desta Assembleia Municipal, e aqueles que nos veem e que nos seguem através das redes sociais e dos meios digitais.

Em primeiro lugar, queria também, em nome da minha bancada – porque ainda não foi oportuno, não era oportuno nas sessões extraordinárias – felicitar o Sr. Presidente da Assembleia Municipal pela sua eleição, dizer-lhe que é uma honra para nós ser presididos por si, e dizer-lhe também, e comprometermo-nos que tudo faremos para que esta Assembleia seja digna, e o seu mandato seja um grande sucesso.

Mas, na sequência das suas palavras acerca da eleição do Presidente da Câmara para a Associação Nacional de Municípios, gostava só de dizer algumas palavras também, em nome da nossa Bancada do PSD. É que nestes últimos dias nós lemos, ouvimos, vimos tantas e tantas notícias de Pombal, em todos os órgãos de comunicação social – rádios, TV, jornais, imprensa escrita e oral, local, regional, nacional, em todo o lado – e isso foi um motivo de orgulho para todos nós, um grande orgulho, porque muitas vezes nos diziam que Pombal só aparece nas notícias porque há um homicídio, porque há violência doméstica, ou porque há um assalto. Não, desta vez foi por uma causa muito boa, foi porque o nosso Presidente da Câmara Municipal, Pedro Pimpão, foi eleito por unanimidade – por unanimidade, isto é muito importante, visto que é uma associação plural – para Presidente da Associação Nacional de Municípios Portugueses. É a maior associação de Municípios em Portugal, agrega trezentos e oito Municípios, que são os Municípios portugueses, e tem uma influência definitiva e determinante na legislação autárquica que é produzida, quer pelo Governo, quer pela Assembleia da República. Aliás, e como já aqui foi referido, pela voz reivindicativa de Pedro Pimpão, estão já em projeto alterações legislativas, como o Estatuto dos Autarcas, ou a Lei das Finanças Locais.

Felicitamos o Sr. Presidente Pedro Pimpão, e desejamos o maior sucesso no seu mandato.

Mas, porque esta também é a primeira reunião depois das eleições autárquicas, a primeira reunião em que nos encontramos com voz livre num PAOD – porque as outras não tinham PAOD – gostaria de fazer aqui um balanço, em poucas linhas, um balanço das últimas eleições autárquicas.

A partir de 1997, Pombal começou a escrever uma história diferente no seu desenvolvimento. Foi eleito Narciso Mota, pelo PSD, como Presidente da Câmara, foi reeleito sucessivamente, com maiorias absolutas, e no decorrer de vinte anos dos seus mandatos, transformou este concelho, com inúmeras obras em todos os setores da vida social e em todas as freguesias.

Seguiram-se, na mesma senda, Diogo Mateus e Pedro Pimpão, sempre com maiorias absolutas.

Durante este período, o PSD conseguiu também conquistar a maioria das Juntas de Freguesia. Também o PSD de Pombal tem conseguido ter um representante na Assembleia da República, com a eleição de um deputado. Foi Ercília Ribeiro da Silva, Rodrigues Marques, eu própria, Pedro Pimpão, e agora, atualmente, o nosso colega de bancada, João Antunes dos Santos, que eu felicito pelo brilhante exercício das suas funções.

Dizia, nestas eleições, durante este período eleitoral – pré-eleitoral e eleitoral – dizia a frágil Oposição Pombalense que o povo de Pombal, de todo o Concelho de Pombal, estava farto do PSD. As recentes eleições autárquicas, das quais nós todos emanámos, vieram demonstrar o contrário e contradizer esta Oposição. Os Pombalenses reforçaram a confiança nos candidatos



MUNICÍPIO DE POMBAL

do PSD, deram a maioria absoluta à Câmara Municipal, deram maioria absoluta às dezassete Juntas de Freguesia do nosso concelho, deram maioria absoluta a esta Assembleia Municipal. Em trinta e oito mandatos, nós somos trinta e dois, e seis da Oposição. E, cereja em cima do bolo, o Presidente da Câmara Municipal foi eleito, por unanimidade, Presidente da Associação de Municípios Portugueses.

Dir-se-ia que fizemos o pleno eleitoral, e que ficaríamos por aqui, contentes. Não, nós não nos acomodamos. O PSD tem muita fibra, tem muitos candidatos por todo o país, de grande energia, de grande vontade, de grandes ideais. E, portanto, é com humildade democrática, lealdade às instituições e responsabilidade que nos comprometemos perante os Pombalenses a continuar a trabalhar e a lutar, numa luta que não vai ter tréguas nunca, pelo nosso concelho e a melhoria de vida da sua população. Connosco, Pombal voará assim mais alto.

Muito obrigada, Sr. Presidente.”

Liliana Oliveira (Independente):

“Boa noite, Sr. Presidente, e cumprimento todos os restantes na pessoa do Sr. Presidente.

Eu pedi a palavra para reportar uma situação que me foi transmitida pela população Pombalense. Esta é uma situação de elevada gravidade, especialmente considerando o tempo decorrido desde o primeiro alerta, em 2022, e a proximidade das populações vulneráveis, como as crianças e alguns utentes da CERCIPOM que habitam ali perto daquela zona. Uma vez que o risco de derrocada é iminente e coloca em perigo a integridade física de quem circula na Rua do Lourical, do Bairro da Aguieira, Pombal, existem passos formais e urgentes que podem ser tomados para forçar uma intervenção.

Estamos a falar de um edifício, que eu fui ao local – não conhecia, foi-me reportada esta situação de um edifício que, pelo que consta, ardeu e está em degradação.

Eu fiz aqui algumas pesquisas do que é que poderá ser feito: o contacto com a Proteção Civil Municipal, se existe risco imediato de queda, a entidade correta para atuar no momento é a Proteção Civil, que pode solicitar uma inspeção urgente para que a zona seja pelo menos vedada, e o trânsito pedonal ou automóvel condicionado; pode contactar o Serviço Municipal de Proteção Civil de Pombal para exigir uma avaliação de risco no local; pedido de vistoria, ao abrigo da RJUE – Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, que permite que qualquer cidadão denuncie situações de falta de conservação e ameaça à segurança pública. Deve reforçar o pedido de vistoria administrativa, ao abrigo do art.º 89.º e 90.º da RJUE. Se a Câmara verificar perigo, pode intimar o proprietário a fazer obras, ou, em última instância, realizar uma execução coerciva – a Câmara faz a obra e cobra o valor aos donos.

Eu tenho aqui em meu poder os três e-mails – acho que não há necessidade de os estar a citar aqui, mas vou deixá-los na Mesa, com o Sr. Presidente da Assembleia, para ficarem em ata. Acho que não há necessidade de os mencionar aqui; é só mesmo para, depois, ficarem em ata.

E gostaria de saber se o Sr. Presidente tem alguma resposta para me dar em relação a isto, para eu poder dar alguma resposta à população em questão, que me fez chegar esta situação.

Obrigada.”

José Grilo Gonçalves (PPD/PSD):

“Sr. Presidente, cumprimento-o justamente, e a ilustre Mesa, restantes elementos, Sr. Presidente da Câmara, Dr. Pedro Pimpão, e os Srs. Vereadores, os meus colegas aqui todos presentes nesta Assembleia, e o público em geral que nos escuta por outros meios.

As minhas palavras hoje dirigem-se sobretudo àquilo que o Município tem feito pela saúde do nosso concelho.



MUNICÍPIO DE POMBAL

A Câmara Municipal de Pombal tem vindo a realizar investimentos significativos na área da saúde, focando-se maioritariamente na modernização e ampliação de infraestruturas dos cuidados de saúde primários e do apoio ao Hospital Distrital.

Principais investimentos e projetos, que passo a citar alguns só: ampliação e remodelação do Centro de Saúde de Pombal, com investimento total elegível superior a 1.200.000€. Prevê investir cerca de 10.000.000€ na construção de três novas unidades de saúde – três novos Centros de Saúde, que vão servir as populações da Redinha, Almagreira e Pelariga, outro Centro de Saúde que vai servir as populações de Meirinhas, Carnide e Vermoil, e ainda um outro, que vai servir S. Simão, Albergaria e Santiago. Contribuiu ainda o Município com mais de 200.000€ para apetrechamento da nova unidade de internamento do Hospital Distrital de Pombal. E soube dar – na minha opinião – soube dar uma utilização condigna ao hospital, quando se viu defraudado das funções que até então executava. Foi ajudar na implementação da unidade de convalescença na nossa terra. Realmente, esta unidade vai contribuir, de certeza, para a recuperação dos muitos pacientes, sobretudo aqueles pós-cirúrgicos e dos AVC's, e não só, também virado para a vertente social.

Garante ainda o Município cerca de 5.400.000€ do PRR para investimento na área da saúde. Assim esperamos.

Não menos importante do que a construção destas unidades, e ainda na área da saúde, é o saneamento básico, credencial para a saúde pública, que também tem sido alvo de investimento, como a construção da rede do Palão, num valor de cerca de 140.000€.

Em julho de 2023 – era Presidente da Câmara Municipal de Pombal o atual Presidente, que foi reeleito – em julho de 2023, a Câmara Municipal de Pombal, presidida então por Pedro Pimpão, aprovou a assunção das competências na área da saúde, delegadas pelo Governo, permitindo um papel mais ativo na definição das políticas locais e gestão de infraestruturas.

A Câmara também promove a saúde e o bem-estar das pessoas através de projetos, como a estratégia municipal para o envelhecimento ativo, e ainda o Programa “Like Saúde”, que ressalvo os seguintes pontos deste programa: prevenção de comportamentos de risco, promoção de saúde e bem-estar no meio escolar, capacidade de intervenção, capacitando professores e técnicos que trabalham diretamente com os jovens, dando-lhes as ferramentas necessárias para uma educação completa dos nossos filhos e descendentes. O Programa “Like Saúde” é implementado através de diversas ações nas escolas, sessões de sensibilização e guias pedagógicos, eventos como a Mostra do Projeto “Like Saúde”, para divulgar o trabalho realizado e envolver a comunidade. Faz-se o trabalho e apresentam-se os resultados.

O Município de Pombal desenvolveu o “Pombal Wellness Weekend”, fim de semana com bem-estar, é um marco de bem-estar e saúde na região de Leiria, onde Pombal aderiu. Incentivou a prática de hábitos saudáveis e proporcionou aos participantes uma oportunidade única de reconectarem o seu corpo com a sua mente. Os participantes puderam usufruir de uma diversidade de workshops, palestras e práticas desportivas ao ar livre, com uma vasta gama de temáticas relacionadas com o bem-estar físico e emocional – a que eu acrescentaria o bem-estar social e bem-estar psicológico.

Sr. Presidente, incito-o a continuar ações desta natureza, e não só terem um carácter esporádico. Também promoveu este Município a Conferência “Novembro Azul”, em 17 de novembro, parceria entre o Município de Pombal e a ULS-UCF Marquês, que assinalou o Dia Mundial do Combate ao Cancro da Próstata, o principal cancro dos homens. Preparação e dinamização, ainda, de sessões da Oficina de Saúde e Bem-Estar, no mês de setembro, e rubricas e palestras sobre a importância da hidratação do idoso.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Ainda dentro da velhice, não se esqueceu do Espaço Sénior no concelho, para parceria com as Juntas de Freguesia.

Muito obrigado, Sr. Presidente, por este olhar, e a extensão do ramo da saúde para este patamar etário, o do envelhecimento, estimulando o estilo de vida das pessoas, os seus hábitos, nutrição e atividade física, e bem-estar emocional.

Quero deixar uma palavra ainda sobre aquilo que os jornais da região de Leiria hoje trazem na primeira página. O Município de Pombal, juntamente com o Município da Nazaré e Ourém, integra a lista dos Municípios mais sustentáveis do país.

Muito obrigado.”

Manuel Gonçalves (PS):

“Obrigado, Sr. Presidente. Cumprimento os três Presidentes aqui presentes nesta sala.

E o Partido Socialista manifesta o seu apreço pelo facto de termos um Pombalense na Associação Nacional dos Municípios Portugueses. Mas, 71% dos eleitores deste concelho ficaram muito preocupados quando souberam que esse Pombalense era o nosso estimado Presidente da Câmara. E ficaram preocupados porque quando a Câmara precisa de direção política, de direção de gestão, de capacidade de realização, o Sr. Presidente abandona-nos parcialmente.

Depois, este concelho precisa de dar uma resposta urgente aos seus abandonados, precisa de um programa de emergência municipal para minorar – para minorar, repito – o sofrimento dos nossos idosos, para minorar a nossa classe média, com salários próximos ao salário mínimo nacional, para dar uma resposta ao mundo rural, completamente abandonado – completamente abandonado. E depois, para reforçar o papel das freguesias. Quando eu digo “o papel das freguesias”, é capacitar as freguesias com recursos humanos, técnicos e financeiros para desenvolverem ativamente a sua missão.

Mas, estes 71% da população eleitoral deste concelho também está esperançada, porque com a nomeação do nosso Presidente, pelo respetivo Partido, para fazer um novo doutoramento na Associação Nacional de Municípios, e nesse doutoramento vai ter matérias extremamente importantes e com impacto no Concelho de Pombal – matérias em que vai haver, na Associação, do doutoramento, pluralismo democrático, opiniões diversas, diversidade de opiniões, obtenção de consensos, tudo isso são instrumentos, capacitações, aprendizagens que são úteis para o Concelho de Pombal. Porque o Concelho de Pombal, se tem uma coisa que se deve ao PSD, ao longo destes trinta anos, amigos, como dizia a Ofélia, ao longo destes trinta anos, e é uma marca sentida, é uma marca que toda a gente conhece, que é uma certa opressão democrática. É aquilo a que eu chamo a “ditadura democrática”.

Eu explico, democraticamente, e dou-vos um exemplo: formalidades, isto é, é ouvida a Oposição, é ouvido o Vereador da Oposição, dá-se-lhe os documentos e o plano para estudar dois dias, com a dimensão daquele plano, as informações do Sr. Presidente, que nos termos do Regimento, deviam ter três dias úteis, aparecem um ou dois dias antes para nós vermos. É só para dizer, formalmente cumprem, mas na substância, tratam este concelho como aquilo que eu chamaria “donos disto tudo”.

Foi construído ao longo destes anos pelo PSD aquilo a que eu chamo um “polvo gigante”, com bastantes tentáculos, tentáculos estes que vão a todas as entidades – desportivas, culturais e associativas. E este clima tem efeitos nefastos, em dois aspetos, meus amigos: afastou a nossa população de estar interessada nas atividades municipais – e vocês notam isso – isto é, há um afastamento gradual da população em temas municipais; e depois, tem um efeito sobre quem quer investir no Concelho de Pombal.



MUNICÍPIO DE POMBAL

E isto prende-se, depois, com aquilo que se vai discutir no Plano e Orçamento, é que o investidor não quer vir para um concelho onde há um conjunto de relacionamentos, de ligações, suposições, que não são claras, não são transparentes. E na política, nomeadamente a municipal, onde há uma proximidade muito grande entre os agentes económicos, as populações e os autarcas, nós devemos ter um redobrado esforço pela transparência.

E, de facto, meus amigos, em Pombal não há transparência. Eu tive oportunidade de fazer parte da campanha eleitoral do Partido Socialista, e digo-vos, encontrei algumas pessoas que têm medo – que têm medo. Como é que é possível, cinquenta anos depois da revolução, haver um concelho em que as pessoas têm medo para exprimir as suas oposições ou posições políticas. E isso depois impacta. Nós não temos mais investidores, porque quando o investidor faz o checklist dos principais fatores que levam a investir neste ou naquele território, vem lá o chamado pontinho, que é “ambiente democrático”, como é que é.

Meus amigos, se vocês repararem, e os vossos números, que vocês têm aí, que vão discutir no Plano e Orçamento, a única realidade que é clara – é clara – é a de que, ao longo destes trinta anos, o PSD, a obra que tem para apresentar, é esta espécie, entre aspas, de “ditadura democrática”. E isso não é bom, isso não é bom.

Desculpe, eu esclareci, a ditadura é “ditadura democrática”, isto é, ditadura no sentido de que vocês são minoritários em Pombal, não se esqueçam disso. Vocês têm 29% dos votos dos eleitores recenseados no Concelho de Pombal. Significa o quê? Significa o quê? Significa que vocês podem falar sobre os 29%; não podem é passar dos 29% para os 100%, abrangendo a maioria das pessoas, que nem votou, e aquelas que votaram noutras sensibilidades.

É que não é uma questão não económica; é uma questão económica e é uma questão de defesa das liberdades e da democracia, acima de tudo, mais do que isso.

Tenho dito.”

Catarina Silva (PPD/PSD):

“Sr. Presidente, Dr. João Coucelo, distinta Mesa, Sr. Presidente de Câmara, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, membros eleitos desta Assembleia, todo o pessoal que está aqui a ajudar-nos para que isto também chegue mais longe, e todos aqueles que nos ouvem lá em casa, meus senhores e minhas senhoras:

Desde já, deixo aqui também os meus respeitosos cumprimentos, desejando a todos os presentes – e tendo em conta que esta é a minha primeira intervenção – que possamos estar todos focados naquilo que realmente interessa, que é a defesa dos interesses dos Pombalenses, que com tanto orgulho, tenho a certeza, estamos aqui a representar.

Depois, ao contrário daquilo que o membro do PS disse anteriormente, eu acho que é inegável – inegável – o orgulho em termos o nosso Presidente de Câmara como Presidente da Associação Nacional de Municípios. Quer dizer, acho que isto até é incontestável. E não acredito que haja Pombalenses que não tenham orgulho em o seu Presidente de Câmara ser o Presidente da Associação Nacional que, de alguma forma, coordena todo o trabalho e luta por aquilo que é a defesa dos interesses de todos os Municípios em Portugal.

Portanto, não consigo perceber, nem muito menos aceitar, o testemunho e a partilha que o Manuel acabou de realizar.

E queria aqui só, relativamente a isto, deixar – eu sei que o leque de urgências e a ordem de trabalho de todas as urgências que a Associação Nacional de Municípios tem, deve ser muita, mas eu queria aqui focar dois aspetos que eu acho importantes, e queria que o Sr. Presidente levasse essa mensagem, e que de alguma forma mobilizasse também todos os Municípios para esse fim, que se prende com dois aspetos diferentes e, ao mesmo tempo, similares.



MUNICÍPIO DE POMBAL

O primeiro, a revisão necessária das carreiras na administração local. Isto é inegável, que uma autarquia tem muita dificuldade em recrutar, e nós falamos, por exemplo, em funções como os mecânicos, pedreiros, canalizadores, manobreadores de máquinas, entre outros, dentro dos Municípios são muito difíceis de atrair, são muito difíceis de manter, e têm sido diversos os concursos públicos que este Município, e todos os outros também – mas, falo deste, que conheço – tem lançado cá para fora, e sistematicamente têm ficado desertos.

E isto acontece porquê? Muito porque os vencimentos que são praticados no privado são bastante superiores àqueles que uma autarquia pode pagar, e isso obviamente que leva a que uma autarquia não seja minimamente atrativa. E isso está em risco, um conjunto de tarefas e um conjunto de funções que o Município de Pombal ainda vai fazendo, mas que não existindo recursos humanos para as executar, e que queiram vir trabalhar para cá, teremos de subcontratar.

O segundo ponto prende-se também com os recursos humanos, ou melhor, prende-se com a transferência de competências na área da educação. É urgente rever os tão famosos rácios ao nível dos recursos humanos, distribuídos pelos diferentes Agrupamentos de Escolas. E isto não é uma realidade só nossa, do Município de Pombal; é transversa também a vários Municípios.

Nós, a nível da transferência de competências da educação, nós temos uma realidade que não corresponde minimamente àquilo que efetivamente existe nas escolas. E esta dificuldade ainda é mais expressiva com o aumento significativo que nós temos vindo a sentir relativamente às necessidades educativas específicas. Eu sei que nas GOP's essa necessidade e essa preocupação já vêm lá espelhadas, porque, efetivamente, é uma realidade com que o Município de Pombal tem de lidar.

Por último, quero destacar dois aspetos que também considero importantes.

O primeiro, eu sei que o Sr. Presidente da Junta de Almagreira vai falar de certeza sobre isto, porque tem sido uma luta de Almagreira, não só deste mandato, do anterior, mas já vem do mandato de 2013, penso eu, que tem a ver com a assinatura do protocolo com estas duas IPSS's. Eu quero também aqui congratular, até porque foi um projeto em que me envolvi diretamente, é um projeto sonhado também já há alguns anos, e que começa a ver agora a luz do dia. E não sendo só por este aspeto em particular, ou por este projeto em particular, todo este conjunto de políticas para as famílias que o Município tem desenvolvido leva, obviamente – e aqui, eu quero também dar mais uma vez os parabéns, um reconhecimento por sermos novamente “Autarquia familiarmente responsável”, e pelo mérito específico e reconhecido ao Gabinete de Apoio à Família e à Parentalidade.

Destacar também, até porque a época já passou – às vezes não gostamos muito de falar enquanto as coisas não estiverem resolvidas, mas também quero destacar o trabalho que muitas vezes é invisível, no combate aos incêndios, neste verão, ou nesta época mais crítica.

Sabemos que Pombal tem sempre um risco de incêndio rural bastante significativo, e é com satisfação que este ano terminámos com uma área bastante reduzida, um número de focos de incêndios também bastante reduzido. E eu quero dizer que são muito fatores para que isto aconteça, mas um dos grandes fatores é o trabalho de equipa que existe em Pombal.

E quero, então, prestar aqui um agradecimento a todos os serviços do Município, em especial à Unidade das Florestas e ao Serviço Municipal de Proteção Civil, como é óbvio, a todas as políticas municipais que também estão em curso, aos nossos bombeiros, e com especial destaque também a todas as Juntas de Freguesia, que têm feito um trabalho gigante na dinamização das suas Unidades Locais de Proteção Civil, e em especial também aos mais de duzentos voluntários que, em especial no verão, vigiam a nossa floresta.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Obrigada.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigado.

Queria só fazer um pequeno reparo: é que espero que usem o vosso tempo da forma mais criteriosa possível, porque senão não teremos possibilidade de dar a palavra a todos os inscritos. Intervém, de seguida, Hugo Silva, do Pombal Independentes.”

Hugo Silva (Pombal Independentes):

“Ora, muito boa tarde a todos. Boa tarde, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Eu vou falar de um assunto diferente, e que, infelizmente, não é um caso isolado, mas é mais um exemplo da falta de visão estratégica por parte deste Executivo Municipal.

No domínio do urbanismo, a ausência de planeamento é evidente, e tem consequências diretas na vida cotidiana dos nossos municípios. Como é possível autorizar o funcionamento de um estabelecimento comercial sem estarem previamente asseguradas as condições adequadas de escoamento e segurança de tráfego? Como se compreende que não tenha existido a devida negociação com os investidores para garantir a construção da rotunda norte na Guia? E por que razão essa infraestrutura nacional não foi definida, desde o primeiro momento, como condição obrigatória para a abertura do espaço comercial? Ou, de uma forma simples, por que não foi construída?

A consequência desta falta de visão e de controlo e rigor técnico por parte do Executivo é hoje clara: um cruzamento que necessita de presença permanente de um agente da autoridade para assegurar a circulação rodoviária.

Importa, por isso, colocar a questão simples e objetiva: quem é que está a suportar os custos desta gratificação? E durante quanto tempo continuará o Município a pagar, com recursos públicos, o preço de decisões que poderiam e deveriam ter sido acauteladas atempadamente?

E há mais outra situação que demonstra claramente a ausência de estratégia estruturada por parte deste Executivo. Mesmo em frente da área anunciada da extensão da zona industrial Manuel da Mota, promessa amplamente divulgada, recalcada e rigorosamente difundida em campanha, surge a publicação da construção de uma unidade industrial. E aqui surgem as questões: que diligências tomou este Executivo para garantir que essa unidade fosse instalada na área de expansão prevista? Que avaliação foi feita quanto ao impacto dessa implantação nas futuras fases de expansão da zona industrial? Que salvaguardas concretas estão previstas a nível de instrumentos de gestão territorial, condicionantes urbanísticos ou reservas de solo, para garantir que essa decisão não comprometa opções estratégicas do Município a médio e a longo prazo?

São estas as reflexões que deixo a esta Assembleia, em nome da responsabilidade, do planeamento e do interesse público.

É tudo.”

Eusébio Rodrigues (PPD/PSD):

“Sr. Presidente, distinta Mesa, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, Srs. Membros desta Assembleia, público em geral:

Nesta minha primeira intervenção, venho fazer um balanço das atividades de Natal nas freguesias e na nossa cidade.

O Município de Pombal tem promovido, no âmbito da sua ação, um conjunto de atividades de dinamização do Natal na nossa cidade, neste que é um investimento que procura embelezar a cidade, promover o comércio local e corresponder a um dos momentos festivos mais aguardados pelas famílias.



MUNICÍPIO DE POMBAL

A par disso, é reconhecida a importância de estender estas ações a todo o território, pelo que as Juntas de Freguesia têm sido consideradas parceiras de excelência no âmbito das festividades natalícias, com investimentos em iluminação, mercados de natal, concertos, atividades com as escolas, ações de caráter social, entre outras iniciativas.

Atendendo aos princípios de coesão territorial, e com consonância com outras áreas em que o Município tem expandido as iniciativas a todo o território, nomeadamente ao nível da educação, ação social e cultura, também neste natal se pretende novamente apoiar as Juntas de Freguesia na dinamização das atividades no âmbito desta quadra, em linha com o que foi realizado em anos anteriores.

Neste sentido, e considerando que as freguesias, pela presença que têm no território, têm maior conhecimento das iniciativas que melhor se adequam às suas comunidades, considerando a importância de levar o natal às freguesias de uma forma ambiciosa, envolvente e promotora das dinâmicas e instituições locais, considerando as competências do Município, designadamente deliberar sobre as formas, com base no histórico de apoios concedidos neste âmbito nos anos anteriores, o Município deliberou atribuir às freguesias um apoio extraordinário para as despesas realizadas no âmbito desta quadra natalícia, em favor da população, no valor de 38.250€, correspondendo a 2.250€ a atribuir a cada uma das dezassete freguesias, pelo que desafiamos todas as freguesias a organizarem, no próximo ano, a atividade natalícia.

Este apoio vem incentivar as dinâmicas e materializar-se para ajudar as diversas ações que as freguesias desenvolvem nesta quadra, nomeadamente a iluminação nas ruas, nas sedes de freguesias e lugares, presépios, apoios para dinamização de atividades de Natal com as escolas e instituições sociais, iniciativas de caráter solidário, concertos, entre outros.

Podemos dar alguns exemplos das iniciativas que já foram desenvolvidas este ano, e que decorrem ainda em algumas freguesias: “A Magia do Natal”, em Carnide, decorreu de 5 a 8 de dezembro; o “Natal na Praça”, em Albergaria dos Doze, decorreu no dia 14 de dezembro; Mercadinho de Natal, na Redinha, 20 e 21 de dezembro; “Cantares ao Menino”, em Pombal, que decorre de 21 de dezembro a 4 de janeiro; Mercado de Natal, no Largo do Rossio, na Guia, diariamente, de 11 a 30 de dezembro; Concerto de Natal em Santiago de Litém, dia 27 de dezembro; “Cantar dos Reis”, em Abiul, decorrerá a 10 de janeiro – entre outras freguesias e iniciativas. O Comboio de Natal em todas as freguesias, no âmbito do programa de natal desenvolvido pelo Município.

Estes são alguns exemplos de iniciativas que fazem com que o espírito natalício chegue a todo o concelho, num propósito que é concretizado graças a esta ligação que existe entre as Juntas de Freguesia, e que sem o apoio do Município, não seria tão fácil promover tais iniciativas.

Em nome dos Pombalenses, um agradecimento ao Município por estar, mais uma vez, ao lado das freguesias.

Um bem-haja, Sr. Presidente.”

Fernando Matias (PPD/PSD):

“Muito obrigado, Sr. Presidente. Na sua pessoa, e na pessoa do Sr. Presidente da Câmara, cumprimento todos os presentes. Cumprimento também os órgãos de comunicação social, e as pessoas que nos seguem lá em casa.

Eu, durante um momento, pensei que estava num outro concelho, pelo seguinte: nós sabemos que para a Associação Nacional de Municípios é sempre eleito um Presidente de Câmara, e lembro também que a Associação Nacional de Municípios, durante mais de vinte anos, foi presidida pelo PS.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Por isso, o que eu, nesta matéria, entendo é que a Associação Nacional de Municípios está muito bem entregue, porque foi nomeado um Presidente que passou por todos os patamares da vida autárquica, desde a base até aos cargos mais altos. E isto, efetivamente, para mim é uma segurança, como cidadão e como português.

Passando às minhas notas breves, de facto, eu queria aqui assinalar também a inauguração da creche do Grou e da creche da Assanha da Paz – em particular da creche da Assanha da Paz, porque são requalificações de edifícios, e são edificações e instituições que vão dar resposta, de facto, a áreas de importância ao apoio à natalidade, que nós sabemos que, efetivamente, a nossa população está cada vez mais envelhecida, e com este impulso, efetivamente, é mais um apoio que se dá às famílias portuguesas.

Por isso, não queria tomar muito mais tempo, simplesmente agradecer aqui ao meu Presidente, ao Humberto Lopes, por ele, de facto, seguir o sonho, e o sonho efetivamente realizou-se, e todos os dias sou abordado na rua por pessoas que procuram quando é que ela abre.

Obrigado à Câmara, e obrigado ao Presidente da Junta de Almagreira.

Obrigado.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Intervém, de seguida, o Humberto Lopes.

Querida só referir antes da sua intervenção uma coisa relativamente ao Presidente de Junta Humberto Lopes, eu tive a oportunidade de assistir à intervenção dele na Associação Nacional de Municípios, em defesa das freguesias – ele, como Presidente de Junta de Freguesia – que foi uma belíssima intervenção, e que pôs ali a nu as grandes dificuldades que as freguesias têm, mas também o belíssimo trabalho que vão fazendo em prol dos seus munícipes. Obrigado, Humberto, pela tua intervenção.”

Humberto Lopes (Presidente J.F. Almagreira, PPD/PSD):

“Obrigado, Sr. Presidente. Na sua pessoa, cumprimento todos os presentes.

E começando exatamente por aí, eu estive no congresso, dia 12 e 13 de dezembro, em Viana do Castelo, e digo-o com muito orgulho, fui um dos que votei na eleição do nosso Presidente de Câmara como Presidente da Associação Nacional de Municípios. E o Fernando Matias disse-o há bocadinho, era estranho não o dizer com orgulho, porque estive ao lado também da antiga Presidente, Luísa Salgueiro, de Matosinhos, que por acaso era do PS, outro ex-Presidente, Manuel Machado, de Coimbra, também do PS. Não acredito que nenhum dos moradores nestes concelhos, de Matosinhos e Coimbra, tenham ficado tristes quando o seu Presidente de Câmara foi eleito para esta associação.

Portanto, também não percebo que haja algum Pombalense, seja de que Partido for – porque quem esteve naquele momento, e quem está naqueles congressos percebe que ali os Partidos – e eu digo-o honestamente – se calhar contam muito pouco ao fim do dia. E quem nos ouve lá em casa, e as pessoas, se fizermos esse discurso, se calhar, aí sim, vamos afastar cada vez mais as pessoas.

E aqui digo, e eu disse-o lá também, um reconhecimento do mérito do percurso político e cívico que o Pedro fez, e digo-o com orgulho, porque, aí está, passando por uma Assembleia Municipal, uma Assembleia de Freguesia, foi Presidente de Junta de Freguesia, foi representante das freguesias também na ANAFRE para o Distrito de Leiria, foi deputado da Assembleia da República – mas aí, não teve culpa – foi Presidente de Câmara e Vereador. Ou seja, com este percurso, muito dificilmente encontramos alguém no país com toda esta experiência, e que consiga representar as pessoas.



MUNICÍPIO DE POMBAL

E eu digo, e disse-o também lá, um sinal positivo de esperança também para as Juntas de Freguesia. E aí, pegando também na intervenção do Sr. Presidente da Assembleia, a minha intervenção foi exatamente por aí, ou seja, percebendo que as Juntas de Freguesia são um parceiro fiel, ou seja, aquele parceiro – eu disse-o ali, que as Juntas eram o tarefeiro, eram o prestador de serviços mais barato do Município, mas disse-o com essa intenção, ou seja, é o parceiro essencial. E aqui, em Pombal, dei esse exemplo também, para perceberem também que a nível nacional somos bom exemplo, que no caso das comissões, das Comissões Sociais de Freguesia, em parceria com o Município e Juntas de Freguesia. Isto não existe no país todo, infelizmente, mas para terem essa noção, e também para dar esse feedback, foi o exemplo que nos voltaram a perguntar, como é que fazemos em Pombal, e certamente, depois, teremos, nas freguesias de outros concelhos, de dar também esse feedback.

Dar essa nota, ou seja, as freguesias – e também para os colegas que estão aqui presentes, e também no seguimento da minha intervenção – pelo que é que temos de lutar? Pela tal autonomia financeira, que muitas vezes – e também já vou lá – poderá não trazer autonomia política. Há concelhos – e nós sabemos isso muito bem – em que, aí sim, se olha para as cores das Juntas de Freguesia e para as cores partidárias, e a autonomia política dessas Juntas de Freguesia está em causa.

Portanto, como é óbvio, temos de lutar pela revisão da Lei das Finanças Locais, o Estatuto do Eleito Local – e quando dizemos “estatuto”, para que as pessoas percebam, a dignificação da função de Presidente de Junta, Vogais, membros de Assembleias de Freguesia. Já foi muitas vezes aqui falado que o valor das senhas de presença é irrisório, para não ter outro nome, é uma das situações que têm de ser revistas, a começar no próximo ano. A própria dedução do IVA, também dei o exemplo de que há muitas Juntas de Freguesia que pagam mais de IVA do que o FFF que recebem, não faz qualquer sentido ainda continuarmos a não ser equiparados, por exemplo, com uma IPSS – e dou o exemplo, e também já foi falado aqui nesta casa, na compra de uma carrinha, uma IPSS consegue fazer dedução do valor do IVA, e uma Junta de Freguesia, na mesma carrinha, mesmo modelo, não o consegue fazer.

E depois – e a cara deputada Catarina Silva já deu esse toque, ou seja, a melhoria das condições dos trabalhadores das autarquias locais. É fundamental que consigamos tratar este assunto, e também já o falei aqui noutras Assembleias, enquanto não conseguirmos dar outros valores, não vamos conseguir ter as pessoas aqui nas Juntas e nas Câmaras a trabalhar.

No fundo, esse Estado Local, que o próprio primeiro-ministro referiu, ou seja, o nosso Poder Local é um Estado Local.

E, portanto, Sr. Presidente de Câmara, nestas novas funções, conte com as freguesias, conte com a ANAFRE, porque é para as pessoas que estamos cá para trabalhar.

Por último, só um assunto e uma boa notícia para as freguesias, no meu caso, a extensão do BUPi, ou seja, a questão de podermos, em 2026, continuar a fazer o registo dos terrenos rústicos. E para não me alongar muito, só para perceberem que há um conjunto de apoios que só fazem sentido, ou só podem ser acessíveis se tivermos o BUPi executado. Portanto, se as pessoas tiverem registado os terrenos, se fizerem o tratamento dos seus terrenos, podemos ter esta situação toda resolvida – e depois, mais à frente, falarei na floresta.

Obrigado.”

José Eduardo Sousa (PPD/PSD):

“Muito obrigado. Muito boa tarde ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Dr. João Coucelo, Sr. Presidente da Câmara, Pedro Pimpão, e restante Executivo que o acompanha, a todos os



MUNICÍPIO DE POMBAL

membros da Assembleia Municipal, e também às pessoas que nos acompanham pelo meio dos canais digitais.

O Município de Pombal tem vindo a assumir um papel ativo nas políticas de juventude, com programas e respostas concretas, que têm impacto direto na vida dos jovens.

E começo por destacar o Programa Municipal de Apoio ao Arrendamento Jovem “Vive Pombal”, que atualmente apoia vinte e sete jovens, sendo dezasseis em renovação da primeira edição, e onze jovens da segunda edição.

Recentemente, o Município renovou o seu compromisso e abriu candidaturas para a terceira edição do programa.

Vivemos num contexto em que o acesso à habitação continua a ser um dos maiores obstáculos à emancipação jovem. Saudamos o Município pela continuidade do programa de arrendamento jovem. No entanto, como já referi anteriormente, este apoio só abrange vinte e sete jovens. E todos sabemos que as candidaturas são da responsabilidade do candidato, mas questiono: no futuro, que tipo de divulgação pretendem fazer, de forma a ter mais candidatos, e, consequentemente, que o apoio chegue a mais jovens?

Quero também salientar o trabalho desenvolvido no Programa “Jovem Autarca”, que envolve diretamente, através das escolas, os jovens na reflexão sobre o concelho, promovendo uma cidadania ativa, participação democrática e sentido de responsabilidade. Este tipo de iniciativas ajuda a formar jovens mais conscientes, mais participativos e mais preparados para intervir na comunidade e contribuir para a comunidade no futuro.

Gostaria ainda de destacar o reconhecimento externo que o Município de Pombal recebeu, com o prémio “Medida mais inovadora 2025”, conferido pelo Gabinete de Apoio à Família e à Parentalidade. Este reconhecimento demonstra exatamente a aposta em políticas inovadoras, com impacto real nas famílias, nas crianças e nos jovens.

E, por fim, antes de terminar, quero deixar duas notas finais.

A primeira, que é a importância de se continuar a avaliar o impacto destas medidas, garantindo que chegam a mais jovens e que existe acompanhamento da evolução das necessidades.

E, em segundo lugar, a necessidade de reforçar a ligação entre a juventude, educação, habitação, saúde mental e emprego, porque só com políticas integradas é que conseguimos fixar os jovens no nosso concelho.

Termino, utilizando uma expressão que o Sr. Presidente proferiu hoje de manhã, na reunião de Câmara, que é: “os bons exemplos são para ser seguidos.” E em matéria de juventude, o Município de Pombal é também um exemplo a ser seguido. Muito obrigado.”

Pedro Navega (PPD/PSD):

“Muito bom dia a todos, ou muito boa tarde. Sr. Presidente, muito boa tarde. Cumprimentá-lo a si e à Mesa, Sr. Presidente da Câmara Municipal, Srs. Vereadores, caros deputados municipais.

Eu gostaria aqui, hoje, de destacar um ponto, que tem a ver com a prática desportiva e o apoio que o Município dá ao desporto. Estamos a falar de um processo completamente transparente, com um regulamento revisto em 2023, com cerca de trinta e três candidaturas de várias associações e coletividades, que, este ano, apoia um total de mais de três mil e quatrocentos atletas, dos quais se destacam dois mil e setecentos em formação. Ou seja, um contínuo apoio da formação dos jovens do nosso concelho.

Destacar também que este aumento representa uma evolução significativa, relativamente aos anos anteriores, ou seja, tem vindo a crescer nos últimos cinco anos, quer o apoio dado pelo Município, quer o número de praticantes da prática desportiva, o que, por si só, é, obviamente, um dado muito positivo.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Destacar aqui também, obviamente, que isto não se faz só com o apoio financeiro dado pelo Município; todos os dirigentes, treinadores, pais, muitos – ou, na prática, quase todos – voluntários, fazem com que a prática desportiva no nosso concelho seja, efetivamente, um marco distintivo relativamente, quer a outros concelhos, quer à generalidade do território nacional.

Nós estamos a falar aqui de um apoio monetário para a prática desportiva, e não num bolo, como muitos Municípios fazem, que engloba, para além do apoio financeiro à prática, o apoio logístico, o apoio a infraestruturas, porque todo esse apoio, o Município dá-o, mas é contabilizado aparte deste apoio financeiro que é aqui dado.

Portanto, comparar os valores que aparecem nos vários browsers da internet não é claro, não é real, e não é assertivo, visto que o Município aqui apoia financeiramente a prática desportiva, paralelamente ao apoio logístico e ao apoio ao nível de infraestruturas.

E estes números refletem, efetivamente, uma prioridade que o Município dá ao desporto, ao bem-estar, à prática desportiva e à formação de jovens no nosso concelho, porque isto não é só uma formação desportiva; muitos de nós passaram por estas coletividades, por estes clubes, e, efetivamente, isto é uma formação pessoal, é a formação das pessoas, e não só uma prática desportiva.

E daí, o agradecimento ao Município pela continuação e pelo reforço deste investimento na prática desportiva. Obrigado.”

João Antunes dos Santos (PPD/PSD):

“Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Srs. Secretários, Sr. Presidente de Câmara, Srs. Vereadores, Sras. e Srs. Deputados, público que nos acompanha:

Quero, naturalmente, começar por felicitar o Sr. Presidente de Câmara pela recente eleição para Presidente da Associação Nacional de Municípios, algo que deve honrar todos os Pombalenses.

O primeiro tema que aqui trago hoje é um tema que me vincula somente a mim. Pese embora ser eleito pelo PSD, pese embora seja Presidente da Concelhia do PSD, aquilo que eu vou dizer de seguida é somente a minha opinião pessoal, porque é um tema que não é tão pouco consensual dentro do PSD, como não será consensual nos outros Partidos, como não é na sociedade Pombalense.

Mas, recentemente, no passado dia 11 de novembro, tivemos mais umas comemorações do Dia do Município, em que, ano após ano, o Município se tem esforçado para que essas comemorações tenham mais dignidade, envolvam mais instituições, mais entidades, aproximem mais os Pombalenses, e para que esse dia seja, efetivamente, um dia do viver e sentir Pombal. E também, neste Dia do Município, tivemos várias entidades e várias pessoas que foram condecoradas pelos seus percursos, permitindo-me aqui realçar a Filarmónica do Louriçal, porque duzentos anos não se fazem todos os dias. E, portanto, deixo aqui uma palavra também de parabéns e de felicitações ao trabalho que têm feito, tal como todas as outras bandas e todas as outras entidades do setor cultural do Concelho de Pombal.

Mas, a verdade é que, ano após ano, nós percebemos que a identidade, o compromisso dos Pombalenses, dos quatro cantos do concelho, fica porventura um pouco aquém daquilo que deveria acontecer aquando da realização das comemorações do Feriado Municipal. Nós sabemos que o Feriado Municipal, pós-implantação da República, o Feriado Municipal de Pombal, chegou a ser no dia de S. João, sabemos que nos anos sessenta foi alterado para o atual dia, para o dia 11 de novembro, padroeiro de Pombal, dia de S. Martinho, mas a verdade é que, no Concelho de Pombal, se nós perguntarmos aos Pombalenses dos quatro cantos do Concelho de Pombal, porventura as festividades que mais dizem aos Pombalenses são, sem sombra de dúvida, as festividades do Bodo.



MUNICÍPIO DE POMBAL

E, portanto, eu deixo aqui esta reflexão, para que, futuramente, a médio prazo, não neste mandato – até porque neste mandato isto não foi tema aquando da campanha eleitoral – mas para que os cidadãos, os Partidos políticos, as instituições, toda a gente comece a iniciar esta discussão, se não faria sentido, no futuro, alterar o Feriado Municipal para outro dia, designadamente para a segunda-feira imediatamente a seguir ao último domingo do mês de julho de cada ano, porque, efetivamente, se tivermos de escolher umas festividades que digam mais aos Pombalenses, e que fomentem esse espírito de ser Pombal, e que também fomentem esse espírito concelhio, e não só de cidade, parece-nos a todos evidente que o Bodo tem essas características.

E, portanto, julgo que era interessante Pombal, a comunidade, as instituições, os comerciantes, terem esta discussão, para no futuro, a médio prazo, podermos eventualmente aqui, nesta casa, tomar uma decisão que possa, dessa forma também, contribuir para um maior sentir e viver Pombal, para termos um dia que efetivamente marque e faça a diferença na vida dos Pombalenses, e na vida do concelho.

Posto isto, e porque ainda tenho tempo, para terminar – e não era para falar de mais nenhum tema, mas não posso ficar indiferente à intervenção do Sr. Deputado do Partido Socialista, Manuel Gonçalves, que fez aqui a sua primeira intervenção enquanto líder da Bancada do Partido Socialista. E eu, por momentos, achei que, quando se referiu ao Sr. Presidente de Câmara, dizendo que o Sr. Presidente de Câmara estava a abandonar Pombal e os Pombalenses, eu achei que se estava a dirigir ao Dr. Fernando Matos, porque, efetivamente, se houve alguém que abandonou os Pombalenses após as últimas eleições autárquicas, foi o cabeça de lista do Partido Socialista.

E, portanto, certamente terá dito isso ao seu candidato, escusava de vir aqui enviar-lhe um recado por entreposta pessoa, através do Sr. Presidente de Câmara.

E, depois, gabo-o e felicito-o pela coragem que teve em fazer a sua intervenção, porque, efetivamente, o Sr. Deputado Municipal teve a coragem de dizer aqui, na Assembleia Municipal, aquilo que muitos dos seus camaradas dizem em surdina, e dizem nos bastidores. E o Sr. Deputado, gabo-lhe a coragem de ter dito isso aqui, demonstra que, efetivamente, está aqui, acredita naquilo que está a fazer e tem coragem para dizer aquilo que pensa.

Mas, eu julgo que até poderíamos, em certa medida, perceber a sua intervenção, se ela decorresse há alguns meses, ou há um ano, por exemplo, das próximas eleições autárquicas, mas não, Sr. Deputado, existiram eleições autárquicas há dois meses. E precisamente há dois meses, a democracia fez-se em Pombal. E eu sei que os resultados não foram ao encontro das expetativas do Partido Socialista, mas é a democracia, é assim mesmo, Sr. Deputado. É assim mesmo.

E a verdade é que, há dois meses, os Pombalenses deram ao PSD porventura a maior vitória de sempre – a maior vitória de sempre.

E quando falou aqui na necessidade de apoiar mais as freguesias, e carregou aqui bastante na tónica das freguesias, não se preocupe que o PSD faz isso já há mais de trinta anos, e com resultados satisfatórios. Aliás, prova disso é que, pela primeira vez, ganhámos as dezassete freguesias. Os cidadãos das freguesias do Concelho de Pombal reconhecem o trabalho e o investimento que o Município de Pombal tem feito nas freguesias.

E, portanto, eu percebo que o Partido Socialista tenha agora de correr atrás do prejuízo, mas parece-me que já não vai a tempo.

E, depois, para terminar, falar aqui em atentados à democracia, numa ditadura dentro da democracia, por momentos achei que estava a fazer um diagnóstico do seu camarada da Câmara de Nisa. A Câmara de Nisa é que tem estado nas notícias, nos últimos dias, por, realmente, ter episódios que em Pombal nunca aconteceram, nem nada que se parecesse – nunca, e enquanto o



MUNICÍPIO DE POMBAL

PSD estiver no poder, nunca vai acontecer nada parecido. Eu, por momentos, achei que se estava a referir ao seu camarada da Câmara de Nisa, porque isso, sim, uma Câmara socialista, em que tem sido uma pouca vergonha aquilo que temos visto na televisão, e que tem acontecido nessa Câmara.

E agora, interpelo-o, disse aqui que esse tal polvo de que falou contribui inclusive para que alguns investimentos não se fizessem em Pombal, para que houvesse empresários com medo de investir em Pombal, diga quais. Desafio-o a dizer quais, que empresários é que não fizeram esses investimentos em Pombal com medo desse tal polvo, dessa teia que o Sr. Deputado aqui quis descrever.

E vou-lhe dizer também outra coisa, vou-lhe dizer... O Sr. Deputado tem de ouvir porque eu estou a falar. Isto são as regras da democracia, eu também o ouvi.

E mesmo para terminar, Sr. Presidente, para terminar, dizer-lhe uma coisa: até podia acontecer isso tudo que o Sr. Deputado aqui disse, mas vou-lhe dizer uma coisa: nas eleições, quando as pessoas votam, não há nenhuma câmara na urna de voto, o voto é secreto. As pessoas, nesse momento, manifestam a sua vontade. E a esmagadora maioria dos Pombalenses manifestou a sua vontade, no passado mês de outubro, ao dar um grande voto de confiança ao PSD, para a Câmara, para a Assembleia Municipal e para as dezassete Juntas de Freguesia.

E, portanto, o Sr. Deputado, que eu sei que é uma pessoa bem-intencionada, é uma pessoa com experiência, que não tem estado em Pombal e, portanto, agora, em certa medida, se calhar diz aquilo que ouve dizer no seu círculo, eu sei que, daqui a uns meses, vai reconhecer que, apesar dos resultados que nós tivemos, e apesar do voto de confiança que nós tivemos, os eleitos do PSD continuarão sempre a trabalhar com humildade e com seriedade, porque é isso que nos caracteriza, e é isso que tem contribuído para que este concelho se tenha desenvolvido.

Obrigado."

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

"Obrigado.

Muito bem, terminada a intervenção dos Srs. Membros da Assembleia, eu agradeço, então, que ouçam as respostas que o Sr. Presidente da Câmara tenha a dar a cada uma das intervenções que foram aqui feitas. Sr. Presidente, se faz favor, tem a palavra."

Presidente da Câmara Municipal:

"Muito obrigado, Sr. Presidente.

Queria, naturalmente, cumprimentando todos, começar por me associar, a mim e à Câmara Municipal, os Srs. Vereadores, ao voto de pesar que aqui foi prestado ao Carlos Silva, porque o Carlos Silva não foi uma pessoa vulgar; o Carlos deixou uma marca. Aliás, ele integrou também a Assembleia Municipal aqui, creio que foi até secretário da Mesa. E para além disso, quer na Freguesia da Guia, onde ele tinha mais atividade, mas sobretudo, depois, a nível associativo, na Associação dos Caçadores e na Associação dos Produtores Florestais, da qual foi fundador e um principal dinamizador, o que é certo é que o Carlos Silva deixou aqui uma marca inegável no Concelho de Pombal, naquele prazer que ele tinha de contribuir para a comunidade, nomeadamente nestes domínios, e sobretudo também aqui na prevenção dos incêndios florestais, e na valorização da floresta, por comparação. E o que é certo é que o Carlos nos deixa saudades, e é mais um companheiro que parte sem nós nos podermos despedir dele.

E, por isso, queria também associar-me – nós já o fizemos na Câmara – a este voto de pesar, porque se há pessoa que merece, é o Carlos. E à mulher, à filha, aos amigos, e à própria associação, que agora também está numa fase de adaptação a esta nova realidade, queria deixar



MUNICÍPIO DE POMBAL

também aqui um voto de pesar, mas sobretudo de força, e que usem também as boas memórias que o Carlos nos deixou para o futuro.

Relativamente aqui às intervenções dos Srs. Deputados, que agradeço todas, naturalmente, tentar responder aqui, de forma sintética, às questões que foram formuladas.

O Sr. Deputado Rui Pinhão falou das comissões de acompanhamento das explorações de depósitos minerais, têm reunido, e sempre que há um parecer, sempre que nos é solicitado pela DGEG, pela Direção Geral de Energia e Geologia, um parecer, nós reunimos as comissões de acompanhamento. E, portanto, se depois quiser ter acesso às atas dessas reuniões, naturalmente que as dispensamos.

À Sra. Prof.^a Ofélia Moleiro – é sempre professora – agradecer também as simpáticas palavras que dirigiu. Fez aqui também alusão ao facto de o Presidente da Câmara Municipal estar hoje também com responsabilidades acrescidas a nível da Associação Nacional de Municípios, e fez aqui um balanço das eleições autárquicas, desde 1994 – eu sei que disse 1997, mas foi a partir de 1994, as eleições foram em dezembro de 1993.

E, naturalmente que sublinho também aquilo que foi o empenho de vários autarcas, e não há dúvidas nenhuma de que há aqui um conjunto, várias gerações de autarcas que na Câmara Municipal, na Assembleia Municipal, nas Juntas de Freguesia, têm dado o máximo de si em prol do desenvolvimento do nosso território. E apesar de alguns considerandos, o que é certo é que o nosso concelho, se fizermos essa análise concreta, está muito melhor do que estava, não há dúvidas nenhuma, a nível da educação, a nível da ação social, ao nível do ambiente, ao nível do desenvolvimento económico.

E, por isso, creio que o balanço é muito positivo, mas, naturalmente que associado à responsabilidade que temos, cada um de nós, e também uma ambição, uma ambição que partilhamos, uma ambição realista.

E, por isso, naturalmente agradecer.

A Sra. Deputada Liliana Oliveira falou aqui de uma situação concreta, no Bairro da Agueira. Não fiquei com a certeza – Bairro da Agorreta, é isso que quer dizer? Agorreta, pronto. Então, já sinalizei aqui com a Sra. Vereadora da Proteção Civil, para poderem, então, identificar o imóvel e ver qual é o ponto de situação.

Dr. José Grilo, agradecer também as suas palavras, sempre simpáticas – aliás, também de uma pessoa que, tal como a Prof.^a Ofélia, que são regressos a esta casa, a Prof.^a Ofélia, que também foi deputada da Assembleia da República, e o Dr. Grilo, que foi Presidente da Assembleia Municipal. E, portanto, também é sempre um prazer perceber que personalidades com este legado continuam disponíveis para servir a causa pública. E queria também prestar esse agradecimento.

E sendo também um profissional de saúde, é natural também que se reveja nos investimentos que estamos a fazer ao nível da saúde, porque são investimentos estruturais, são investimentos que fazem a diferença na vida das pessoas.

A este nível, nós estamos a fazer o maior investimento público de que há memória na área da saúde. E está a ser o Município de Pombal a fazer esse investimento, 10.000.000€ é algo que já não acontecia há algum tempo, e é fruto também da nossa capacidade, junto das entidades competentes, para reivindicarmos investimentos e financiamento para podermos hoje melhorar a vida das pessoas, e podermos estar em condições, como estamos, de garantir médicos de família a toda a gente. Isso é uma coisa notável. Os nossos concelhos aqui à volta estão com muitas dificuldades nisso, e nós estamos a fazer tudo o que está ao nosso alcance para que todos os Pombalenses tenham médico de família, e creio que isso é o maior tributo que nós podemos dar à



MUNICÍPIO DE POMBAL

nossa população, e que está acompanhado de um conjunto de investimentos de infraestruturas, naturalmente, nas unidades de saúde que salientou, no próprio Centro de Saúde de Pombal, no apoio à unidade de internamento do hospital, mas também no apoio que já estamos a dar para que haja investimento também no edifício de consultas externas do nosso hospital, para que o nosso hospital seja valorizado, que é isso que nós queremos, que não seja um hospital de passagem. Acho que partilhamos essa responsabilidade, e nós estamos a investir nisso. Enquanto uns falam, nós investimos, efetivamente, nesse desiderato, e noutros programas em que avançamos, nomeadamente na promoção da literacia em saúde, falou no “Pombal Wellness Weekend”, nas iniciativas que temos também em parceria com as unidades de saúde, do “Outubro rosa”, do “Novembro azul”, tudo no sentido de criar condições para que as pessoas estejam mais informadas sobre os cuidados de saúde.

E, por isso, naturalmente, agradecer essas palavras.

Sr. Deputado Manuel Gonçalves, que também cumprimento, a sua intervenção fica consigo, aquilo que diz e quis dizer. Não me revejo em nada. Começa logo por cumprimentar três Presidentes, e eu não percebi, porque podia cumprimentar o Presidente da Câmara, o Presidente da Assembleia, e os dezassete Presidentes de Junta, e isso dava dezanove. E se quisesse cumprimentar os Presidentes de outros, ainda cumprimentava o Eusébio Rodrigues, que é Presidente da Associação Cultural de Carnide, e dava vinte Presidentes, e cumprimentava os vinte.

Relativamente à questão colocada, sobre o pluralismo de opiniões e da “ditadura democrática”, eu não tenho noção, não tenho histórico nenhum de que haja aqui falta de pluralismo de opiniões, nem tenho conhecimento nenhum, nesta Assembleia ou na reunião de Câmara que eu presido, que haja algum momento em que não seja dada a palavra à Oposição, em que as pessoas não tenham manifestado de forma livre e democrática as suas opiniões.

Portanto, lamento, sinceramente, que na primeira intervenção na Assembleia Municipal, sem haver nenhum episódio, sem haver nada que justifique aquilo que o Sr. Manuel Gonçalves disse, que venha dizer que vivemos em regime de ditadura, cinquenta anos depois do 25 de abril. É grave, é sério.

Eu não vivi o 25 de abril, eu sou filho do 25 de abril, mas respeito muito quem construiu o 25 de abril. E enquanto eu for Presidente de Câmara, no órgão Câmara Municipal que eu presido, e na Assembleia Municipal, onde estou perante vós, haverá sempre oportunidade ao pluralismo de opiniões. E não houve nenhum episódio, recorde, saliento e sublinho, não houve nenhum episódio que ponha em causa o pluralismo das opiniões de cada um dos intervenientes nos órgãos em Pombal.

Continuando, Catarina Silva, Sra. Deputada, cumprimentá-la, e dizer que no âmbito daquilo que frisou ser o mais relevante da defesa dos Municípios portugueses, naturalmente que a minha função, enquanto Presidente da Associação Nacional de Municípios, só é possível porque eu sou Presidente de Câmara. E, portanto, eu sou Presidente de Câmara a tempo inteiro, é esta a minha função, é esta a minha missão. E, portanto, estarei enquanto Presidente de Câmara neste mandato, com a mesma motivação com que me candidatei, que foi só há dois meses. Portanto, a minha motivação ainda está mais renovada. Deus me dê saúde, porque determinação não me falta.

Relativamente à questão que colocava, sobre quais é que são os principais desígnios que a Associação Nacional de Municípios deve defender, e nós, enquanto autarcas, naturalmente que a revisão das carreiras da administração pública, que salientou, e bem, é o elemento mais importante.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Mas, eu vou-vos confidenciar aqui um episódio. Quando, no final do congresso, os jornalistas me vieram perguntar: “Sr. Presidente, quais é que são as suas prioridades?”, eu falei na Lei Eleitoral Autárquica, revisão dos Estatutos dos Eleitos Locais, descentralização de competências, avaliar efetivamente quais é que são os custos de cada competência, e perceber de que forma é que pode haver uma atualização desses valores, estes são os principais desígnios. E, depois, disse: enquanto Presidente de Câmara, há algo que o nosso país deve fazer: valorizar os trabalhadores das Câmaras Municipais e das Juntas de Freguesia, os trabalhadores que todos os dias estão ao serviço das nossas instituições, porque eles, realmente, no dia a dia, é que implementam os nossos projetos, as nossas ideias, os nossos sonhos. Quem os concretiza são os nossos técnicos, nas diversas áreas.

E, portanto, eu defendi, perante os jornalistas presentes, que os nossos técnicos deviam ser valorizados nas suas carreiras, nas suas remunerações, deviam ser melhor pagos. É verdade, um país como o nosso, se quer ter progresso, tem de ter uma administração pública forte, pujante, na administração pública central, mas também ao nosso nível, pagando melhor, pagando melhor aos nossos técnicos. E foi essa a mensagem.

E, no final, houve um jornalista que me perguntou assim: “Presidente, então e acha que isso também devia chegar aos autarcas?” E eu disse: claro que sim, porque se nós queremos melhores pessoas no serviço público, também deve chegar aos autarcas. Ponto final, vim-me embora.

A notícia que saiu logo, o que é que foi? “Presidente da Associação Nacional de Municípios defende melhoria dos salários dos autarcas”, quando o que eu disse foi também isso, mas o essencial era os trabalhadores das Câmaras, porque nós não estamos a reivindicar para nós próprios. Eu não estou aqui, e nenhum dos Vereadores que aqui está, incluindo os da Oposição, ninguém está aqui por questões salariais, nem de remuneração, não estamos; estamos por serviço público, por missão. Então, também não nos podemos queixar. E eu não me queixo disso. Portanto, essa não é a minha prioridade. Mas, reparem no pormenor, isto para dizer o quê? Que, realmente, as remunerações são importantes para nós cativarmos os melhores, fixá-los na administração pública. E isso foi um dos tónicos daquilo que é a minha preocupação, e que trabalharei também nos próximos tempos.

E também fazer minhas as suas palavras, relativamente a este ano, que correu bem. Agora estamos numa fase mais calma, mas o que é certo é que no âmbito do nosso dispositivo da floresta contra incêndios, este ano foi um ano positivo, e esperemos que os próximos anos continuem a ser positivos. E daí também o trabalho que temos de continuar a fazer, também em espírito de parceria e de solidariedade, como salientou.

Hugo Silva, o Hugo falou de falta de visão estratégica, e depois falou de investimentos industriais. Se calhar, acho que uma coisa não coincide com a outra. Se nós temos visão estratégica é porque queremos unidades industriais que tragam investimento económico para o nosso território, para criar emprego e para criar valor, para nós crescermos. Portanto, visão estratégica é nós termos capacidade para atrair investimento. E, portanto, não podemos criticar o investimento – pareceu-me das suas palavras.

Outra coisa diferente foi o que salientou, e bem, é a necessidade que nós temos de, face a alguns investimentos estratégicos, investimentos económicos – como falou, a unidade industrial junto ao Parque Industrial Manuel da Mota, ou do outro investimento económico na Freguesia da Guia – que isso obriga a outros investimentos, nomeadamente em termos de reposicionamento e de valorização daquilo que são os acessos a essas unidades.



MUNICÍPIO DE POMBAL

No caso da Guia, é interessante, no caso da Guia a estrada é uma estrada nacional, a Estrada Nacional 109. De quem é a competência? Da Infraestruturas de Portugal. E aquela infraestrutura só foi localizada lá depois de emitido o respetivo parecer pela Infraestruturas de Portugal. E, portanto, nos termos da Lei, aquele investimento está certo.

Outra coisa diferente é nós percebermos – e percebemos – que aquele investimento faz com que seja ainda mais premente a rotunda lá, e isso já está mais do que sinalizado, porque para além da componente de garantir que o tráfego rodoviário abrande junto à escola, hoje, com aquele investimento económico, vai haver mais fluxo de trânsito para aquela zona, e daí essa necessidade de nós, junto da Infraestruturas de Portugal, apelarmos a que, realmente, a rotunda seja construída.

Em relação à GNR e às gratificações, não percebi, mas isso não tem nada a ver com o Município de Pombal – relativamente às gratificações que são pagas à GNR.

Sr. Deputado Eusébio Rodrigues, falou no natal nas freguesias, e isso é importante, neste período, nós percebermos que há um Município que continua também a apoiar as dinâmicas em cada uma das freguesias. E os Srs. Presidentes de Junta que aqui estão percebem. Naturalmente, alguns vão dizer que devia ser mais, que deviam ter mais apoio, é natural, mas o que é certo é que vejam lá quantos Municípios, a nível nacional, é que têm este apoio às freguesias. Isto significa que há aqui uma preocupação também em ajudarmos, realmente, a que este espírito desta época, e também o impacto que tem, do ponto de vista económico, local, possa ter também proporção a nível das freguesias.

Sr. Deputado Fernando Matias, também agradecer as suas palavras, relativamente à Associação Nacional de Municípios, e ao percurso.

E também salientar a importância destes acordos de gestão. Ainda não foi a inauguração, porque a inauguração é para o ano, em 2026. Está previsto também no nosso Orçamento e no PPI dos próximos anos, mas com impacto já em 2026, termos as duas creches já a funcionar. São duas creches, uma no Grou, e outra na Assanha da Paz. As duas creches, para mim – e eu disse hoje, na reunião de Câmara – têm dois elementos que, para mim, são muito importantes: primeiro, é o reconhecimento de que a nossa rede social é muito forte, e isso é muito bom, termos instituições sociais que têm realmente aqui um impacto muito positivo no território, e têm qualidade nos serviços que prestam à população, senão não tinham listas de espera, e isso é bom.

O segundo é o elemento da coesão territorial. Nós estamos a fazer dois investimentos destes, estruturantes, numa área em que as pessoas precisam – as famílias, os jovens casais, precisam desta resposta – em áreas que não são apenas no núcleo urbano de Pombal; uma na Assanha da Paz, Freguesia de Almagreira, e outra no Grou, Freguesia da Guia. E são oitenta e quatro vagas que são criadas, é um número muito impactante. Isto significa que vamos ter, a partir do próximo ano – estamos a finalizar o processo de certificação junto da Segurança Social – vamos ter mais oitenta e quatro vagas nestas novas creches, para além daquilo que tem sido o esforço das próprias IPSS's, já no nosso concelho, de terem vindo a aumentar sucessivamente as vagas em creche.

E, portanto, creio que esse é um elemento muito positivo, e que valoriza o trabalho que é desenvolvido no nosso concelho.

Sr. Presidente de Junta, Humberto Lopes, falou aqui também de vários desafios que temos pela frente, naturalmente, sempre aqui uma componente, que é uma componente que está associada aos desafios que temos todos pela frente. Nós vamos, num dos próximos pontos, analisar o Orçamento, e nós percebemos que nós, Municípios, e vocês, freguesias, por maioria de razão, estamos a ser altamente deficitários do ponto de vista daquilo que são os compromissos que



MUNICÍPIO DE POMBAL

temos, que assumimos, que pagamos, e que não temos o correspondente envelope financeiro. E isso, naturalmente que quem os suporta somos nós – nós, Orçamento da Câmara, e vocês, Orçamento das Juntas.

E, portanto, espero que haja condições, nos próximos tempos, de haver uma reavaliação daquilo que são os montantes transferidos do Estado para as autarquias locais, no sentido de nós podermos também acomodar melhor os nossos orçamentos, e fazer face aos desafios e às dificuldades que temos no dia a dia.

E dar também os parabéns pela sua intervenção, apesar de ter dado lá umas caneladas ao Presidente da Câmara, o que é certo é que foi uma intervenção positiva. Estou a brincar.

José Eduardo, juventude: a juventude, costuma-se dizer que é o futuro; no nosso caso, não é o futuro, é o presente, porque nós queremos que os jovens se fixem no nosso concelho, tenham condições para implementarem os seus projetos de vida no nosso concelho, e foi por isso que nós avançámos, no último mandato, com estes dois projetos, que são projetos altamente diferenciadores – e, aliás, tanto são diferenciadores – e aqui o José Eduardo fez referência, e bem, que este projeto do Berço Feliz, dos apoios e incentivos à natalidade, foi reconhecido a nível nacional como uma prática inovadora e como um bom exemplo a ser seguido pelas outras autarquias locais. Isso significa, realmente, que nós lideramos.

Mas, também lhe vou dizer, nós lideramos porque temos técnicos no Município altamente capacitados – capacitados, qualificados, motivados, e que são realmente uma mais valia na implementação destes projetos. Mais uma vez, os técnicos são aqui um elemento diferenciador nestas iniciativas.

E na questão do arrendamento jovem, eu percebi a preocupação do José Eduardo, quanto mais jovens forem beneficiários, melhor. E, portanto, nós temos neste momento capacidade para abranger o maior número de jovens possível. E, neste momento, o que fazemos na nossa divulgação é fazer com que ela chegue a todas as freguesias, uma vez que este é um programa que não é só para a cidade de Pombal, é um programa que já tem beneficiários de várias freguesias, e nós queremos que chegue ao maior número de jovens possível, no âmbito daquilo que é a divulgação desta campanha.

E no Jovem Autarca também, o Jovem Autarca é um programa altamente bem-sucedido, participam milhares de alunos no concelho todo, das várias escolas do nosso concelho, e temos o compromisso de o Jovem Autarca, quando é eleito, tem um conjunto de objetivos e de projetos que quer implementar, e nós, com as nossas equipas técnicas, ajudamos à implementação desses mesmos projetos. Ou seja, não se fica só pela apresentação dos projetos; é, depois, pela própria implementação, no dia a dia, e também com custos, encargos financeiros que nós assumimos para a implementação dessas ideias.

Sr. Deputado Pedro Navega, como ex-atleta, naturalmente percebe que a importância do nosso apoio ao movimento desportivo é relevante, por várias razões. E às vezes é importante nós refletirmos sobre o que é que temos feito nesta área. E nós, Município de Pombal, é reconhecido pelos clubes desportivos que temos dado um efetivo apoio à formação desportiva, e esse é o elemento distintivo. Todos os jovens, todas as crianças e jovens que são inscritos nas respetivas federações, em cada uma das modalidades, no nosso concelho, têm apoio financeiro. Isto é notável, e há poucos concelhos no nosso país a terem esta atitude. Nós atribuímos o apoio financeiro pelo número de atletas inscritos nas respetivas federações. E, portanto, isso merece um reconhecimento, porque enquanto há concelhos que atribuem apoios em função só de atividades ou de infraestruturas, nós damos apoio em atividades – como ainda hoje, na reunião de Câmara, atribuímos a atividades no domínio do xadrez, e damos nas outras modalidades –



MUNICÍPIO DE POMBAL

atribuímos no apoio às infraestruturas – e já falámos disso também numa reunião, e no próprio Orçamento há um conjunto de compromissos financeiros, nomeadamente na requalificação de pavilhões desportivos, etc. – mas também apoiamos a atividade desportiva em si mesma, ou seja, na importância que tem a formação desportiva no processo de crescimento das crianças e jovens. E isso é realmente importante, e é meio milhão de euros, são cerca de 500.000€ que nós atribuímos todos os anos – este ano foi o ano com maior volume financeiro – ao fomento da prática desportiva no nosso concelho.

Por último, Sr. Deputado João Santos, trouxe aqui um tema que é um tema mais pessoal do que com importância política, para análise. O meu compromisso, e o compromisso da Câmara, é analisar esta proposta e contribuir para a discussão que o Sr. Deputado aqui propôs, de saber se o Feriado Municipal deveria ser assinalado na segunda-feira do Bodo, ou manter-se no dia 11 de novembro. Essa é uma questão que acho que, neste momento – e é a minha opinião pessoal, e também só me vincula a mim, porque nós ainda não discutimos isso internamente – não é uma posição consensual.

E, portanto, a única coisa com que eu me posso comprometer, enquanto Presidente de Câmara, é contribuir para essa discussão, se se proporcionar, e para também partilhar os diversos pontos de vista relativamente a essa matéria.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigado, Sr. Presidente. Cumpriu o seu tempo de intervenção, ainda deixou alguns minutos.

E agora, antes de iniciarmos o período da ordem do dia, eu tenho duas intervenções por parte do público, devidamente identificadas, uma de Telmo Dinis Santos Mateus Pereira Lopes, que pretende intervir sobre pequenas obras e arranjos na cidade, e outra de João Rocha Quaresma, cujo assunto é a transferência de farmácias e acessibilidade ao medicamento.

Eu peço ao Telmo Pereira Lopes para vir até aqui e apresentar a sua comunicação. O Telmo já é um habitual destas sessões, não me posso esquecer que ele está na qualidade de cidadão, mas que foi também candidato à Assembleia Municipal e à Câmara Municipal pelo CDS. Portanto, às vezes temos de separar um bocado as coisas nestes momentos.

Telmo, faça favor de intervir.”

Telmo Lopes (Munícipe):

“Boa noite, Sr. Presidente. Na sua pessoa, cumprimentar toda a Assembleia e o público que nos estiver a acompanhar.

Aproveito a oportunidade para dar os parabéns a todos os eleitos nesta Assembleia, e votos de um sincero bom mandato.

O tema que me traz aqui, são vários temas de interesse municipal, para os quais eu gostaria de pedir esclarecimentos ao Presidente da Câmara ou à sua equipa, isto de acordo com o Regimento da Assembleia Municipal, no seu n.º 1 do art.º 34.º.

O primeiro tema é na rua onde eu moro, não poderá ser mais do meu interesse e do interesse municipal. A zona ajardinada que fica na Rua Fernando Pessoa, em frente ao Edifício Pessoa, recentemente construído e inaugurado, essa zona ajardinada tem iluminação, só que quando foi renovada – isto já há alguns anos – foram colocados postes novos, e os postes antigos ficaram lá, desativados – que eu não sei se era suposto estarem ativos ou desativados, não sou projetista nem técnico. O que é certo é que os postes antigos estão lá a apodrecer, desativados, até fariam falta, e os postes novos não são suficientes para a iluminação da zona.

Enviei ao anterior Vereador Pedro Navega esta comunicação, com certeza que foi aberto algum tipo de procedimento, o que é certo é que nada foi feito, os postes estão lá, e ainda apagados.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Depois, outra situação que eu queria alertar, e é uma situação que é pública, está à vista de toda a gente, quem passar na rua vê, desde que passe com alguma atenção ao que se passa – peço desculpa pela construção frásica – na Rua Capitão Tavares Dias, junto ao Mercadinho, tem um conjunto de fios, penso que elétricos, expostos, sem calha, que não sei se representam algum tipo de perigo, mas o que é certo é que, pela informação que eu já pude recolher antes desta Assembleia, são fios que não são nem das iluminações de natal, nem da EDP, é alguma coisa que lá foi colocada provisoriamente pela Câmara. O que é certo é que está “provisoriamente” há muitos anos, e, portanto, está feio, e penso que até é perigoso.

Para terminar, outra situação que por vezes também me afeta, porque acabo por sujar os sapatos com alguma lama, o que também não é pouco comum, é a zona junto à estação de camionagem. O largo foi embelezado, a obra foi inaugurada, mas toda aquela zona que dá acesso à Urbanização das Cegonhas e ao estacionamento, que é utilizado por todos os Pombalenses, está num estado lastimável, cheio de água, e de poças, e de terra.

Portanto, acho que aquela situação deve ser revista, e com um pouco de brita, ou com uma solução provisória, será muito melhor para todos os Pombalenses que ali estacionam o carro, para depois aceder, ou à estação de camionagem, ou à estação dos comboios.

Aproveitando este ponto, queria alertar – possivelmente o Sr. Presidente também já tem conhecimento, porque foi uma queixa que já foi feita várias vezes nas redes sociais, que é a falta de abertura da estação de camionagem ao domingo, para certos expressos que param em Pombal ao domingo, e que as pessoas têm de estar à chuva, ao sol, ou seja ao que for, em pé, à espera dos expressos. Não sei se já foi tomada alguma medida.

Muito obrigado, e boa noite.”

João Quaresma (Município):

“Então, boa noite a todos. Sr. Presidente, através da Mesa, cumprimentar todos os presentes, deputados municipais, Presidentes de Junta, municípios, funcionários camarários, municípios de Pombal, órgãos de comunicação social – não sei se estão alguns.

Muito obrigado pela oportunidade que mais uma vez me dão.

Antes de mais, eu quero só ler – porque não sei se conseguirei dizer – e, portanto, permitam-me que leia só aqui estas palavras.

Agradecer, em meu nome pessoal e familiar, a nota de pesar e homenagem que no passado dia 31 de outubro o Município prestou ao meu pai, juntando-se a nós na triste dor que nos afetou. Deixou um legado que não posso deixar cair no esquecimento.

“Política é o bem-estar da população”, era o que ele mais dizia. Também exerceu enquanto pai, cidadão, político, farmacêutico, ou mesmo, e muitas vezes, como prestava, de forma anónima.

Aqui, mais uma vez venho vos incomodar com a forma como está a ser tratada uma transferência de farmácia, ou as transferências das farmácias neste Município.

A abertura de farmácias neste concelho foi feita independentemente da sua capitação. Eu posso estar errado nos números, mas o Concelho de Pombal tem cerca de cinquenta, cinquenta e cinco mil habitantes, e tem vinte e uma farmácias, o que dá uma capitação de cerca de duas mil e quinhentas pessoas por farmácia.

Ora muito bem, o que diz a Lei é que o número de habitantes ideal por farmácia são três mil e quinhentos, pelo que, pelas minhas contas, temos de fechar cinco farmácias, talvez, em Pombal, o que não é ideal, nem nunca foi. As farmácias estiveram sempre nas aldeias, junto das populações, independentemente das capitações. Meirinhas nunca teve capitação para uma farmácia, Almagreira nunca teve capitação para uma farmácia, Carnide nunca teve capitação para uma farmácia.



MUNICÍPIO DE POMBAL

As farmácias estão colocadas junto das pessoas, não só pela capacitação, mas pelas acessibilidades. E as acessibilidades medem-se também em distância no território.

Ora, nós temos agora aqui uma situação, nos últimos cinco ou seis anos, em que estamos constantemente com transferências de farmácias, parece-me a mim por razões económicas das farmácias. E isso, eu já disse aqui que não é um problema do Município; as razões económicas das farmácias são meramente do proprietário da farmácia. Os senhores não se têm de preocupar com a minha condição financeira; os senhores têm de se preocupar com o princípio do abastecimento de medicamentos junto da população por uma farmácia. Se eu não tenho condições de gerir a minha farmácia, ou de a manter sustentável, eu vendo a farmácia. Eu não preciso de ajuda do Município.

Vamos lá ver uma coisa, o Município está a fazer um investimento, como já foi dito aqui, em Unidades de Saúde Familiar em S. Simão, Santiago de Litém e Albergaria dos Doze. Vamos perder uma farmácia lá? E a seguir, perdemos na Redinha, porque não tem capitação? Redinha também não tem capitação, não tem três mil e quinhentos habitantes. Pombal sempre teve mais de três mil e quinhentos habitantes, nunca foi colocada essa questão aqui. As farmácias sempre foram sustentáveis. De há cinco anos para cá deixaram de ser sustentáveis em Albergaria dos Doze? S. Simão não precisa de uma farmácia? Tem de vir para Pombal para ser sustentável? Para Flandres? Não é zona urbana?

Quer dizer, nós temos de ser sérios a discutir estes assuntos. Nós temos de ser sérios a discutir estes assuntos.

Eu tive muita dificuldade em aceder a documentos. Para sustentar uma farmácia, a ANF entregou documentos, que entreguei ao Sr. Deputado, que nunca me respondeu, o Município nunca me respondeu, a Assembleia Municipal nunca me respondeu. Eu pedi à Assembleia Municipal para distribuir aos Srs. Deputados, que nunca foi distribuído, nem nunca foi trabalhado em expediente, eu distribuí à Assembleia Municipal os documentos que a Presidente da ANF entregou na Assembleia da República, para a Legislatura XVII, para os senhores verem como é que se faz sustentabilidade das farmácias junto da população rural, junto da população idosa, onde elas são precisas; não é nas cidades. Os senhores verifiquem, peçam os documentos que eu entreguei na Assembleia Municipal e entreguei no Município, exijam os documentos. Os senhores procurem como este processo está a ser tratado.

Sr. Presidente, deixe-me só ler uma das cartas que me foi cedida, depois de recorrer à CADA, deixe-me ler uma frase só, que uma das farmácias entregou ao Município: “Concluindo, estamos certos de que a transferência da Farmácia Santa Maria será benéfica para ambas as farmácias.” Tenho dito. Desejo um bom Natal a todos.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“João Quaresma, eu não tinha conhecimento dos factos que relataste, mas enquanto novo Presidente da Assembleia Municipal, vou inteirar-me dessas cartas que foram entregues, e tentarei fazer o que estiver ao meu alcance. Muito obrigado.

Sr. Presidente, faça favor.”

Presidente da Câmara Municipal:

“Muito bem, duas questões distintas, duas questões particulares.

Que não restem dúvidas nenhuma que enquanto eu cá estiver nestas funções, a única coisa que eu promovo é o interesse público. Que fique muito claro a toda a gente. Enquanto o Presidente da Câmara for o Pedro Pimpão, é o interesse público que estará acima de qualquer outra questão – o interesse público, ponto final.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Agora, vamos às questões concretas que o Telmo sinalizou, eu já pedi aqui informação aos serviços, é uma das questões que já foram reportadas à E-Redes para serem solucionadas. Veremos o ponto de situação, e depois reportaremos ao Telmo o ponto de situação em ambas.

Relativamente à estação de camionagem, nós já falámos, inclusive também nas reuniões de Câmara, e a Sra. Vereadora está a diligenciar nesse sentido. Antigamente não havia nenhum serviço ao domingo na estação de camionagem. Nós conseguimos, com um investidor privado, termos também ao domingo um serviço, que começou como um serviço pontual, entretanto já há dois serviços todos os domingos, isto significa que aumentou, realmente, e, naturalmente, essa necessidade tem vindo a ganhar maior importância, e estamos aqui também para diligenciar esforços, antes de pensarmos, ou concomitantemente a pensarmos, que é uma questão de princípio, como muitos terminais rodoviários, estações multimodais, se devem ser geridas por nós ou por outra entidade, mas agora somos nós os responsáveis. Portanto, temos de assumir esse compromisso e ter pessoal lá, para abrir ao domingo, e a Sra. Vereadora está a tratar dessa matéria. Portanto, está bem sinalizado.

Relativamente ao João, eu só posso dizer duas coisas. A primeira, eu tenho alguma dificuldade, como sou teu amigo, tenho alguma dificuldade em entender algumas coisas, mas, enquanto Presidente de Câmara, primeiro, a homenagem ao teu pai é mais do que justa e merecida. A homenagem ao Rocha Quaresma é mais do que justa e merecida. Foi um grande lutador pela democracia, foi um grande lutador pela liberdade, era uma pessoa que era apaixonada pelos mais novos, que dava confiança às novas gerações. Tu sabes, fomos testemunhas, quando eu fui estudar para Coimbra, o teu pai foi das pessoas que mais me incentivou e que me ajudou, e que me aconselhou na minha experiência universitária.

E, portanto, o teu pai, legado seja feito, foi um homem altamente impactante no nosso território. E foi por isso que nós, felizmente, lhe atribuímos uma medalha de mérito, em reconhecimento de tudo aquilo que ele fez em vida, e que merece ser reconhecido, ponto final. Nada pode contrariar ou pôr em causa esta que é a minha percepção. Hoje sou Presidente de Câmara, poderia não ser; se não fosse Presidente de Câmara, a minha homenagem ao teu pai continuava a ser igual, porque o Rocha Quaresma foi, independentemente de sermos de ideologias diferentes, o que é certo é que o teu pai, independentemente disso – e é mais um bom exemplo, que sempre tivemos uma relação espetacular, o teu pai era uma pessoa que, a mim, só lhe posso dizer bem, e agradecer tudo aquilo que ele deixou como legado.

Outra coisa é um processo que está em curso, João. O Sr. Munícipe João vem aqui, já falou sobre este assunto. Na altura, disse-lhe que este processo estava em análise, que tinham sido pedidos pareceres às entidades competentes. Depois houve as eleições, e agora vai ter de ser marcado o Conselho Municipal de Saúde, pedido parecer às entidades, não houve nenhuma evolução. Por isso é que eu estranho este tipo de intervenção, estranho porque não ajuda, porque estamos a confundir as coisas.

Se for para dialogar, sabes onde é que eu ando todos os dias, se queres marcar uma reunião, nós falamos sobre isso. A partir do momento em que vens à Assembleia Municipal, e que usas este fórum para partilhar aquilo que é a tua situação, aquilo que eu estou a responder, enquanto Presidente da Câmara, é o ponto de situação, tal como já se fez nas reuniões de Câmara, em que o Sr. Vereador também falou no assunto. E quando disse, relativamente a este assunto, que a Sra. Vereadora estava a tomar agora conta do assunto, que chegou agora e está a inteirar-se do ponto de situação, e qualquer esclarecimento podia ser prestado. Portanto, ninguém está a esconder nada a ninguém.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Portanto, João, tu é que escolheste este fórum, não fui eu. O que eu estou a dizer é que há outras formas de nós podermos também saber o ponto de situação. O que eu te posso dizer relativamente a esta matéria é que este é o ponto de situação.

E relativamente às questões políticas, e outras, quando houver decisão, naturalmente discutiremos essa análise.”

Nesta altura deu entrada na sessão o membro Filipa Portela.

Ponto 2 - Período da ordem do dia:

Ponto 2.1. Leitura e discussão da informação do Presidente da Câmara;

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Eu queria chamar à atenção de todos os Srs. Deputados Municipais para não acontecer o que aconteceu em anteriores Assembleias Municipais, que devem intervir – e peço desculpa, mas é isto que está – devem intervir sobre as matérias constantes neste documento, e devem identificar qual o ponto, ou a página em que está o assunto de que querem pedir esclarecimento ao Sr. Presidente da Câmara. Não irei autorizar intervenções que não se enquadrem na leitura e informação do Presidente da Câmara.”

De seguida, questionou quem pretendia usar da palavra, tendo-se inscrito:

Rodrigo Escapa (PS):

“Muito obrigado, Sr. Presidente. Começo por cumprimentar esta Assembleia, e todos os que nos acompanham, na pessoa de V. Exa.

Relativamente ao ponto, ou à página do documento em si, bom, é sobre o documento todo, e, portanto, vou-me escusar a numerar as páginas todas, naturalmente.

Bom, diz o povo, e com razão, Sr. Presidente, que “quem não deve, não teme”, e quem não teme, não esconde.

Estamos hoje aqui perante um exemplo lamentável de como este Executivo encara a democracia local, como um fardo burocrático que tenta contornar, à medida das suas conveniências.

A Lei, em específico a Lei n.º 75/2013, é clara, é objetiva, e não admite interpretações criativas. A informação sobre a atividade e a situação financeira do Município tem de estar na posse dos eleitos com cinco dias de antecedência. Ao enviar esta documentação apenas a três dias da sessão, o Sr. Presidente da Câmara não cometeu apenas um lapso administrativo; o Sr. Presidente cometeu um atropelo democrático, e não só nos termos da Lei que eu acabei de referir, mas também nos termos do Regimento, nos termos do art.º 45.º, n.º 1, que seriam três dias úteis antes da sessão.

E estes dois dias que nos roubaram não são apenas horas no calendário; é tempo que nos foi subtraído para analisar detalhes, para cruzar dados – no fundo, para exercer o mandato para o qual nós fomos eleitos. E quando o Executivo encurta os prazos da Lei, está a tentar encurtar a visão da Oposição, está a tentar asfíxiar o escrutínio, para que a discussão nesta sala seja apenas um teatro de sombras.

Mas, fiquem a saber uma coisa: a legitimidade dos votos não confere o direito de atropelar a legalidade dos atos. Ter uma maioria nesta Assembleia, vasta, como reconhecemos, não dá ao Sr. Presidente um cheque em branco para ignorar o Regime Jurídico das Autarquias. E maioria política serve para governar, não serve para amordaçar a transparência, nem para esconder a realidade documental dos nossos municípios atrás de prazos incumpridos.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Este Executivo pode sentir-se confortável sob o manto protetor da sua maioria partidária, mas a Lei tem guardiões fora destas quatro paredes, e ainda bem, e é bom que se recorde, até para que fique registado para memória futura e para efeitos de responsabilidade, o controlo da legalidade dos atos das autarquias compete à Inspeção Geral de Finanças, como saberá, conforme estabelece o art.º 2.º, n.º 2, alínea b) do Decreto-lei n.º 96/2012.

E para todos aqueles que aqui estão também, desde os restantes Srs. Deputados Municipais, aos Srs. Presidentes de Junta, não pensem que o vosso silêncio cúmplice, ou a vossa pressa em aprovar documentos mal estudados, apaga esta irregularidade, porque hoje foi um documento que era apenas para conhecimento, mas não nos esqueçamos que o mesmo já aconteceu, e há menos de um ano – muito menos de um ano – no mandato anterior, para um documento que era para votação.

Se o Sr. Presidente da Câmara continuar a tratar a Assembleia Municipal como uma mera repartição de carimbos, ignorando os prazos a que está legal e regimentalmente obrigado, não hesitaremos em solicitar a intervenção da tutela inspetiva.

A transparência não se apregoa com cartazes de propaganda; pratica-se cumprindo a Lei. E hoje, a Lei foi aqui derrotada pela vossa arrogância política.

Disse.”

Daniel Ferreira (Presidente J.F. Vermoil, PPD/PSD):

“Caríssimo Presidente, boa noite. Permita-me, na sua pessoa, que cumprimente todos os presentes e todos os que nos ouvem lá em casa.

Eu tenho aqui quatro pontos, que são mais ou menos rápidos.

Na pág. 114, agradecer o apoio, e pedir que isto se desenvolva em mais situações, que nós, em conjunto com o Município de Pombal, fizemos uma plantação de mais de duzentas árvores nas faixas de gestão de combustível, que foram derrotadas, e que agora estamos a plantar novas árvores, árvores autóctones. E dar esta nota, pelo apoio, e pedir que isto efetivamente seja feito mais vezes.

Na pág. 104, gostaria, antes de mais, de dizer que finalmente conseguimos resolver uma questão de segurança rodoviária que existia no Pocejal, com a intervenção e com a construção de duas lombas.

E o que eu gostaria de solicitar e de pedir, com alguma veemência, é que a questão das lombas possa ser – no meu caso, de Vermoil – esticada para mais vias de comunicação, porque é um dos grandes problemas e das grandes dificuldades que vamos tendo, é a questão da segurança rodoviária, com o aumento das velocidades – com a melhoria das estradas, os carros cada vez andam mais depressa, e é uma das solicitações que eu peço, é efetivamente se podemos – e acho que é pertinente – esticar estas soluções, estudá-las e implementá-las em várias vias, no meu caso, da Freguesia de Vermoil, mas acho que será mais ou menos para todas as freguesias.

Na pág. 97, verifico que está a ser feito o levantamento cadastral de toda a rede de saneamento. E eu questiono se não seria possível, neste levantamento cadastral, tentarmos fazer outra coisa que, a meu ver, é mais importante ainda, que é identificar as situações em que as redes de águas pluviais estão ligadas ao saneamento básico, porque, na minha interpretação – e é a minha área técnica – os grandes entupimentos que existem, e as dificuldades que estamos a ter na rede de saneamento, advêm da ligação das águas pluviais à rede de saneamento, pelo que eu acho que era de extrema importância nós conseguirmos identificar estes problemas.

Na pág. 95, gostaria que o Município conseguisse abrir esse quadro, relativamente aos tipos de intervenção, ou metermos as obstruções dos coletores, e se fosse possível, conseguir que isto seja



MUNICÍPIO DE POMBAL

aberto por freguesias, porque é importante nós começarmos a perceber quais são as freguesias que têm mais obstruções, e podermos controlar e prevenir essas situações.

Muito obrigado.”

Humberto Lopes (Presidente J.F. Almagreira, PPD/PSD):

“Obrigado, Presidente.

Eu aqui só tenho dois pontos.

Pág. 5, relativamente às creches, só para dar esta nota, ou seja, vamos ter, em 2026, quarenta e duas novas vagas na Assanha da Paz, e eu digo-o aqui, saber que essas quarenta e duas vagas já estão preenchidas. Ou seja, nós sabemos que o Parque Industrial Manuel da Mota tem esta procura, e esta localização é estratégica para o Município e para a freguesia, como é óbvio, mas dar esta nota. E este foi um dos assuntos também discutido na minha Assembleia de Freguesia, e este que temos aqui tem a ver também com isso, acho que são complementares, ou seja, o parque infantil, a parte dos arranjos exteriores, e deixar o desafio para a aquisição do terreno ao lado, para se fazer uma futura ampliação, porque certamente vamos ter essa necessidade num futuro próximo. Este é já o desafio.

Depois, na pág. 126, e volto aqui ao BUPi porque, na minha opinião, e estando numa freguesia com muita floresta, é pertinente, e para não termos aqui o problema dos incêndios que temos todos os anos – e estamos a falar aqui em dezembro – dar essa nota positiva. Ou seja, o Município, associado às freguesias, continua a ter os balcões, por aquilo que sei, abertos em 2026, a fazer atendimento de proximidade nas freguesias – era essa a confirmação que também gostaria de ter, penso que sim – e para dar outra nota, que Almagreira – e, depois, dou a informação a quem a quiser receber – tem duas parcerias com duas entidades. Começámos com a BIONDE, e na semana passada tivemos na Navigator numa sessão de esclarecimentos com produtores, basicamente ligados ao eucalipto. Ou seja, quem é proprietário de florestal tem aqui, na minha opinião, uma mais-valia.

Dou aqui só três notas: tem resposta para quem quiser vender os terrenos – e eu falei, há bocado, no BUPi, porque só com o BUPi é que nós conseguimos saber de quem são os terrenos, e as próprias pessoas sabem, perceberem se realmente são donas ou não – o próprio rendimento da propriedade – ou seja, sabem que podem tirar um rendimento mensal, anual, daquelas propriedades, que muitos de nós nem sabemos onde elas são – e quem não quiser fazer nada disto, tem um apoio técnico gratuito. Mesmo quem tiver propriedades tem esta hipótese, gratuitamente inscreve-se aqui num clube de produtores florestais – depois deixo essa informação, nós também vamos fazer essa divulgação – gratuitamente, e a Navigator dá esse apoio técnico gratuito.

Qual é a mais-valia para todos nós? No fundo, é ter as nossas propriedades o mais limpas possível, e, no fundo, evitar a parte dos incêndios, senão andamos todos a correr, todos os verões, atrás dos incêndios, e a perder aquilo que, na minha opinião, é o grande potencial também do nosso concelho, que é a floresta.

Dou só esta nota: o Estado, em si, só tem 3% das propriedades florestais em Portugal – 3%; tudo o resto é nosso, é dos particulares. E nós – e eu, como Presidente de Junta de uma freguesia com muita floresta, tenho de continuar a batalhar nesta missão, que é valorizar as propriedades florestais da minha freguesia.

E há bocadinho disse, em nota de brincadeira, que se isto estivesse tudo muito bem, a nossa floresta organizada, se tivéssemos os terrenos limpos na área rural, não era preciso o Ponto n.º 2.11, em que vamos discutir o agravamento do IMI Rústico, porque certamente aí não ia ninguém ser multado, nem ter coimas porque não tinha a propriedade limpa.



MUNICÍPIO DE POMBAL

É só esta nota positiva também para o Município continuar, estes dois pontos.

Obrigado.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigado, Humberto.

Eu pergunto se há mais alguém com interesse em inscrever-se para usar da palavra. Não havendo mais inscrições, eu passo a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, para responder, se faz favor.”

Presidente da Câmara Municipal:

“Muito obrigado, Sr. Presidente.

Relativamente à intervenção do Sr. Deputado Rodrigo Escapa, com humildade democrática, peço desculpa se os documentos não foram a tempo, a responsabilidade é minha.

Daí até dizermos que estamos a esvaziar a Assembleia, etc., acho que é um manifesto exagero. Estamos a falar de um documento que é a informação do Presidente, a atividade do Presidente. Vocês sabem tudo aquilo que eu faço, vocês sabem tudo aquilo que a Câmara faz, não é novidade nenhuma. Aquele documento não tem novidade nenhuma. Aquilo é uma súmula, é uma obrigação decorrente da Lei, que os Srs. Presidentes de Junta também têm nas Assembleias de Freguesia, que é resumir tudo num documento, a atividade dos últimos meses, que é pública, é tudo o que nós fazemos.

Pronto, mas eu compreendo, mas não quero que interpretem como estarmos a limitar o escrutínio da Assembleia, até porque foi com três dias, não foram três dias úteis, como referiu, e bem. Portanto, peço desculpa, eu assumo essa responsabilidade, e empenhar-me-ei para que, no futuro, essa informação – que eu até considero que deve ser muito mais sintética, muito mais resumida, mas que seja disponibilizada a tempo aos Srs. Deputados da Assembleia Municipal.

Ao Sr. Presidente de Junta, Daniel Ferreira, realçar a importância do facto de essas centenas de árvores terem sido plantadas também nas diversas freguesias, e é uma ação integrada no âmbito do plano que nós temos, de fomento da floresta autóctone. E aqui, as Juntas de Freguesia têm um papel muito importante, porque nós distribuímos, ou disponibilizamos gratuitamente essas árvores, precisamente para fomentar também aquilo que é um desígnio, um desígnio concelhio, de aumentarmos, ou valorizarmos a nossa floresta. E, portanto, é uma boa nota, relativamente aos nossos serviços.

Relacionado com o projeto de segurança rodoviária que nós implementámos no Pocejal, ainda bem que cumpriu esse propósito, e temos de avaliar, porque há vários Presidentes de Junta – até nas reuniões que tivemos, preparatórias dos documentos previsionais – que sinalizaram várias situações que, do ponto de vista da segurança rodoviária, mereciam uma intervenção. Portanto, é uma análise que os nossos serviços técnicos também estão a realizar.

E relativamente ao Presidente de Junta Humberto Lopes, falou do BUPi, o BUPi é algo estratégico e muito importante, o termos conhecimento no nosso território – e é um território vasto, o nosso, como vocês também reconhecem, e nós já conseguimos registar – e eu hoje dei essa informação também aos Srs. Vereadores, que me tinham solicitado – temos registadas oitenta e duas mil, seiscentas e noventa e nove propriedades, o que é realmente um esforço notável destes técnicos que estão a trabalhar connosco, e também numa parceria que eu considero que é muito relevante – disse-o hoje, na reunião de Câmara, e agora reafirmo – numa articulação muito importante com as Juntas de Freguesia, e também agradecer o empenho dos Srs. Presidentes de Junta nesta estratégia, que é uma estratégia nacional, de nós podermos conhecer o cadastro e quem é que são, efetivamente, os proprietários dos terrenos. E isso, creio que no futuro, quando estiver concluído este processo, que é um processo complexo, demorado, e



MUNICÍPIO DE POMBAL

já percebemos, com várias nuances, também do ponto de vista jurídico, mas que, felizmente, vai cumprindo o seu desígnio, e isso é muito relevante.”

Nesta altura deu entrada na sessão o Senhor Presidente de Junta do Carriço, Ricardo Grilo.

Ponto 2.2. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre Orçamento Municipal para o ano de 2026 e Plano Orçamental Plurianual 2026/2030;

Foi presente à Assembleia a proposta da Câmara sobre o assunto mencionado em epígrafe, cujo teor se transcreve:

“Ponto 2.8.1. Orçamento Municipal para o ano de 2026 e Plano Orçamental Plurianual 2026-2030; Proposta

Foi presente à reunião a proposta de Orçamento para o ano de 2026 e Plano Orçamental Plurianual para o quinquénio 2026/2030, bem como os respetivos anexos, elaborada pela Divisão de Administração e Finanças Municipais, que se dá por integralmente reproduzida e fica arquivada na referida Divisão.

A Câmara deliberou, por maioria, com um voto contra do Senhor Vereador João Coelho, do Partido Socialista e uma abstenção do Senhor Vereador Manuel Serra, do Partido CHEGA, aprovar a proposta de orçamento para 2026 e o Plano Orçamental Plurianual para o quinquénio 2026/2030 e respetivos anexos, bem como submeter os referidos documentos à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal, com o pedido de a deliberação a tomar ser por minuta, para efeitos de imediata execução.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Antes de começarmos a abordar a ordem de trabalhos, eu queria perguntar à Assembleia se se opõe a que estes documentos, que vão ser votados, sejam aprovados por minuta, se alguém tem alguma objeção a que eles sejam aprovados por minuta, todos eles, uma vez que é para efeitos de imediata execução. Alguém se opõe a que sejam aprovados por minuta? Então, muito obrigado.

Vamos passar, então, ao Ponto n.º 2.2 e Ponto n.º 2.3.

O Ponto n.º 2.2 é a Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre Orçamento Municipal para o ano de 2026 e Plano Orçamental Plurianual 2026/2030.

E o Ponto n.º 2.3 é a Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre as Grandes Opções do Plano para o quinquénio 2026/2030.

Como costuma ser habitual nestes pontos, anualmente, eles são habitualmente discutidos em conjunto, porque estão interligados, e depois votados em separado.

Passo então a palavra à Senhora Vereadora Ana Carolina que fará uma breve apresentação dos documentos propostas para aprovação.”

Ana Carolina Jesus (Vereadora):

“Sr. Presidente da Mesa da Assembleia e digníssima Mesa, Sr. Presidente da Mesa da Assembleia, Dr. João Coucelo, e digníssima Mesa, caros membros desta Assembleia, membros do Executivo, demais presentes, muito boa tarde a todos.

De facto, compete-me apresentar as linhas gerais do Orçamento e as Grandes Opções do Plano 2026-30.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Em termos de dimensão financeira para 2026, o Orçamento global é de 69.630.000€, com uma receita corrente na ordem dos 49.000.000€, e de capital, de 20.000.000€.

Ao nível da despesa corrente, 43.000.000€, de capital, 26.000.000€, e não efetiva, de cerca de 430.000€.

Aqui está evidente o princípio do equilíbrio orçamental, mesmo com um saldo de equilíbrio corrente de cerca de 5.200.000€. Quer isto dizer que temos mais receita corrente do que despesa corrente, o que significa, então, que parte da nossa receita corrente é aplicada em capital.

Em termos de despesa, a distribuição é de cerca de 25.000.000€ de PPI – Plano Plurianual de Investimentos; em termos de Plano de Atividades Municipais, cerca de 20.000.000€; e a parte orçamental, 25.000.000€.

Contemplamos aqui também nesta apresentação o valor referente às despesas com pessoal, de 18.500.000€, para mostrar que, de facto, este é um valor que expressa também o valor humano daquela que é a atividade do Município de Pombal.

Aqui, dar uma nota que, para 2026, já havia um conjunto de compromissos assumidos, na ordem dos 28.000.000€, dos quais cerca de 20.000.000€ respeitantes a obra já contratada ou em fase de contratação, o que demonstra aqui também uma continuidade do trabalho que é desenvolvido, também a médio e longo prazo.

Deste valor, então, já referi os 18.500.000€ de despesa com pessoal, o que significa que temos para as restantes atividades e investimentos 23.700.000€.

Aqui, apresentar a dimensão, e o enquadramento também do Orçamento, em termos de ODS, que nos permite ver quais são as principais áreas de investimento. Desde logo, no PPI, o ODS 3, saúde e bem-estar, também o 4, educação de qualidade, 6, água potável e saneamento, 11, cidades e comunidades sustentáveis. Aqui demonstra que há um pleno alinhamento com aquele que é o compromisso assumido em termos de estratégia.

Dar nota também que ao nível do PAM, surge aqui também aqui alguma evidência no Objetivo 10, redução das desigualdades, aqui também para mostrar que, em termos de atividades municipais, assume aqui este equilíbrio de reduzir as desigualdades, quer ao nível social, quer cultural, quer também em termos de coesão territorial.

Aqui apresentamos o quadro, que também poderão ver na pág. 40 do relatório que acompanha o Orçamento, que nos mostra, entre 2026 e 2030, aqueles que são os grandes objetivos e as áreas prioritárias, em termos de valor. E podemos ver aqui, desde logo, as questões relacionadas com o saneamento, que nestes anos tem previsto um investimento na ordem dos 37.000.000€, mas também o ordenamento do território, isto com todas as perspetivas de reabilitação urbana, a própria revisão do PDM, também a habitação surge com cerca de 23.000.000€, transportes rodoviários, cerca de 30.000.000€, porque nesta função são apresentados todos os investimentos na rede viária, asfaltagens em todas as freguesias do concelho.

Aqui, dar nota só de um outro em particular, que juntamos os serviços auxiliares de ensino e ensino não superior, dois investimentos que nos mostram que, realmente, a educação tem um peso muito forte.

Para o próximo ano, há investimentos em curso que são, de facto, para concluir, precisamente a construção da Unidade de Saúde do Vale do Arunca, aqui para 2026 com 1.460.000€, também a unidade de saúde que serve Carnide, Meirinhas e Vermoil, também a unidade de saúde que serve Santiago, S. Simão de Litém e Albergaria dos Doze, e a ampliação do Centro de Saúde de Pombal, aqui investimentos que estão claramente em evidência para 2026, e que serão executados na sua totalidade, também por força dos compromissos ao nível do financiamento comunitário.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Aqui apresentamos também alguns investimentos, em termos de beneficiação das outras unidades de saúde, apoio na criação de equipas multidisciplinares domiciliárias, e a própria valorização do Hospital de Pombal.

Como outro investimento estratégico, como já referi, também obras em curso, a requalificação do Centro Escolar Conde de Castelo Melhor, na ordem dos 3.000.000€ para o próximo ano. Recordo que alguns destes investimentos já estão a ser realizados, e já tiveram expressão financeira no exercício atual. Também a requalificação da Escola Gualdim Pais, e procuraremos aqui iniciar a construção do Centro de Formação Automóvel da ETAP, para 2026, com uma dotação prevista de 250.000€, mas com um investimento ao longo destes cinco anos que será superior.

Também aqui só destacar a construção do Polo de Inovação e Conhecimento, que apesar de não ter forte expressão financeira em 2026, é um investimento a longo prazo, que está a ser projetado, bem como a beneficiação de centros escolares.

Ao nível dos parques industriais, aqui uma aposta clara, desde logo a expansão norte da zona industrial da Guia, com 1.500.000€ para 2026, este que é um projeto que também tem financiamento comunitário já garantido, bem como a ampliação do Parque Industrial Manuel da Mota. É verdade que ao verem os documentos, não tem uma expressão financeira muito grande no próximo ano porque, realmente, este é um trabalho paulatino que está a ser feito, bem como a ampliação da zona industrial de Albergaria dos Doze, e outras dimensões de parques empresariais, e a beneficiação das infraestruturas da zona industrial da Formiga.

Também há um forte investimento no abastecimento de água e saneamento, para 2026 previstos 2.300.000€ - é um bocadinho superior, eu aqui tenho só uma das componentes. Em termos globais, ao longo dos cinco anos, serão 56.900.000€, com o alargamento da rede de saneamento em diversas zonas do concelho, e também a elaboração de novos projetos para zonas ainda não servidas, levantamento cadastral das redes de infraestruturas de águas residuais, aqui em termos prioritários.

Não estou a fazer a leitura da totalidade dos projetos elencados, porque senão estaríamos aqui a noite toda, e vocês também tiveram oportunidade de ver os documentos.

Aqui, destacar também, em termos de espaços verdes e jardins públicos, que está em curso, temos já o projeto da construção do Parque Verde Urbano de Pombal, mas também procuraremos dinamizar uma rede de parques verdes nas freguesias – aqui elencados alguns dos que têm já maior maturidade para o seu desenvolvimento, em termos de projeto.

O ordenamento do território, mobilidade e acessibilidades, claramente o próximo ano, e o próximo mandato será, sem dúvida, o mandato da revisão do PDM, no qual depositamos todos grandes expetativas. Também os arranjos urbanísticos e passeios em todas as freguesias, incluindo a requalificação de largos.

Ao nível da mobilidade, estamos também integrados naquele que é um estudo intermunicipal da reorganização dos transportes públicos, e também nos estudos de promoção de acessibilidade e mobilidade. Aqui, dar nota da construção também de projeto, de criação de bolsas periféricas de estacionamento, e a atenção, já aqui falada também, na beneficiação da central de camionagem de Pombal.

Ao nível da habitação, esta é uma área em que pretendemos, além da implementação dos programas já em curso, é um compromisso desenvolver a Carta Municipal da Habitação, um documento também que suporta a revisão do PDM, e rever a Estratégia Local de Habitação, para ir além daquele que é o Primeiro Direito, e promover a adesão ao programa intermunicipal de habitação a custos controlados, da Comunidade Intermunicipal.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Em termos de ecossistema de inovação, está a ser feito o desenvolvimento do projeto de atração de investimento “Investe Pombal”, nesta que será uma dinâmica que procurará atrair investimento e criar também melhores condições para o desenvolvimento de novos negócios, bem como o alargamento da Rede “Pombal Cowork” nas freguesias.

Falando de freguesias, as transferências para as freguesias continuarão a ter uma predominância também no nosso Orçamento, desde logo 3.300.000€ contemplados nestes elementos que aqui apresentamos, nomeadamente os autos de transferências de competências, os contratos interadministrativos, num processo que também estamos, em conjunto, a rever, as transferências no âmbito das energias renováveis – neste caso em particular, as eólicas – a execução do PIRIF, 1.100.000€ alocados ao PIRIF para as freguesias, e depois haverá ainda alguns apoios, ao abrigo do regulamento municipal – como o caso do que já foi falado hoje, do apoio às animações de natal, e também a outras dinâmicas nas freguesias.

Em termos de ambiente e energia, a implementação do plano de gestão ativa das linhas de água do concelho, também com o reforço do programa de recolha seletiva e valorização de biorresíduos “Pombal Orgânico”, e a requalificação e valorização dos nossos rios, tudo isto integrado no PERLA.

Está também em curso a criação da Reserva Natural do Vale do Degolaço, e a criação de uma rede municipal de ecocentros, isto num investimento previsto de 3.900.000€, em 2026, e que será de 24.900.000€ até 2030.

Também na cultura e no turismo, continuaremos a desenvolver as atividades âncora do nosso concelho, e teremos um ano muito especial, com a concretização da abertura do “Explore Sicó”, que pretende, realmente, continuar a valorizar a Serra de Sicó, e também dinamizar toda a sua envolvente.

Outro investimento estratégico na área do turismo, a construção do ponto de apoio à Praia do Osso da Baleia, bem como as infraestruturas de suporte à Praia do Urso, e temos aqui também a beneficiação e requalificação de diversos equipamentos culturais.

Aqui, também dar nota do interesse e da prioridade em valorizar e musealizar os achados paleontológicos.

Em termos de desporto, recreio e lazer, continuaremos a apoiar a prática desportiva e a reabilitar diversos equipamentos desportivos.

Ação social, já falámos aqui também hoje da abertura das creches do Grou e da Assanha da Paz, mas também continuar a desenvolver o Programa Municipal de Incentivo à Natalidade, e aqui, de uma forma global, a implementação da estratégia de envelhecimento ativo, saudável e feliz, e o Plano Local de Combate à Pobreza e Exclusão Social.

E é assim, em linhas gerais, fui passando as principais informações relativamente ao Orçamento e Grandes Opções do Plano, aqui terminando com uma frase do Presidente, Pombal continua a afirmar-se como um concelho moderno, competitivo e humano, um concelho onde vale a pena viver, trabalhar, estudar, investir e visitar.”

*De seguida o **Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** questionou quem pretendia usar da palavra, tendo-se inscrito:*

Rui Pinhão (PS):

“Sr. Presidente, gostaria de começar aqui por dizer que, de facto, a fixação de médicos é um problema, porque, relativamente a essa área, estamos com três anos de atraso, porque se o Executivo tivesse colocado em ação o programa de atração e fixação de médicos que foi reclamado pelo PS durante o último mandato, já teríamos trabalho feito.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Relativamente à área da saúde e à área da mobilidade, no trabalho que fiz de análise, surgiu-me aqui, relativamente a uma ata da reunião de União de Freguesias de Albergaria, Santiago de Litém e S. Simão de Litém, que o Sr. Presidente da Junta terá dado uma resposta, de que a Câmara iria criar uma rede de transportes para os utentes do serviço de saúde, isto para facilitação de deslocação às unidades de saúde, e acrescentou ainda que poderá haver compensações para as ex-freguesias que não fiquem com este serviço de saúde no seu território.

Portanto, aqui a minha questão é qual é esta rede de transportes que irá ser criada, se já está a ser criada, se já está em andamento, uma vez que a construção das unidades de saúde já está em curso, e a que tipo de compensações é que o Sr. Presidente de Junta se referia, relativamente às freguesias que não tenham o serviço de saúde no seu território.

Nesta investigação, surgiu-me aqui uma questão, e que seria bom que fosse esclarecida, para os Pombalenses, porque não consigo perceber a que é que se refere o Vogal da União de Freguesias, na altura, e passo a citar, quando se insurgiu ainda contra o estudo elaborado pela Câmara, apontando a coincidência de a localização ótima para a implantação do polo de saúde, defendida no estudo, coincidir com a localidade de nascimento da técnica que elaborou o estudo, e onde vivem os seus familiares diretos, e onde são proprietários de terrenos, manifestando discordância quanto aos critérios utilizados no estudo, referindo que os ingredientes utilizados produziram a sopa pretendida; fossem outros os ingredientes, a sopa seria outra – e isto, dentro do investimento que o Município está a fazer na área da saúde, que é um investimento avultado, surge esta situação pelo meio. Seria bom – não sei se o Sr. Presidente, entretanto, já falou com o Sr. Presidente de Junta de Santiago de Litém, acerca do que é que ele eventualmente poderia querer dizer aqui, nesta tomada de decisão. Seria bom que fosse esclarecido, a bem da transparência.

E gostava realmente de saber aqui a questão da rede de transportes, e das compensações que são faladas.

Muito obrigado.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Já terminou? Eu gostava só de chamar à atenção aos Srs. Membros da Assembleia Municipal que estamos a discutir as Grandes Opções do Plano, e penso que a intervenção do Sr. Membro da Assembleia Municipal, Rui Pinhão, se desviou um bocado dessa questão, até fez suposições que me parece que não caem bem nesta Assembleia Municipal. São suposições que não caem bem na Assembleia Municipal, suposição de falta de transparência.

Portanto, eu agradecia que nós pudéssemos discutir estes assuntos com tranquilidade e com transparência também, e atermo-nos ao ponto da ordem de trabalhos que estamos neste momento a tratar. Faça favor de intervir, seguidamente, Hugo Silva.”

Hugo Silva (Pombal Independentes):

“Estamos aqui no ponto mais importante desta Assembleia, que é o primeiro Orçamento deste mandato. E ele define o rumo do concelho para os próximos quatro anos.

E o que este Orçamento nos mostra é simples, há continuidade. Há continuidade das opções do final do primeiro mandato do Presidente Pedro Pimpão, e um claro afastamento das opções seguidas nos mandatos de Narciso Mota e Diogo Mateus.

Primeiro ponto, o PRR, o Plano de Recuperação e Resiliência é um instrumento excecional e temporário, termina em 2026. Este Orçamento vive, em grande parte, às custas do PRR. Dos 24.000.000€ investidos anunciados, 15.000.000€ dependem diretamente do PRR – 9.000.000€ para Centros de Saúde, 10.000.000€ para equipamentos educativos. Sem o PRR, o que é que sobra? Nada, apenas cerca de 10.000.000€ de investimento com base na receita normal do



MUNICÍPIO DE POMBAL

Município, nesta Câmara, que tem um orçamento de investimento tão baixo, sustentado pelos meios próprios.

Se olharmos para o financiamento total previsto, de cerca de 20.000.000€, sobram 4.000.000€ para obras municipais – só 4.000.000€. Para o concelho inteiro, não é uma missão, é uma resignação.

Se não existisse PRR, era este o nível de investimento que o Executivo apresentava para 2026.

Segundo ponto, endividamento. Este Orçamento só se sustenta com mais 10.000.000€ de endividamento, endividamento esse que votámos contra. E sublinha-se ainda que nem é plenamente refletido neste documento, ou seja, sem a dívida não há obra; com a dívida, adiam-se problemas para o futuro.

No Plano de Atividades do Município, na despesa corrente houve um aumento de 13%. Justifica-se em grande parte com os recursos humanos – salários e chefias intermédias. Mas, o verdadeiro desvio vai no Plano de Atividades Municipais, passamos de 3.000.000€, em 2022, para 20.000.000€, neste Orçamento. E se juntarmos 4.000.000€ de saldos transitados, este valor poderá chegar a 25.000.000€. Nunca, em nenhum mandato, o Município teve um Plano de Atividades com esta dimensão.

E agora, o mais grave. Se não se investir onde é essencial, no saneamento, apenas 800.000€, quando o concelho precisa de cerca de 3.000.000€/ano.

Na rede viária, apenas 1.200.000€ vão ser investidos, quando necessitamos de cerca de 5.000.000€/ano.

Na habitação, não se aproveitou o PRR para criar arrendamento acessível para os Pombalenses. Outros Municípios fizeram-no – o exemplo da Figueira da Foz, que tem 20.000.000€ só para essa área.

Não se investe na manutenção e na abertura de caminhos florestais, com todas as consequências que isso tem para a segurança e prevenção de incêndios. Mas, ao mesmo tempo, investe-se, sim, 500.000€ numa residência estudantil, associada a um polo cuja existência é incerta, e que esperemos sinceramente que não avance. Investe 2.300.000€ em turismo, incluindo feiras internacionais, sem a garantia de retorno económico, e sem um impacto claro na qualidade de vida da população.

Em conclusão, estas escolhas têm consequências, significam o adiamento de projetos há muito esperados pelas freguesias. Ano após ano, Orçamento após Orçamento, com honrosa exceção apenas da zona industrial da Guia.

E para terminar, há rubricas neste Orçamento com as quais concordamos, mas o essencial falha. O Orçamento não corresponde às necessidades do concelho, não apenas no investimento estruturante, e deixa demais problemas por resolver.

Por isso, não podemos votar favoravelmente este Orçamento, porque Pombal merece mais ambição e merece melhores escolhas.”

Humberto Lopes (Presidente J.F. Almagreira, PPD/PSD):

“Obrigado, Presidente. Eu aqui vou cingir-me a dois pontos que, mais uma vez, faço questão de trazer, um deles o saneamento básico, está na ODS 6, e bem. Ou seja, percebi que para a água potável – e isto está num capítulo como “água potável e saneamento”, 80,4%, está basicamente associado, e é uma das prioridades do Executivo. Ou seja, 11% do Orçamento para 2026 – basicamente, os tais 8.000.000€ - estão para esta área.

Eu, aqui, não poderia deixar de referenciar a minha freguesia, como é óbvio. Na pág. 27 aparecem elencados os Lugares de Portela, Carrascos, Chãs e Vale de Nabal, noutra linha, Sazes e Espinheiras, agrupados a um projeto, com a Freguesia de Pombal, do Pinheirinho, outra linha



MUNICÍPIO DE POMBAL

para Barbas Novas. Só para dar esta nota, e também para que fique registado, falta aqui um lugar, que é Pingarelhos, pelo menos para projeto, que foi um dos assuntos também discutidos na minha Assembleia de Freguesia.

Agora, aqui a minha discordância com o orador importante. Ou seja, eu percebi que está definido, a nível de investimento, como orçamento definido, os 800.000€ para esta área, e não definido, 4.500.000€, daquilo que eu consegui ler no Orçamento. E aqui, discordo, ou seja, se for necessário – e é a minha posição pessoal, e já o foi feito – se for necessário, e não houver fundos comunitários, e não houver outra forma de financiamento, aqui acho que o Município deve ir buscar à sua capacidade de endividamento, e ir a crédito, e fazer estas obras, porque acho que ninguém tem dúvidas de que o saneamento básico – pela palavra dele próprio, de ser básico – já devia estar feito. Portanto, não pode haver lugares de primeira, de segunda, de terceira e de quarta.

Portanto, se o Município tiver capacidade – e julgo que tem – capacidade de endividamento, deve recorrer ao crédito e fazer estas obras o mais rápido possível, que outras freguesias estão exatamente iguais.

Depois, outro ponto, a mobilidade. Se queremos um concelho atrativo – e queremos, e fazemo-lo – no fundo, aproximar as freguesias à cidade. E isto aqui, já volta aqui o assunto da mobilidade, dos transportes. Mobilidade, pelo que eu percebi, no Orçamento estão 21% para este ponto, ou seja, 15.000.000€ para o Orçamento de 2026. A minha questão é só esta, ou seja, dentro deste capítulo – é muito dinheiro, já se percebeu – o que estará contemplado para obras – ou seja, percebi que neste capítulo estão as obras, as vias, as remodelações, as requalificações, mas também haverá um capítulo para a parte da mobilidade, ou seja, dos transportes – e já foi aqui referido – dos transportes públicos, a rede de transportes públicos, que muito nos preocupa, nas freguesias, porque como já aqui foi dito por outros intervenientes, temos a questão da saúde para resolver – ou seja, as freguesias cuja unidade será localizada noutra freguesia, temos esta questão para resolver, e julgo que com uma rede de transportes públicos a funcionar, este será um dos problemas que será resolvido.

E tinha aqui uma nota – também já foi referido – como é óbvio, Pombal tem uma centralidade espetacular, tem uma estação de camionagem junto a uma ferrovia, a uma paragem da Linha do Norte, e a nota que eu tinha aqui, final, é que, sim senhor, que até 2026 façam já o tal estudo da gare intermodal. Ou seja, o que faz falta em Pombal, na minha humilde opinião, é uma gare intermodal – ela já está ligada, ou seja, é uma obra muito simples, mas que tem outras condições – quer aos passageiros que estão do lado da rodovia, e que do lado da ferrovia conseguem atravessar, e criamos aqui em Pombal – e eu digo sempre isto, em todo o país temos esse privilégio de estar aqui, no centro natural de Portugal. E, portanto, é uma obra que penso que em 2026 consigamos ter a hipótese de fazer já o projeto, e colocar à discussão pública, para todos nós aqui podermos dar a nossa opinião também, se for entendido.

Obrigado.”

Carla Mariza (PS):

“Boa tarde a todos, Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Sr. Presidente de Câmara, Sras. e Srs. Deputados, comunicação social, caros Pombalenses que nos estão a ver através do streaming da internet.

Este Orçamento é mais do mesmo, Sr. Presidente, transportou valores do Orçamento de há quatro anos para aqui.

Vejamos, então, e tenho aqui dois pontos para apresentar, em especial no que diz respeito à ação social e à habitação. A conclusão a que chegamos é que é bastante claro e bastante preocupante,



MUNICÍPIO DE POMBAL

estas áreas continuam a não ser tratadas como áreas prioritárias, apesar de serem precisamente aquelas onde o concelho enfrenta hoje um dos maiores desafios. Falamos do envelhecimento acelerado, falamos da pobreza, muitas vezes invisível, do isolamento social, da sobrecarga das famílias, das dificuldades de acesso à habitação, e das IPSS's, que estão claramente saturadas. No entanto, quando olhamos para o Orçamento, percebemos que a resposta não acompanha a realidade.

Vejamos, então: para o ano de 2026, temos 81.000€ de financiamento definido para a área da ação social. Quando comparamos estes valores com outras áreas, percebemos bem as opções políticas que estão aqui a ser feitas – temos a cultura com 19.000.000€, temos o desporto com 15.000.000€, os espaços verdes com 14.000.000€, e num concelho envelhecido como Pombal, esta desproporção é difícil de compreender, e impossível até de justificar.

Mais grave ainda é a natureza das medidas apresentadas. O documento anuncia a estratégia de envelhecimento ativo, saudável e feliz, e um plano local para o combate à pobreza e à exclusão social, programas como o Banco do Bebê, ou o Berço Feliz, mas nenhuma destas iniciativas apresenta metas claras, indicadores de avaliação, número de beneficiários, parceiros definidos, ou até dotação financeira, própria e identificável. São boas intenções, mas boas intenções não combatem a solidão, não reduzem a pobreza, não aliviam a sobrecarga dos cuidadores e não resolvem a exclusão social.

Na prática, a ação social só surge como um conjunto de medidas genéricas, sem impacto mensurável e não plenamente estruturadas.

No que diz respeito à habitação – e aqui falámos no arrendamento jovem, uma proposta feita pela Juventude Socialista, à altura, e bem – no ano de 2026 temos 262.000€ de financiamento garantido. Recordamos que, em 2023, o Município de Pombal anunciou um investimento de 22.500.000€ para a habitação, protocolado com o IHRU, 18.000.000€ seriam de financiamento externo, 4.500.000€ da autarquia. Hoje sabemos que desse anúncio não resultou qualquer resposta concreta, nada no terreno. O que surge agora nas GOP não é construção, não é reabilitação efetiva, não é o acesso à habitação a custos controlados; é mais um estudo que a Câmara Municipal vai entregar à CIM-RL, empurrando novamente as soluções para o futuro.

Importa dizê-lo com clareza, que nunca houve aqui nenhuma falta de enquadramento legal, nunca houve falta de financiamento disponível, nunca houve impedimento político; o que houve aqui foi uma falta de prioridade política.

Sras. e Srs. Deputados, a ação social e a habitação não são capítulos acessórios do Orçamento; são um compromisso com as pessoas mais vulneráveis do nosso concelho. O que hoje discutimos não responde às famílias com baixos rendimentos, nem aos idosos isolados, nem aos cuidadores, nem aos jovens sem acesso à habitação, nem às IPSS's que diariamente substituem o que o poder público não consegue garantir.

Por isso, em sentido de responsabilidade e respeito institucional, afirmo que este Orçamento não está à altura das necessidades reais sociais do Concelho de Pombal, e revela um claro desfasamento entre as prioridades reais da população e as prioridades políticas do Executivo.

Tenho dito."

Maria Ofélia Moleiro (PPD/PSD):

"Obrigada, Sr. Presidente.

Farei uma análise geral política aos documentos de GOP's e Orçamento, deixando os números concretos para os colegas que se seguirão da minha Bancada.

Farei esta análise política de uma forma ligeiramente pedagógica, para fazer jus ao título que o Presidente da Câmara sempre me dá – de quem eu não fui professora, e tenho pena, mas fui



MUNICÍPIO DE POMBAL

professora de um Presidente de Câmara, do Diogo Mateus – que, aliás, foi o melhor aluno da turma.

Ouve-se frequentemente a voz do povo, queixando-se que os candidatos prometem, prometem, prometem nas campanhas eleitorais, mas depois de eleitos, não cumprem nada, ou quase nada. Isto é a vox pop.

Há uma maneira de os Pombalenses verificarem o cumprimento, ou o incumprimento, das promessas eleitorais. Passo a explicar – e passo a explicar da tal forma pedagógica, porque penso que nem todos os cidadãos estão conscientes do que são estes documentos, e como nos assistem pelas redes sociais e pela internet, eu acho que será útil para os cidadãos esta minha análise.

Nas GOP's, Grandes Opções do Plano, poderão verificar se estão lá planeados, para o período do mandato – que é um período que, no caso das GOP's, é de cinco anos, quinquenal – os grandes objetivos enunciados no programa eleitoral. No Orçamento, poderão verificar se estão previstas verbas para o primeiro ano de realização desses objetivos. Na execução orçamental, posteriormente, poderão verificar se o que foi planeado e orçamentado foi, de facto, realizado.

Fizemos esse exercício de análise política, em nome dos nossos cidadãos. Para isso, confrontámos os documentos previsionais, hoje apresentados pelo Executivo, com o programa eleitoral recentemente sufragado.

As GOP's para o quinquénio 2026-30 afirmam os objetivos apresentados a sufrágio, distribuindo ao longo do período os recursos financeiros necessários para cumprir os objetivos e programa que os consubstanciaram.

A tão desejada coesão territorial para o desenvolvimento das nossas dezassete freguesias é prosseguida através do programa de incentivos à realização de investimentos pelas freguesias, a que se juntam as transferências financeiras do Município, quando o faz de forma descentralizada, e os apoios individuais oportunos.

Hoje mesmo, no último ponto da nossa reunião, tomamos conhecimento de alguns desses apoios específicos, consoante as necessidades apresentadas pelas freguesias.

No Orçamento encontramos consideradas todas as medidas do programa eleitoral, merecendo especial destaque a educação, pelo elevado investimento – já aqui referido, o maior de sempre nas escolas do concelho – e as obras para a instalação de um polo de ensino superior no nosso concelho.

A saúde é de destacar, como aqui também já foi feito pela Vereadora Carolina, com as imensas obras que vão dar mais acompanhamento e mais cuidados de saúde para as famílias de Pombal.

Na economia, também já aqui referido, a expansão e a criação de novos parques industriais.

São apenas três a que me refiro, para não ser muito exaustiva. Só com estes três conseguiremos um concelho educado, culto, saudável e próspero.

E podíamos continuar a percorrer o Orçamento, rubrica por rubrica, à procura de coerência com o programa eleitoral sufragado e vencedor. Fizemos a análise exaustiva, e podemos descansar os Pombalenses: o Orçamento contempla as políticas municipais a que deram preferência pelo voto.

No decorrer do ano verificaremos, através da execução orçamental, se o Orçamento hoje apresentado é realmente concretizado.

Muito obrigada, Sr. Presidente.”

Pedro Ferraz (PPD/PSD):



MUNICÍPIO DE POMBAL

“Ora, muito boa noite, Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Dr. João Coucelo, Sr. Presidente da Câmara Municipal de Pombal, Dr. Pedro Pimpão, Sras. e Srs. Membros do Executivo Camarário, Sras. e Srs. Deputados Municipais, e caras e caros Pombalenses.

Antes de mais, uma palavra de agradecimento a todos os que participaram na elaboração deste Orçamento, aos serviços municipais, ao Executivo Camarário, e também à Oposição, que foi consultada durante a preparação do documento. O trabalho técnico e o diálogo plural permitiram apresentar uma proposta sólida, transparente e alinhada com o interesse público. Este documento também segue, como tal, todas as normas do POCAL e do Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais.

Também já foi aqui explicado e apresentado pela Vereadora Carolina Jesus que o documento segue as orientações do Pombal 2030, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, que estão alinhados com as Nações Unidas, e que se pretendem atingir ao máximo no ano de 2030. Refiro-me nomeadamente à saúde e bem-estar, educação de qualidade, água potável e saneamento, indústria, inovação e infraestrutura, cidades e comunidades sustentáveis, e ação climática, entre outros.

Temos também outras linhas de intervenção estratégica, nomeadamente que atuam em infraestruturas essenciais, como a água e saneamento. E temos, por exemplo, a obra na conduta adutora do Vale Mourão. A rede viária, a requalificação da Estrada Nacional 109; a educação, a requalificação das Escolas Gualdim Pais e Conde de Castelo Melhor; a saúde, a expansão do Centro de Saúde de Pombal; e a cultura e o turismo, com a requalificação de uma série de equipamentos; também o desenvolvimento económico, a expansão e qualificação do Parque Industrial Manuel da Mota, da zona industrial da Guia, da zona industrial da Formiga, e também o trabalhar com o governo local, com a proximidade, com as Juntas de Freguesia, com a aprovação de transferências, através do PIRIF e de outros contratos-programa.

Este é um programa e é um Orçamento que verte o programa eleitoral sufragado e validado pela população Pombalense, em outubro deste ano, honrando os compromissos assumidos e acelerando projetos âncora que constavam dessa proposta.

Venho agora falar de todas as verbas que já estão inscritas e definidas neste Orçamento para serem concretizadas em 2026. Estamos a falar da requalificação da Escola Gualdim Pais, 3.700.000€, da Escola Conde de Castelo Melhor, 2.800.000€, da construção do polidesportivo do Centro Escolar de Vila Cã, 118.000€, e beneficiações em vários outros centros escolares, como a Mata Mourisca, 73.700€.

Temos também já inscritos, com verbas definidas, construção e requalificação de unidades de saúde, num total de 1.438.000€, como por exemplo, a do Vale do Arunca, que serve Lourical, Pelariga, Redinha e Almagreira, 455.000€; remodelação do Centro de Saúde de Pombal, estão inscritos e definidos 364.000€, e Unidade de Saúde Familiar de Carnide, Meirinhas e Vermoil, 367.000€, e Santiago, S. Simão de Litém e Albergaria dos Doze, 252.000€.

Água e saneamento, temos, então, a tal conduta adutora, remodelação e beneficiação, de Ourão, temos 1.400.000€ definidos, e também a beneficiação do reservatório das Matas e Ciprestes. A expansão também da rede de saneamento no Vale da Cabra e Casal do Queijo, de 100.000€, e as redes de saneamento de Paião e Alto Covão, nas Meirinhas, têm 20.000€.

Na rede viária e mobilidade, existem vários arruamentos e beneficiações previstos nas várias freguesias, e também planeamento de transportes e renovação de viaturas de transporte público.

Na cultura, estão previstos investimentos na biblioteca municipal, no Teatro Cine e no auditório, museus e centros culturais.



MUNICÍPIO DE POMBAL

No desporto, a requalificação da piscina municipal e pavilhões, apoio a práticas desportivas e eventos.

No desenvolvimento económico, já falámos dos parques industriais.

Agora, indo claramente aos números do Orçamento, desde 2022 o Município tem vindo a reforçar a capacidade de investimento, culminando este ano de 2026 com um Orçamento total a aprovar de perto de 70.000.000€ - 69.600.000€ - o maior valor de sempre, garantindo equilíbrio – quer o equilíbrio total, quer o equilíbrio corrente – e aproveitando as oportunidades que lhe dão o Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), e o FEIE – Fundos Estruturais de Investimento Europeus.

O princípio do equilíbrio orçamental, como viram, é cumprido, através de que a despesa é igual à receita, no valor de 69.600.000€. Também o princípio de equilíbrio orçamental corrente será cumprido, em que temos uma receita corrente de 49.000.000€, e temos só uma despesa de 43.000.000€, sobram 6.154.000€. E o que é que temos aqui? Sobra 5.259.000€, dos quais 894.000€ vão servir para amortizar a dívida, e o remanescente para novos investimentos.

Poderia falar – e o tempo está a escoar – nas receitas. Quero falar num aspeto muito importante, que tem a ver com a despesa municipal em que este Município incorre, ao optar por não aplicar as taxas máximas, quer ao nível do IMI, quer ao nível da Derrama, quer ao nível da taxa variável de participação no IRS, que poderá ir ao máximo de 5%, e em que só estamos nos 2,5%. Isto é um esforço que a Câmara está a fazer, ao abdicar de uma receita de 6.800.000€, e que está a entregar, quer às famílias, quer às empresas do Município.

Ao nível do endividamento – e foi falado aqui – o Município, ao longo destes anos, esteve sempre, e desde sempre, desde que o PSD entrou para este Município, uma gestão de dívida prudente e responsável. E os valores são estes: neste momento, a capacidade de endividamento utilizada é 8.100.000€ prevista; se forem ver à informação do Presidente de Câmara, temos 8.800.000€ - é o que temos nesta data. E a capacidade que o Município pode fazer de endividamento é de 65.000.000€. O que nós estamos a dizer é que estamos a utilizar 12,4% dessa capacidade; 87,6% continua disponível, o que quer dizer que ainda temos 56.900.000€ para utilizar. Claro que não é para esbanjar; é aproveitar esta janela do PRR, e aproveitar estes fundos para podermos captar esses investimentos.

Vou saltar as Grandes Opções do Plano, que já foram vistas.

Vou agora para o perímetro do Grupo Municipal, que estamos a falar que o Município de Pombal detém várias participações em diversas entidades, como a PMUGest, que é detida a 100%, a Pombal PROF, que é detida a 25%, a Valorlis, a 9,52%, e pequenas participações residuais, inferiores a 1%, na Lusitânia Gás, na Mapicentro, e no Fundo de Apoio Municipal.

A PMUGest é uma empresa detida a 100% pelo Município, sendo a Câmara Municipal a sua acionista única, fazendo parte do perímetro do Grupo Municipal de Pombal. A PMUGest centra a sua atividade em serviços urbanos de limpeza e manutenção, serviços agroflorestais, publicidade, estacionamento, e tendo um número médio de trabalhadores.

Fazendo uma análise muito sucinta ao Orçamento da PMUGest, vemos que temos um balanço previsional previsto sólido, um ativo de 1.800.000€, tendo um capital próprio de 1.500.000€. 325.000€ são capital social detido pelo Município, e o resto, mais de 1.000.000€, é o resultado positivo dos exercícios anteriores. Acrescenta um passivo residual, de cerca de 300.000€. E isto vem refletido no seu excelente rácio de autonomia financeira, de capital próprio sobre o ativo previsto, de cerca de 85%.

Em termos de atividade, prevê-se que no ano de 2026 a PMUGest tenha vendas no montante de cerca de 1.884.000€, e gere um resultado positivo de cerca de 91.000€.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Face ao exposto, e face ao parecer positivo que podem ver que foi emitido pelo fiscal único Oliveira e Reis, associados, ao orçamento da PMUGest, vimos expressar o nosso parecer favorável a este documento.

Para finalizar, faço um apelo final a todas as bancadas aqui presentes nesta Assembleia: o Orçamento Municipal para o ano de 2026 é um Orçamento responsável, socialmente comprometido e estrategicamente orientado para a década; fortalece serviços públicos, acelera investimentos estruturantes e respeita as famílias e as empresas.

Pela coerência com o programa sufragada pelos Pombalenses, em outubro deste ano, e pelo impacto positivo no nosso território, apelo à aprovação por todas as bancadas aqui presentes nesta Assembleia. Muito obrigado.”

Manuel Gonçalves (PS):

“Os documentos que nós analisámos são a prova, o comprovativo final do resultado económico dos trinta anos de governação PSD. Não é do Executivo anterior, ou deste Executivo; são o fruto de trinta anos.

Em trinta anos, o PSD não conseguiu ter um modelo económico robusto, sustentável e olhando para o futuro.

Dou-lhes só dois pequenos exemplos sobre essa matéria. O IRC cobrado no nosso concelho anda à volta dos 105.000.000€, mais ou menos, e 45.000.000€ de IRS. Isto significa o quê? Que o nosso tecido empresarial, em Pombal, não é forte, e os salários praticados também não devem ser muito elevados, porque senão nós teríamos um volume de IRC muito superior, e também de IRS.

Aliás, se virem neste Orçamento, a previsão de aumento de IRC, em termos de Derrama, são 4%. Se tirarem 2% da inflação, é quase ela por ela.

Também é o reconhecimento de que o nosso modelo de desenvolvimento económico de Pombal não está correto. E depois, isto tem implicações no nosso dia a dia. Isto é, receita fiscal própria, 14.000.000€, não chega para pagar os salários da nossa atividade municipal, que são 18.000.000€. O nosso concelho vive das transferências, ou da Administração Central, ou dos fundos europeus.

Eu não estou a falar dos outros concelhos, estou a falar de Pombal.

Se nós não invertermos o modelo económico assente no atual tecido empresarial, que é o tecido empresarial familiar, empresas mais pequenas, sem grande volume de negócios em geral... Só um sinal: o Diário de Leiria publicou, no início de dezembro, um documento com as mil e quinhentas empresas do Distrito de Leiria. Pombal tinha uma, das zero às cinquenta empresas; tinha oito no grupo das cem às duzentas maiores; e tinha treze, das duzentas às quinhentas. Vejam o nosso tecido empresarial.

É que se nós não ajustarmos, não reformularmos o nosso tecido empresarial, nós não conseguimos ter receita para satisfazer as necessidades sociais.

É por isso que este Orçamento é um Orçamento de desistência. O PSD acredita firmemente que o facto de ser Pombal centro natural de Portugal, e construindo uns terrenos para expansão de zonas industriais, que os investidores, aqueles que nós interessamos – e quais são esses? São aqueles que dão emprego qualificado, e são aqueles que dão salários mais elevados. Porque, meus amigos, só assim é que nós conseguimos reter o nosso talento e trazer novo talento, e isso não está plasmado neste Orçamento e neste documento. Há poucas ou nenhuma iniciativas nesse sentido.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Eu diria, é uma questão que não é conjuntural, não é uma questão de inflação, ou de mudança do ciclo económico, etc.; não, é uma questão estrutural do Concelho de Pombal – e, se calhar, também dos outros concelhos, mas eu estou a falar do meu concelho.

É por isso que a orientação estratégica deste documento devia ser apostar na identificação e atração de outro tipo de empresas para este concelho. Não se faz de um dia para o outro, não se faz em um ano, não se faz em dois, mas, meus amigos, vocês tiveram trinta anos para fazer isso – tiveram trinta anos. E agora, nós não nos podemos lamentar que a nossa receita não dá para tudo. É verdade, não dá, mas a única forma de nós termos receita é termos capacidade de a atrair e de a trazer. Isso implicaria, meus amigos, um Presidente de Câmara a meio tempo só para fazer isso – só para fazer isso. Digo-vos, não é com dois simples técnicos que nós temos para fazer esse tipo de trabalho. Isto é um trabalho político, e digo-vos, se não o fizermos, estamos a comprometer as próximas gerações, porque isto não se faz de um dia para o outro, Sr. Presidente, isto não vai lá com comprimidos da felicidade, não vai, não resolve. Isto dá muito trabalho.

E mais – mais – sabe melhor do que eu que vivemos num mundo competitivo, há uma guerra pelas empresas, como há uma guerra pelo talento. E não é uma guerra nacional; é uma guerra global, mundial. E nós não podemos ficar para trás.

E eu digo-vos, li este documento e fiquei deprimido, porque a sensação com que fiquei foi que, para o PSD, Pombal se recomenda, está bem, e, portanto, o que nós vamos fazer são pequenas melhorias – pequenas melhorias. E o Orçamento e os planos são isso, é a continuidade dos anteriores.

Mas, não, nós vamos bater de cabeça contra a parede daqui a uns anos, porque nós não modificámos o nosso tecido empresarial, que dá muito trabalho, eu sei que é complicado, eu sei que não é fácil, etc., mas se nós não tivermos essa orientação estratégica, nós andaremos sempre aqui, ano sobre ano, a discutir onde é que vamos gastar isto, porque temos pouca receita própria do Município.

Já agora, queria dizer-vos também o seguinte: nós não temos dinheiro? Temos, até temos bastante dinheiro, muitas vezes gastamo-lo mal. Gastamo-lo mal. Eu acho que as pessoas devem olhar para os investimentos que fizeram neste concelho e ver o carácter reprodutivo, ou não, e a influência que esses investimentos tiveram no dia a dia das populações.

Mais tarde irei apresentar uma recomendação à Câmara, como é óbvio, no sentido de reforçar em mais 500.000€ o PIRIF. E porquê? Porque nós, todos nós falamos nas freguesias, no reforço das freguesias, no apoio às freguesias, na capacitação das freguesias, porque, de facto, são elas um instrumento importante do desenvolvimento de qualquer atividade municipal, dada a sua proximidade. Nós, o que estamos aqui a fazer é exatamente dar-lhes mais meios financeiros. Não é que isso resolva a questão, porque eu acho que a questão é que a questão das freguesias tem a ver com a capacitação humana e técnica das mesmas, e isso é um papel que a Câmara tem de assumir, se tiver vontade para fazer isso.

Só dar aqui um exemplo, que é: como é que nós podemos dar esperança às nossas novas gerações, se, por exemplo, para a educação pré-escolar, que é essencial para o desenvolvimento humano das nossas pessoas, acho que está previsto 100.000€? Posso ter visto mal os números. Como é que nós queremos apostar na nossa juventude se a habitação é quase esquecida?

E eu aviso aqui, Sr. Presidente, a habitação, sabe melhor do que eu que é um problema que não se resolve em um ou dois anos. Entre planejar, projetar e ter obra feita, no mínimo três ou quatro anos. Quando o Concelho de Pombal – que eu espero – tenha mais jovens, tenha mais emprego qualificado, tenha mais empresas de alto valor acrescentado, e nessa altura, nós a precisarmos



MUNICÍPIO DE POMBAL

de habitação, e depois, “ai Jesus, ai Jesus”, que não temos. Planejar, olhar em frente, é um bom sintoma.

E só queria dar uma palavra à minha conterrânea Carolina de Jesus. Eu tinha uma enorme expectativa de que este documento fosse um documento diferente, que fosse um documento mais arrojado, não só pela sua larga experiência de atividade empresarial, mas também com alguma ajuda de Fátima.

E falta aqui uma informação que a Câmara devia ter, que está aqui o chamado direito à informação. Este documento devia ter uma coisa muito simples para qualquer cidadão poder entender o Orçamento, uma simples folha A4, de um lado a receita própria, transferências do Estado Central, fundos europeus, até para saber, dos fundos europeus, quanto é que nós, cidadãos, recebemos da Europa, porque isso ajuda também a criar um sentimento europeu; do outro lado, despesas com pessoal, os encargos com o funcionamento e, depois, os grandes investimentos – saúde, etc. E dentro da saúde, uma ou duas coisinhas só, as que eram principais. Era simples.”

Catarina Silva (PPD/PSD):

“Obrigada, Sr. Presidente.

Eu estava a ouvir-vos, e às vezes acho que não estamos todos a ver o mesmo documento.

Este Orçamento, ou este documento que nos foi apresentado, em primeiro lugar, destacar – e, aliás, vem mesmo no documento que é um documento que já traz por base um conjunto de informação; não é feito à toa, e traz por base um conjunto de informação, desde a Estratégia Pombal 2030, desde o programa eleitoral de 2025-29, todos os compromissos também que já estão assumidos, em termos de execução, e que têm de ser espelhados no Orçamento, como é óbvio, e depois, também todos os projetos que aqui estão, alguns são novos, relativamente a outros documentos anteriores, de anos anteriores, mas a verdade é que são documentos, e são projetos, e são propostas que foram sufragadas no último ato eleitoral. Portanto, vão de acordo àquilo que os munícipes e àquilo que os Pombalenses expressaram nas urnas, e que deram continuidade a este Presidente de Câmara e a um novo Executivo Municipal.

É, efetivamente, em muitos dos projetos, um Orçamento de continuidade, com projetos físicos já em execução, e que servem as necessidades de quem escolheu Pombal para viver, para ter a sua família, ou para visitar. E falamos com grande destaque, porque são grandes investimentos, quer de todas as infraestruturas que estamos a fazer ao nível das escolas, quer das unidades de saúde.

Como todos os documentos, e como todas as grandes opções, estamos aqui num binómio entre aquilo que são as ações físicas, materiais, e tudo o que é um conjunto de ações mais imateriais. Por um lado, tudo o que seja a educação, as grandes obras da saúde, o grande desafio que é o ambiente, nomeadamente na recolha seletiva dos resíduos, e a grande dificuldade que é cumprirmos aquilo que são as nossas metas, com o grande desafio que também é o saneamento e a distribuição de água, e, depois, com algo que afeta qualquer município, os asfaltamentos, as limpezas de bermas, tudo isso que absorve uma grande parte do bolo disponível.

Mas, depois, temos também um conjunto de ações que são mais imateriais, nomeadamente as do desporto, tudo o que tenha a ver com a parte mais cultural, com a promoção do território, e com a promoção do bem-estar, incluindo a segurança.

Depois, queria aqui alertar o Sr. Deputado Hugo, que não concordo consigo quando diz que não há aposta na limpeza dos caminhos florestais. No último mandato, o Município apostou, são cerca de mais ou menos 300.000€, entre aquilo que foi o desenvolvimento de dois procedimentos concursais, que são contratadas e distribuídas as máquinas pelas diferentes freguesias, mas também uma aposta clara que as freguesias têm sentido, ao nível de apoios, e que vêm no



MUNICÍPIO DE POMBAL

resultado daquilo que é o regulamento dos apoios municipais. Portanto, estamos a falar, só em freguesias, que a aposta foi de cerca de 180.000€, se a memória não me falha, e o resto foi ao nível dos procedimentos.

É óbvio que – e aqui tenho de concordar consigo – não se consegue fazer tudo aquilo que nós gostaríamos de fazer. Agora, dizer que não é nada feito, também não é correto.

Depois, nunca se falou tanto de envelhecimento como no mandato anterior. E este documento – e eu até pedi intervenção para falar de envelhecimento, não sabia que a minha colega, a Carla Mariza, iria falar, mas, efetivamente, o envelhecimento – e foi no mandato anterior que se começou, porque também não existia, e também resultou, de alguma forma, da Estratégia Pombal 2030 – nós temos um documento que estrutura aquilo que é o envelhecimento em Pombal, entre 2024 e 2030, temos um CLDS, que é um programa em que nós não somos a entidade promotora, é a ADILPOM, mas fazemos essa parceria com a ADILPOM, que trabalha as questões do envelhecimento. Em muitos dos projetos que estão previstos nesta estratégia, eles estão também no CLDS, ou seja, de alguma forma garantimos a sua implementação, através do financiamento que o CLDS tem. E, depois, este documento é público – ele foi apresentado, ele é público, ele tem um conjunto de objetivos, ele tem um conjunto de metas, ele tem um conjunto também de parceiros, ou seja, cada medida, ou cada ação é proposto desenvolver, está lá bem explícita, e ele está disponível – penso eu, pelo menos da última vez que eu vi ele estava disponível na página de internet do Município.

Portanto, dizer que não está a ser nada feito na área do envelhecimento, não é verdade.

E eu quero partilhar – não tinha de o fazer, mas só porque foi uma coisa que me deu assim alguma satisfação, há uns tempos – fui à minha Junta de Freguesia, e estava lá uma senhora que eu conhecia, e ela estava-me a contar, e, então, estava-me a dizer que estava muito entusiasmada, porque andava num grupo, e, depois, obviamente que, às vezes, as pessoas também não sabem os nomes técnicos das atividades que frequentam, mas o que ela estava a frequentar era o Espaço Sénior do Lourçal. E eu disse: “Então, está a gostar?” E ela disse: “Eu gosto muito daquilo.” A senhora é viúva, tem os filhos, cada um também nas suas atividades. E ter sido eu também parte ativa na construção desta medida em particular, que são os espaços seniores, que estão distribuídos em todas as freguesias, para mim ganhei o dia naquele dia, porque, efetivamente, é um trabalho de continuidade – e aqui, deixo também o meu apelo, que eu fiquei contente porque alguns dos projetos estão bastante espelhados neste Orçamento, algumas das ações que lá estão estabelecidas, o que efetivamente revela que o Executivo, este Executivo, tem vontade expressa de dar continuidade à estratégia, e foi para isso que ela foi montada.

Depois, relativamente à solidão, nunca se tinha feito em Pombal, nem sequer se tinha pensado tão ativamente a questão do combate à solidão, e penso que até ao final do ano tem de ser entregue o plano de ação que resultou do projeto em particular do “Breaking Isolation”, que também está no documento, e que vai contemplar um conjunto de ações muito específicas de combate à solidão em Pombal.

Apoio incondicional às IPSS's, há pouco tempo, este Executivo, ou o Executivo anterior, deu um apoio de quase 300.000€ para a construção, ou para a possibilidade de existência de uma resposta, que é a habitação colaborativa. Nós não eramos obrigados a fazê-lo, este Executivo não era obrigado a fazê-lo, mas entende que tem de estar ao lado das instituições, quando essas mesmas instituições têm vontade de alargar a sua resposta ou de originar novas respostas. Portanto, também se nota que se está atento a essas necessidades.

Depois, o apoio à família, nós investimos 1.000.000€ em duas creches, que nem sequer é da responsabilidade do Município a resposta de creche. E o Executivo entendeu, e bem, investir



MUNICÍPIO DE POMBAL

1.000.000€. Não são 100.000€, não são 200.000€, é 1.000.000€. Assim como toda a panóplia de diversos projetos ao nível da educação, que são imensos – e o documento também está bastante explícito em todos os projetos ao nível da educação que nós temos – nomeadamente no combate ao insucesso escolar, que também não é uma responsabilidade do Município, mas já há longos anos que se entendeu que deveria ser uma prioridade, porque queremos também um concelho mais rico e apostar na qualificação dos miúdos, e no combate a este insucesso, era fundamental. Relativamente ao plano de combate à pobreza, destacar e enaltecer também a existência desse planeamento desse documento também, mas destacar que, no dia a dia, o papel – nomeadamente ao abrigo das transferências de competências do Serviço de Atendimento e Ação Social – o papel desta equipa em particular é atender à pobreza, é atender a que ninguém, em Pombal, se necessitar de pagar uma renda, não tenha essa necessidade, se necessitar de alimentação, não tenha essa necessidade. E nós temos, dentro do SAAS, uma rubrica específica, que são os apoios eventuais, e que sempre que a família, sempre que o individuo cumpra, obviamente, os requisitos, ela nunca foi negada.

Assim como as Comissões Sociais de Freguesia, que o Sr. Presidente de Junta também já aqui referiu, têm esse papel de, in loco, validar, e verificar, e diligenciar no sentido de que, na verificação de uma situação, ou de isolamento, ou de pobreza extrema, ou de sem-abrigo, rapidamente ela é encaminhada para os serviços.

Portanto, deixo aqui estas notas, que acho que são importantes. Dar aqui também o meu apreço, porque sei que é difícil fazer este documento, e agradecer também o empenho de todos os técnicos que estiveram envolvidos. A manta é sempre muito curta, é verdade, mas é um documento que, a meu ver, cumpre aquilo que foi a promessa, ou aquilo que foi o compromisso eleitoral do PSD junto dos cidadãos Pombalenses – portanto, não concordando aqui com as opiniões, algumas das opiniões que foram emitidas, e dando também o meu parecer favorável ao documento.”

João Antunes dos Santos (PPD/PSD):

“Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Deputados: Bem, estamos aqui perante um Orçamento para 2026, o maior Orçamento de sempre, como aqui foi dito, 69.000.000€, mas que, com aquilo que possa vir a ser a execução dos fundos comunitários, e com a transferência também do saldo da gerência anterior, poderá chegar a esse valor dos 90.000.000€.

É, efetivamente, um Orçamento muito ambicioso para Pombal, e eu desafio todos os presentes, e todos aqueles que nos acompanham, a identificarem Municípios da nossa dimensão, com as nossas características – seja com a nossa dispersão territorial, seja com a nossa população – Municípios que tenham orçamentos nesta ordem de valores, e orçamentos que, tal como tem sido o esforço feito de há uns anos a esta parte, são executados – porque não basta apresentar orçamentos, é necessário depois executá-los. E esse esforço tem sido feito por este Município, já no mandato anterior, e certamente vai continuar a ser um compromisso deste Executivo, que é apresentar orçamentos ambiciosos, efetivamente, mas apresentar orçamentos que são realistas, e que podem vir a ser executados, porque também não nos interessa nada Municípios que acumulam dinheiro, que acumulam riqueza, e que depois não investem esse dinheiro no território. Nós precisamos que haja aqui um equilíbrio, precisamos que exista equilíbrio financeiro, que existam contas sãs, mas que, simultaneamente, exista investimento no território. E é essa conjugação quase perfeita que o Município tem conseguido, e que certamente se vai empenhar para continuar a fazer.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Há pouco, a Sra. Deputada do Partido Socialista, Carla Mariza – que aproveito para cumprimentar – procurou colocar aqui em contraponto o investimento que estava a ser feito em cultura com o investimento que está a ser feito em ação social, criticando, em certa medida, o facto de se investir muito em cultura, e de se investir menos em ação social. E, Sra. Deputada, parece-me fácil perceber o porquê, porque se há área em que o Município deve dar o exemplo e deve ter uma intervenção ativa – existem outras entidades que o fazem, mas não o podem fazer com o mesmo músculo que o Município – é, efetivamente, na área da cultura. Nós sabemos que os Municípios, o Estado, as entidades públicas têm necessariamente de investir em cultura, para que esse acesso seja garantido aos cidadãos.

Por outro lado, obviamente que o investimento em ação social está a ser feito, e vai continuar a ser feito. Mas, como é óbvio, grande parte desse investimento, ou até diria, a esmagadora maioria desse investimento não está refletida no Orçamento de Estado; esse investimento acontece, fruto da rede que nós temos, de dezenas de IPSS's, dezenas de instituições do Concelho de Pombal, que todos os dias prestam um ótimo trabalho na área social. E, portanto, o Concelho de Pombal, com esses apoios, com essas IPSS's, com estas instituições, continua a ter uma grande aposta no que respeita à ação social, e o Município, tal como já fez no passado, continua a ter uma presença muito forte junto dessas instituições, para que elas possam continuar a fazer investimentos, e para que as suas respostas sociais possam chegar a cada vez mais pessoas, e com mais qualidade.

E também permita-me que lhe diga uma coisa: eu penso que devemos estar satisfeitos pelo facto de o Município de Pombal investir em cultura, e ter essa aposta clara na cultura, porque uma sociedade culta, uma sociedade que investe em cultura é uma sociedade que está a investir em educação, é uma sociedade que está a investir em conhecimento. E uma sociedade culta tende a não ser uma sociedade ingénua, ou até mesmo ignorante. E eu penso que é para isso que nós temos de trabalhar, para ter pessoas cada vez mais capazes, mais cultas, mais informadas, para que, depois, também possam decidir melhor, possam decidir em consciência, tal como os Pombalenses têm feito nos últimos anos, quando são chamados a ir a eleições.

Depois, referir aqui outro número que me parece extremamente relevante, e que importa os Pombalenses terem presentes, 6.800.000€. 6.800.000€ é o dinheiro que o Município de Pombal podia arrecadar, em 2026, e que por opção própria, do Município e da Assembleia Municipal, não vai arrecadar. Porquê? Porque esse dinheiro fica nos cidadãos e nas empresas. É a chamada despesa fiscal, aquilo que o Município podia cobrar aos cidadãos e às empresas, e que opta por não cobrar, e dessa forma, naturalmente, são menos receitas próprias que tem.

Mas, aí também acho – e já no ano passado iniciei essa discussão – acho que devemos discutir, e devemos ponderar – e não só nós, mas o país – se faz sentido continuarmos a contribuir para esta quase competição territorial entre Municípios, porque a verdade é que, por um lado, o Estado Central define taxas, impostos e valores que não podem ser alterados – é o que é, decorrem da Lei – mas, depois diz aos Municípios: vocês têm aqui uns valores, e entendam-se, podem andar aqui para cima e para baixo, podem fazer aqui alguma disputa territorial com os concelhos vizinhos, mas vocês é que prescindem dessa receita.

E depois, o que é que acontece? Num cenário perfeito, teríamos todos os Municípios com impostos mínimos, a cobrar o mínimo possível, mas isso era se não existissem desafios no território, investimentos a serem feitos, e aí era exigido ao Município, como é óbvio, que cobrasse o mínimo de impostos possível, porque estar a cobrar impostos para ter o dinheiro no banco, também não faria qualquer sentido.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Por outro lado, também não faz sentido os Municípios não ajudarem os cidadãos e as empresas. E, portanto, tem de ser feito este equilíbrio que o Município de Pombal tem feito, e bem, que é procurar deixar o máximo que consegue de dinheiro nas pessoas e nas empresas, mas, por outro lado, garantir que os investimentos que são necessários ao território – e que ainda são muito necessários ao território, porque um concelho com a área de Pombal, que é quase do tamanho da Ilha da Madeira, tem desafios permanentes, e desafios prementes, e vai continuar a ter, é natural que assim seja, porque a própria sociedade e o próprio território vão evoluindo, e os desafios passam a ser outros, e, portanto, tem de ser feito esse equilíbrio, que é procurar não onerar os cidadãos e as empresas, mas, por outro lado, procurar continuar a fazer investimentos no território.

E eu devolvo a pergunta ao Sr. Deputado Manuel Gonçalves, que há pouco questionou aqui o modelo económico que o Município defendia, ou aplicava, há cerca de trinta anos, e eu pergunto-lhe qual é que era o modelo económico que o Partido Socialista implementaria, como o Sr. Deputado Manuel Gonçalves defende. Será um modelo económico assente no aumento destes impostos? É uma pergunta legítima. Será que o Partido Socialista acha que o Município de Pombal devia aumentar as taxas de impostos, e dessa forma devia ter mais receita, para ter mais receitas próprias, e para fazer mais investimentos? É legítimo, é um caminho viável, é um caminho legítimo. Agora, julgo que deve concretizar o modelo económico que defende, não é só dizer que está tudo mal, que defendemos um modelo económico diferente, mas não diz qual é que é. Pode assumir que entendem que o Município deve cobrar mais impostos aos Pombalenses; tudo bem, é uma opção legítima do Partido Socialista.

E pergunto-lhe também se esse modelo económico que defende se concretiza com as propostas, desculpem o termo, demagógicas que hoje trazem a esta Assembleia Municipal – demagógicas, extemporâneas e ilegais, porque, efetivamente, na Assembleia Municipal não se vai alterar o Orçamento do Município para o próximo ano. O Orçamento é discutido e aprovado em reunião de Câmara, que, por sua vez, é enviado ao Presidente da Assembleia Municipal.

Portanto, essas propostas hoje nunca poderiam ser aprovadas, porque seriam inconsequentes, já que o documento provém do órgão Câmara, Executivo Municipal, e não é a Assembleia Municipal que altera esse documento. Aliás, o Sr. Dr. Manuel Gonçalves saberá isto até melhor do que eu, fruto da sua carreira profissional, há aqui uma regra básica que tem de ser cumprida, que é a regra do equilíbrio orçamental. Se os Srs. Deputados do Partido Socialista entendem que o Município deveria investir mais 500.000€ para apoio às freguesias, têm de dizer de onde é que tiram esse dinheiro, do lado da despesa. Mas, isso não está concretizado nas vossas propostas. V. Exas., para aumentarem um aumento de despesa, têm de, simultaneamente, apresentar uma redução de receita na mesma medida, porque o Orçamento, ao final do dia, como sabe tão bem quanto eu, tem de dar saldo nulo. E, portanto, falta esse lapso – não sei se será um lapso, ou se será intencional, mas falta esse pequeno grande pormenor nas propostas do Partido Socialista, que é garantir um princípio tão básico, que é o princípio do equilíbrio orçamental.

E, portanto, não me parece que o modelo económico que o Partido Socialista defendia para Pombal possa ser assente também neste tipo de propostas, que para além de serem demagógicas, são oportunistas, e que demonstram uma grande falta de preparação e de estudo dos temas.

E, Sr. Deputado Manuel Gonçalves, vou-lhe também dar uma novidade, vou-lhe dar a novidade que os Municípios, todos os trezentos e oito Municípios do país, vivem, claro que vivem, em grande medida, das transferências do Estado Central, como é óbvio. E até lhe vou dizer outra coisa, e acho que esse reforço do Estado Central devia ainda ser maior, porque nos últimos anos os Municípios assumiram um conjunto de competências e de funções que eram do Estado



MUNICÍPIO DE POMBAL

Central, que agora passam para os Municípios, e há áreas, nomeadamente na área da saúde, em que as transferências que o Município assumiu, o respetivo cheque, o respetivo valor que é pago ao Município, fica aquém do que é necessário.

E, por isso, é natural, é óbvio, é evidente, é o que é, é natural que os Municípios tenham necessariamente de depender daquilo que são as transferências do Estado Central.

E também é perfeitamente natural, positivo, e até salutar e de louvar, que os Municípios vivam também de fundos comunitários – aliás, como o país vive há não sei quantas décadas. A verdade é que se o Município de Pombal, para 2026, tem um conjunto de candidaturas no âmbito do PRR, que vão ser executadas, isso é ótimo para nós, demonstra que o Município teve a capacidade de atrair esses fundos, de fixar esse dinheiro cá. E isso só acontece, por quê? Porque é um Município dinâmico, com técnicos que trabalham, com técnicos que fazem projetos. E, depois, quando chega a altura de os avisos serem abertos, o Município está em condições de apresentar candidaturas e de conseguir que esse dinheiro seja investido em Pombal, e não seja investido noutros Municípios.

E mesmo para terminar, dizer que concordo consigo quando diz que temos de estar ao lado do tecido empresarial, e que o caminho é por aí. Concordo, subscrevo, e até lhe dou – e peço desculpa, Sr. Presidente, de utilizar aqui uma expressão – até lhe dou essa de borla, porque sou o primeiro a assumir que, se calhar, nas últimas décadas, em alguns momentos, deveríamos de nos ter preparado melhor para essa atração de investimento. Porventura, ao dia de hoje, temos empresas no Concelho de Pombal, ou a quererem se fixar em Pombal, e o Município está a fazer um ótimo trabalho no alargamento das zonas industriais – Manuel da Mota, no parque industrial da Guia, na identificação de novas zonas industriais, seja a sul do concelho, seja na zona de Sicó, seja em Albergaria dos Doze, o Município está a fazer esse trabalho. Mas, é verdade que, se calhar, se tivesse sido feito um bocadinho mais cedo, hoje já teríamos melhores condições para fixar cá empresas.

Mas, é com esse tecido empresarial a fixar-se em Pombal, aliado ao investimento estratégico que o Município, junto com a Universidade Politécnica de Leiria, vai fazer em Pombal, que é o ensino superior – porque um território com ensino superior é, naturalmente, um território que se transforma – essa conjugação perfeita entre investimento, atração de investimento e ensino superior, vai fazer com que Pombal efetivamente tenha condições para que aqui se possa nascer mais, para que aqui se possa viver com qualidade, para que aqui existam trabalhos, e trabalho digno, e trabalho com qualidade, e para que aqui também se possa ter uma velhice com condições dignas, para que, dessa forma, também possamos todos ser mais felizes.

Muito obrigado.”

Carla Mariza (PS):

“Ainda bem que a Catarina, como foi Vereadora, tinha conhecimento destas áreas.

Quando eu falei, de facto, falei na parte da ação social. Com muita pena minha, é um pelouro que não existe, porque foi diluído em vários subitens do envelhecimento, disto e daquilo, e nós ficamos a perceber. Não há, ponto final, não há pelouro da ação social, que havia antigamente. Não há, não há pelouro da ação social nesta Câmara; o que existe é a Vereadora do pelouro do envelhecimento, a Vereadora dos cemitérios. Não há, da ação social não há, ponto final.

E eu falei especificamente na ação social e na habitação. E só vos tenho a dizer uma coisa: sim, senhor, isso foi criado pelo Município, é verdade, sendo que quantos espaços seniores estão implementados? Nas freguesias todas? Pronto. Os transportes para os idosos?

Só tenho a dizer uma coisa: daquilo que foi dito aqui do Orçamento, que os senhores acham que é um grande Orçamento, todos os anos é um grande Orçamento, a habitação, o apoio social, o



MUNICÍPIO DE POMBAL

combate à pobreza, os transportes públicos, a saúde preventiva e o envelhecimento são as prioridades, têm menos investimento que a Festa do Bodo, que os parques verdes e que a arena de Pombal.”

Manuel Gonçalves (PS):

“Eu, como elemento de Pombal, embora imigrante muitos anos, tenho pena de ver o meu concelho a não ter ambição.

E mais, quando o Presidente da nossa Câmara, e candidato, pôs aquele slogan “Pombal a voar”, eu fiquei entusiasmado – ou “voa mais alto” – porque pensei que desta vez vamos ter aqui um avanço em termos de objetivos, e em termos estruturais. Mas, não.

Deputado, caro amigo, nós temos um problema sério em Pombal. Ou nós conseguimos modificar, trazer empresas de alto valor tecnológico – se quiser mais preciso que tipo de empresas – ou nós não vamos conseguir, nem reter os nossos jovens, nem atrair novos jovens.

E, meus amigos, é um problema estrutural, é isso que eu alerto a Câmara, porque se formos ver o dinheiro, vocês não se queixem – não se queixem. Vocês tiveram trinta anos para arranjar mais receita própria. Não conseguiram, e isso está espelhado nestes números. Estes números são de um concelho “pobre”, e que tem alguns laivos de concelho rico.

Dou-vos um exemplo: está prevista a criação de rede de Pombal Cowork para as freguesias, 230.000€. E eu pergunto: alguém fez um estudo sério, se o Concelho de Pombal tem altura, capacidade para ter esse tipo de trabalho? Queria saber quantos é que utilizam ali o espaço de cowork em Pombal, que lhes custa, por ano, não é muito, mas 8.200€.

É isso que eu chamo, quer dizer, nós temos pouco dinheiro, mas mesmo o dinheiro que nós temos, às vezes dá-me ideia que não estudamos bem os assuntos, e implementamos as coisas porque é bonito. Porque, vamos lá ver, Sr. Presidente, a vida ensinou-me que o copy / paste não funciona. O que foi uma prática excelente naquele concelho, ou naquela empresa, não se pode aplicar à empresa ou ao concelho, porque são realidades distintas, culturas distintas, pessoas distintas, território distinto. E a sensação que eu tenho é que muitas vezes isso não é feito com algum cuidado.

Lamento, porque sou um homem de Pombal, gostaria de continuar a minha reforma em Pombal, dizer ao meu netinho que, de facto, Pombal deu um grande salto, e o que sinto é que Pombal continua a patinar. E porquê? Porque vocês não têm ambição. Para vocês, Pombal está bem, precisa de umas melhorias aqui e acolá, tudo bem. Não, não é verdade.

Eu dou-vos um exemplo só, vou só dar-vos um exemplo: a vossa ambição no ensino superior é ter uma escola patrocinada pelo Politécnico; pois a ambição do Partido Socialista no ensino superior era termos aqui um polo tecnológico de engenharias, ligado ao Técnico de Lisboa, à Faculdade de Engenharia de Coimbra, ou à Faculdade Nova de Lisboa. Isso é ter ambição, isso sim.”

Rui Pinhão (PS):

“O Sr. Deputado João Antunes dos Santos obviamente precisava de uma resposta do Partido Socialista, relativamente ao modelo económico. Mas, eu vou só dizer que a sua intervenção se podia resumir só à parte final, é que Pombal não se preparou. Pombal não se preparou, e continua a não se preparar.

E a concorrência entre Municípios não é apenas em termos fiscais; é na criação das infraestruturas, para quando as empresas vierem, e quando vierem os novos talentos, se poderem aqui fixar. Vocês resumem tudo a planos fiscais.

Não há investimento na educação. Pensámos no polo do ensino superior, e temos uma secundária a abarrotar e a precisar de um centro escolar. O dinheiro, se fosse bem aplicado, nós estávamos



MUNICÍPIO DE POMBAL

a criar as infraestruturas necessárias para que Pombal se preparasse para receber as empresas que cá se quisessem fixar.

Eu lembro-me de ser aluno da Dra. Ofélia Moleiro na ETAP, e o Parque Manuel da Mota era aquilo que ainda é hoje, praticamente, não houve qualquer tipo de expansão – estamos a falar há vinte e sete anos. Estamos desde 2021 a tratar da expansão do Parque Manuel da Mota. E como diz o Sr. Deputado João Antunes dos Santos, Pombal não se preparou. Então, mas quem é que está no Executivo há trinta anos, e Pombal não está preparado para poder pensar mais alto, poder pensar mais à frente, poder pensar noutros investimentos?

Temos investimentos para ser feitos em Pombal há décadas – há décadas. E o que é que acontece? Do ano passado, ou do Orçamento anterior para este ano, é uma grande parte dos projetos que ali estão. A nível estrutural, o que é que lá está? Zero. Nem uma nova saída do centro da cidade, que está caótica, existe. Se um dia houver uma catástrofe dentro de Pombal, as pessoas não têm por onde fugir. Estejam todos os dias, às sete horas, dentro da cidade, e vocês veem o que é que acontece. Mas, continua tudo bem, continuam só os floreados.

Portanto, reestruturação da rede escolar, é o que é, está entregue ao Politécnico, há dois anos, continuamos à espera.

Aqui, o que é preciso fazer, Sr. Deputado João Antunes, não é baixar ou aumentar impostos; é pensar estrategicamente o que é que nós queremos para o concelho, que ensino superior – se vamos ter – o que é que temos, e não estarmos à espera que o Politécnico, que tem uma falta de alunos este ano, porque não conseguiu preencher todas as vagas, e nós aqui estamos à espera das migalhas de Leiria.

Portanto, vamos lá pôr os pés no chão, porque, pelos vistos, para voar, é o Sr. Presidente.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Sr. Deputado Rui Pinhão, eu não tenho obrigatoriamente de fazer comentários aos meus colegas da Assembleia Municipal, mas depois de ouvir o deputado Rui Pinhão, eu queria dizer-lhe que até pode ter razão em algumas críticas que está a fazer.

Eu, como já estou há muitos anos ligado à autarquia Pombalense, queria-lhe lembrar, quando fala na questão da educação, que me recorde, há muitos anos, ainda no tempo do Eng.º Narciso Mota, e depois, do Presidente Diogo Mateus, que se começaram a fazer os centros escolares, e o Partido Socialista criticava – criticava porque não ia haver alunos para os centros escolares. Não ia haver para os centros escolares, como não ia haver uma escola nova, que é a escola secundária, que realmente está, neste momento, a abarrotar de alunos, mas isso também é fruto de algum nascimento mais de crianças, com certeza, mas também da imigração. E isso é um problema que tem razão em levantar, porque não é um problema de Pombal; é um problema do país, na generalidade.

E, portanto, nós também temos de aceitar que não temos sempre as respostas rápidas que deveríamos ter, porque também tivemos um afluxo de população mais rápido do que aquilo que as instituições estavam preparadas. Temos de falar verdade sobre as coisas.

E, portanto, eu ouvi-o, percebo as suas preocupações, mas queria dar este esclarecimento, porque são muitos anos a acompanhar a vida pública de Pombal, com as coisas melhores e as coisas piores, mas esta foi uma realidade, houve quem contestasse quando se fizeram os novos centros escolares, porque não iam ter alunos. E o Partido Socialista foi um dos primeiros a fazer isso.”

Rui Pinhão (PS):

“E o Sr. Presidente agora vai-me desculpar, mas eu faço a intervenção que tenho de fazer, e acho que está na altura de o PSD em Pombal deixar de dar a desculpa do Partido Socialista, porque à



MUNICÍPIO DE POMBAL

quantidade de anos que já foi essa discussão ligada à educação, neste momento não é culpa do Partido Socialista; é culpa do Executivo do PSD, que está à frente da Câmara.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Sr. Deputado Rui Pinhão, eu não estou a dizer que é culpa do Partido Socialista; o que eu lhe chamei foi à atenção para uma realidade. Não foi uma consideração crítica; foi dizer a história. Se o senhor não quer ouvir a história de Pombal – porque conhece mal Pombal, infelizmente, mas é assim, houve um tempo para estas coisas acontecerem. E eu compreendo, mas as realidades mudam, muitas vezes, mais rapidamente, muito mais rapidamente do que aquilo que nós gostaríamos.

Como o senhor não estava cá, vou-lhe dizer: eu, que fui uma pessoa extremamente amiga do Eng.º Guilherme Santos, lembro-me perfeitamente dos tempos em que convivi com ele, e naquela altura discutia-se se estava correto fazer esta passagem inferior aqui, para o centro de Pombal, para “meter o Rossio na Betesga”. Mas, isso foi uma discussão normal entre cidadãos.

E quando, evidentemente, os senhores apresentaram no vosso programa eleitoral, e muito bem, a circular regional externa a Pombal – era uma circular externa a Pombal – esse foi o projeto que o Eng.º Narciso Mota apresentou nas eleições de 1993, está no programa dele. Alguém o conseguiu fazer? Não, custa milhões, dezenas de milhões. Era desejável, tem razão, era desejável, mas consumia o Orçamento anual, um Orçamento da Câmara, só para se fazer isso.

Portanto, eu estou a tentar apenas dar informações que ajudam a compreender a realidade a que chegámos, não foi propriamente dizer que o senhor fez mal em fazer a sua intervenção. Não foi nada disso, por amor de Deus. Deputado João Santos, se faz favor.”

João Antunes dos Santos (PPD/PSD):

“Sr. Presidente, eu não queria prolongar a discussão, mas aqui o tom do Sr. Deputado do Partido Socialista leva-me a que tenha de fazer esta intervenção.

Mas, em primeiro lugar, até para corroborar, tanto aquilo que o Sr. Deputado Rui Pinhão disse, como aquilo que o Dr. João Coucelo acabou de dizer, porque, efetivamente, o que muitas vezes falta, não só a Pombal, mas falta ao país, é conseguir antecipar aquilo que serão os cenários que se colocam a médio prazo. E a verdade é que nós hoje, no país, temos a educação com alguma sobrecarga, os nossos edifícios educativos, temos a saúde também com a mesma questão, e a verdade é que, em Pombal, o Partido Socialista pode necessariamente fazer este discurso, de que o PSD é que está há trinta anos no governo, mas a verdade é que parte desse problema, parte dessa sobrelotação dos edifícios, tem que ver com a imigração que tivemos nos últimos anos. E aí, não era o Partido Social Democrata que estava no Governo. E isso não é nenhuma crítica à imigração, porque eu sou daqueles que entende que nós precisamos de imigrantes, e o país, para conseguir inverter a sua pirâmide demográfica, precisa necessariamente de imigrantes. Agora, a verdade é que precisamos de imigração controlada e integrada, não é com as portas escancaradas, como o Partido Socialista fez enquanto esteve no poder, nos últimos anos.

E a consequência dessa imigração é hoje acontecer aquilo que o Sr. Deputado estava a dizer, e bem, que é alguns edifícios escolares estarem efetivamente acima daquilo que é a sua capacidade, ou na sua capacidade máxima. Mas, aí está o Município, mais uma vez, para resolver o assunto.

E quando disse, há pouco, que para 2026 não vê investimento, que vê mais do mesmo, eu não sei que investimento é que queria mais. Estamos a falar em três novas Unidades de Saúde Familiar, estamos a falar na ampliação do Centro de Saúde de Pombal, estamos a falar da Escola Conde de Castelo Melhor, estamos a falar da intervenção na Gualdim Pais, estamos a falar na futura intervenção na Escola Marquês de Pombal.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Sr. Deputado Rui Pinhão, nós, ao longo deste mandato, terminaremos este mandato com o parque educacional de Pombal praticamente todo renovado, se não mesmo todo, com centros escolares nas freguesias todas, que foi uma estratégia deste Município, iniciada com o Eng.º Narciso Mota, continuada pelo Diogo Mateus, e agora terminada pelo Pedro Pimpão, com intervenções nas escolas básicas e secundárias todas. E, efetivamente, aí houve planeamento, e com esse planeamento e com essa visão, vamos conseguir chegar ao final do mandato com condições excelentes no nosso Município, no que respeita à educação.

E, portanto, para além destes investimentos na educação e na saúde, que acabei de referir, há também esses investimentos essenciais, que vão ao encontro da preocupação do Sr. Deputado Manuel Gonçalves, que eu subscrevo, esses investimentos essenciais na ampliação de parques industriais, e na criação de novos parques industriais, porque nós, sem empresas em Pombal, sem empresas que criem valor, que fixem pessoas, efetivamente não temos futuro. E nós precisamos dessas empresas.

Mas, volto a dizer, precisamos dessas empresas aliadas ao conhecimento que o ensino superior traz, uma aposta no ensino superior que tem de ser eficaz. Não é para termos mais uma escola, ou só para dizer que temos ensino superior; tem de ser uma aposta estruturada, pensada com o Politécnico de Leiria, e que, efetivamente, no fim de estar a dar resultados, teremos o Partido Socialista, daqui a uns anos, a dar-nos os parabéns por essa opção.

Muito obrigado.”

Rodrigo Escapa (PS):

“Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eu não era para intervir, mas não posso deixar de tecer aqui uma ou duas considerações, que até podem extravasar aqui um bocadinho do ponto – não demasiado, espero. E se assim for, tem toda a legitimidade para me cortar a palavra.

Eu fico honestamente desiludido com algumas coisas que aqui vou ouvindo, porque nós podemos todos discordar uns dos outros, mas eu acho que a nossa liberdade democrática de intervir termina quando começamos a tecer comentários acerca da qualidade da intervenção de cada um de nós.

E, portanto, nós podemos discordar, e podemos discordar todos, todos os que aqui estão, uns dos outros, mas devemos sempre ser urbanos, devemos sempre ser cordiais e, acima de tudo, respeitadores uns pelos outros, porque ninguém é dono da razão.

E, honestamente, desiludiram-me tanto algumas intervenções, como os apartes, que nesta casa não são admitidos, os célebres apartes regimentais, porque, sinceramente, em nada contribuem para a discussão, e vulgarizam este órgão de uma forma que eu acho que se dispensava.

E agora respondendo ao deputado João Antunes dos Santos, é o seguinte: eu conheço-o pessoalmente, muito bem, e reconheço-lhe inteligência para perceber o alcance daquilo que nós dissemos, sobretudo aquilo que o Rui Pinhão estava a dizer, e que o Manuel também disse, e a Carla também. A nossa maior crítica, ou uma das nossas maiores críticas, não é para aquilo que o Orçamento se propõe a fazer; uma das nossas maiores críticas é o facto de o Município não antever – aquilo que o Sr. Deputado está a fazer agora, o Município não o fazer para o futuro; a desnecessidade, que nos parece evidente, de reagir, mas sim agir antes de as coisas acontecerem, tentar fazer um juízo, um prognóstico, que eu bem sei que nem sempre é fácil.

E ainda respondendo também a outro aspeto do que disse, eu não sou economista, não sou contabilista, não é, de todo, a minha área, e, portanto, quero furtar-me um bocadinho à discussão dos modelos económicos, o que é que é melhor, o que é que não é, mas a intervenção do Manuel foi clara como a água. Portanto, o Orçamento, para ser mais robusto, precisa de mais receita;



MUNICÍPIO DE POMBAL

para conseguir almejar mais receita, tem de ter capacidade de investimento, que este Orçamento não demonstra querer alcançar, ou não vai conseguir alcançar.

E, portanto, não me quis substituir ao Manuel, mas foi perfeitamente esse o alcance da sua intervenção, tal como o Rui, quando estava a dizer que é preciso pensar antes, quando as coisas podem ser resolvidas, e não apenas reagir.

Muito obrigado. E queria reiterar aquilo que eu disse ao início, e apelar a uma maior cortesia por parte de todos.

Muito obrigado.”

Manuel Gonçalves (PS):

“Da chamada ilegalidade, eu não vou discutir isso.

O Partido Socialista tinha aqui uma proposta sobre reforçar o valor para as nossas freguesias, que passo a apresentar:

“Ao Ex. Sr. Presidente da Assembleia Municipal

Apresentação de Proposta para a reunião da Assembleia Municipal.

Assunto: Reforço de verbas para o PIRIF

Ponto 2.3 da Ordem de Trabalhos da Assembleia Municipal da Assembleia Municipal de 22/12/25.

1- Na proposta apresentada pelo executivo camarário de dotar “Programa de Incentivos à Realização de Investimentos pelas Freguesias (adiante designado PIRIF) no documento das Grandes Opções do Plano, está inscrita uma verba de 1, 10 milhões de Euros para apoio aos programas de investimentos das freguesias para o ano de 2026;

2- Tem sido notícia corrente e publicitada pelo nosso executivo camarário, de que o valor transferido para as freguesias, por conta da descentralização de competências/atribuições, tem sido manifestamente insuficiente para fazer face ao crescente aumento de despesas;

3- Constantemente, é realçado o papel desenvolvido pelas freguesias na resolução atempada das necessidades das populações, sendo elas o primeiro “ front office “ das suas fúrias/reclamações/pedidos, e muitas delas insuficientemente dotadas dos recursos humanos e financeiros, para uma resolução efetiva das demandas da sua população;

4- Que a sua capacitação humana, técnica e financeira das Freguesias tem de ser assumida como uma vertente estratégica, continuada e gradualmente reforçada, que vise reduzir, ao mínimo, das situações de “pedidos de mão estendida “, junto do Presidente do Executivo Municipal;

Reconhecendo o papel crucial das Freguesias na identificação e resolução dos problemas locais, e apostando no futuro reforço das suas competências, a Assembleia Municipal, reunida em sessão ordinária em 22 de dezembro de 2025, delibera:

a) Recomendar ao Executivo Camarário que, no âmbito das grandes Opções do Plano para 26/30, faça um reforço de mais 500.000 € para o PIRIF(Programa de Incentivos à realização de Investimentos pelas Freguesias.

O Líder do Grupo Municipal do Partido Socialista

Manuel Gonçalves”

Sr. Presidente, solicito ou a discussão, ou a votação, como queira.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Como expliquei ao Manuel Gonçalves, isso é a proposta subscrita pelo Partido Socialista, que é, no meu entender, enquanto Presidente da Assembleia Municipal, pela forma como é apresentada, extemporânea, é irregular e incoerente.

Logo, é uma proposta apresentada na discussão das Grandes Opções do Plano e do Orçamento, e nós vamos votar de imediato ambos estes pontos da ordem de trabalhos.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Portanto, vou passar à votação, porque são votados em separado.”

Manuel Gonçalves (PS):

“Sr. Presidente, tinha-me respondido no e-mail que a proposta não tinha sentido, e que nem sequer a devia apresentar, e não me escreveu assim. Significa que eu fui mal informado, para ser usada a expressão correta.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Disse-lhe que isto estava inserido num ponto da ordem de trabalhos, e as pessoas votarão. Essa proposta nunca seria votada separadamente.”

Manuel Gonçalves (PS):

“Sr. Presidente, na sua competência como Presidente da Mesa, só tinha de me responder: “Manuel Gonçalves, a proposta é interessante, mas não pode ser admitida sequer à discussão.” Pronto, Sr. Presidente, e eu aceitava, tudo bem. Agora, dizer que apresentava nos pontos respetivos da ordem de trabalhos... E depois dizem que não há ditadura.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Claro, e apresentou muito bem. Mas, é assim, Manuel, é assim que se faz.

Faça favor. Eu só quero perguntar se é um pedido de esclarecimento.”

Rui Pinhão (PS):

“Gostava de saber porque é que no e-mail que nos respondeu para o Partido, não nos informou desta situação, sendo que, na minha perceção, aquilo que me está a parecer é que foi feito de forma propositada. E eu gostava de saber a verdadeira razão, com verdade, porque é que nós, no e-mail que recebemos de volta, a dizer para apresentarmos depois aqui a proposta, não nos foi dito como é que deveria ser, e, sobretudo, se não podia ser apresentada, que não podíamos apresentar. Bastava dizer isto, não era preciso dizer mais nada. Obrigado.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Desculpe, eu vou ser franco, direto, porque quando me atingem da forma como o Rui Pinhão tentou, eu não aceito a sua insinuação. Já há bocado foi a mesma coisa. Insinuar que a resposta que dei foi propositada para qualquer coisa, não; os senhores é que se deviam ter informado antes, de como é que se fazem as coisas na Assembleia Municipal. E se os senhores não sabem, eu compreendo que não saibam, porque são novos nestas andanças, mas pronto, eu respondi dizendo “apresentam essa proposta no decurso da Assembleia”, que é o que vai ser votado, que são as Grandes Opções do Plano e Orçamento, e o Plano Plurianual. É isso. E nós vamos votar estes dois pontos.

Se alguém dissesse “sim, senhor, vamos falar sobre isso”, tudo bem, mas não é o caso. Eu não lhe disse que íamos falar sobre o assunto; o senhor apresenta, e as pessoas votam como muito bem entenderem.

Passando adiante, vamos passar à votação do Ponto n.º 2.2. Não sei se o Sr. Presidente da Câmara quer intervir.”

Presidente da Câmara Municipal:

“A reunião já vai longa, foi interessante ouvir aqui também a partilha de posições das bancadas da Assembleia Municipal, algumas ficam para memória futura, mas sobretudo senti que em ambas as bancadas há também apoio à atividade municipal, porque todas foram no sentido de reforçar aquilo que é o desenvolvimento económico, e também a coesão social do nosso concelho, coisa que está patente também nestes documentos. E, por isso, congratulo-me com esse facto.

Vou tentar ser sintético nas respostas.



MUNICÍPIO DE POMBAL

O Sr. Deputado Rui Pinhão voltou a falar na fixação de médicos, e com uma narrativa que já está um pouco gasta, mas o que é certo é que com a nossa estratégia no âmbito da saúde, quer ao nível de infraestruturas, quer ao nível também do apoio à fixação de profissionais de saúde, nós estamos em condições de termos a cobertura plena, o mais rápido possível, de médicos de família no nosso concelho, para que todos os cidadãos que vivam em Pombal possam ter médico de família, e isso é muito interessante.

Em relação às outras questões suscitadas, como a ata da Assembleia de Freguesia de Santiago de Litém, queria informar que a Assembleia de Freguesia de Santiago de Litém é no dia 30 de dezembro, às vinte e uma horas, e se calhar é o palco indicado para poder esclarecer essas questões.

Relativamente ao Sr. Deputado Hugo Silva, isto é um Orçamento de continuidade, isso é um elogio; é um elogio porque evidencia a coerência destes documentos. E isso é verdade, há uma continuidade de investimentos que estavam previstos, que estão a ser realizados, há outros projetos que estão a ser desenvolvidos. E, portanto, entendo isso como um elogio.

Quis sinalizar que este é um Orçamento – falou do passado, e queria dizer-lhe, Hugo, que eu fui Vereador do Narciso Mota, fui Presidente de Junta de Freguesia com o Diogo Mateus, e tenho um enorme orgulho no legado que ambos, e as suas equipas, deixaram no nosso concelho. E hoje nós temos níveis de qualidade de vida e bem-estar no nosso território que valorizam quem aqui vive no nosso concelho.

E relativamente à sua intervenção, fez um conjunto de considerações que não são verdadeiras. Na questão do empréstimo, o empréstimo não está neste Orçamento, está em financiamento não definido. Portanto, não está concretizado no Orçamento para 2026. E, portanto, não faz sentido nenhum aquilo que disse. Toda a argumentação que veio a seguir a essa premissa está errada. Portanto, não faz sentido nenhum, é não estar a ver bem o documento.

E a segunda, da residência universitária. Não queria que nós fizéssemos uma residência universitária? Isso é interessante, é interessante perceberem que o Hugo não queria que houvesse uma residência universitária em Pombal, que é um dos investimentos mais relevantes que nós temos no nosso concelho, também para fixarmos estudantes do ensino superior. Fiquei perplexo, porque se queremos ambição, temos de ter juventude, e se queremos juventude e ensino superior, esta é uma das ferramentas no território que ajudam, é uma alavanca que ajuda também nesse desiderato. E, portanto, deixar essa nota.

Sr. Presidente de Junta de Freguesia, Humberto Lopes, falou aí de um conjunto de investimentos no nosso território. Nós continuamos muito focados também na valorização da coesão territorial e na componente, em particular, do saneamento básico. Nós submetemos uma candidatura num valor superior a 9.000.000€, precisamente para ainda valorizarmos, aprofundarmos, aumentarmos a cobertura da nossa rede de saneamento básico, e estamos já a fazer projetos para outras localidades, precisamente nesta área, e também nas condutas de abastecimento de água, que precisam também já da sua manutenção. E, portanto, estamos a fazer um investimento fortíssimo nessas áreas.

Sra. Deputada Carla Mariza, falou da ação social, a dizer que é um Orçamento que não aposta na ação social, e isso não corresponde à verdade. Nós nunca tivemos tantos técnicos de ação social no nosso concelho como hoje. Nós nunca tivemos tantas pessoas qualificadas, a trabalhar em regime de proximidade com o território, como hoje. E não falo só das Comissões Sociais de Freguesia; falo das Comissões Sociais de Freguesia, falo do Radar Social, falo do CLDS, um conjunto de programas que têm um conjunto de técnicos especializados, focados no combate ao isolamento social, no combate à solidão.



MUNICÍPIO DE POMBAL

E, portanto, nós, em Pombal, nunca tivemos, realmente – e estou a falar só dos técnicos do Município, porque a Sra. Deputada acabou por dizer uma coisa – que eu acho que não concorda com o que disse, mas foi o que disse – que as instituições sociais depois se substituem ao Município. É ao contrário, as instituições sociais não se substituem ao Município; cumprem a sua missão, agora com cada vez mais responsabilidades e com mais dificuldades, com mais dificuldades do ponto de vista financeiro. Mas, não é responsabilidade do Município; são instituições sociais com autonomia própria.

Agora, é verdade que o Estado tem de olhar para as IPSS's e para as Misericórdias de uma forma diferente, e tem de criar mais condições e mais recursos financeiros para fazer face às dificuldades das IPSS's, isso é verdade. E se não fossem os Municípios portugueses, e em particular o nosso, muito mais dificuldades teriam. E já foram aqui dados dois bons exemplos, na área das crianças e na área dos idosos. Nós investimos 300.000€ na habitação colaborativa inovadora para seniores no nosso concelho. Foi a primeira habitação colaborativa no nosso país, aprovada no PRR, foi aqui em Pombal, inovação e ambição na área dos seniores. E nas creches, estamos a falar de 1.000.000€ de investimento em duas creches, 1.000.000€ de receitas próprias. Não há financiamento externo nenhum, é do Município, para duas creches, com oitenta e quatro vagas para crianças. Isto não é ambição? Claro que é ambição.

E o que é que nós fazemos a seguir? Colocamos as IPSS's a gerirem essas creches. Por quê? Porque não é ao Município que compete gerir as creches, é à rede social. E a Sra. Vereadora é Vereadora com o pelouro da rede social. Portanto, nós continuamos a ter a rede social como pelouro do nosso concelho.

E, portanto, creio que relativamente a essa matéria, expliquei.

Sra. Deputada Ofélia Moleiro, realçou algo que é muito importante, é que este Orçamento não é um Orçamento isolado; é um documento estratégico, e aqui foi dito por vários Srs. Deputados, e pela Ana Carolina, Vereadora com o pelouro financeiro. É um Orçamento alinhado com o nosso plano estratégico. Nós criámos um plano de ação e desenvolvimento estratégico envolvendo os cidadãos, e tem linhas orientadoras. E isto realmente mostra que há aqui coerência, há aqui um trabalho que é um trabalho fundamentado. E esse plano estratégico, como as nossas orientações todas, e as deliberações em reunião de Câmara, está alinhado ainda com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas para 2030. Somos dos poucos Municípios do país a ter este alinhamento, local, regional, nacional e internacional. É notável. E a quem é que se deve isto? Aos nossos técnicos, mais uma vez, a quem propõe estes documentos, e a quem trabalha diariamente aqui na Câmara para que nós tenhamos este nível de rigor e de responsabilidade, e que merece esse reconhecimento.

E, portanto, as suas palavras de incentivo e de valorização vão diretamente para os trabalhadores desta Câmara, porque é a eles que merece ser dado esse reconhecimento.

Pedro Ferraz, falou aqui de vários indicadores financeiros, todos eles que mostram a solidez financeira do nosso Município, e isso é muito importante, porque às vezes há vozes que põem em causa essa estabilidade, que não é verdade, nós temos uma situação financeira robusta, gerimos com rigor, e merece esse reconhecimento, nomeadamente – e vi que começou pelo reforço da nossa capacidade de investimento e pela valorização do princípio de equilíbrio orçamental, princípio este que ficaria em causa se fôssemos aprovar propostas – que não podemos, nesta sede, como é de Lei – se fôssemos aprovar propostas que só aumentassem a despesa. O que é que ia acontecer? O princípio do equilíbrio tornava-se um princípio do desequilíbrio. Ou seja, estávamos contra a Lei.



MUNICÍPIO DE POMBAL

E também salientou aqui algo que é muito importante, que é a nossa capacidade de endividamento. Nós, neste momento, na capacidade que o Legislador nos dá para nós nos podermos endividar para fazer investimento – e é disso que nós falamos, para investir, como temos feito – nós só temos esgotado cerca de 12%. Isto significa que a nossa capacidade de endividamento é brutal. É brutal, porquê? Porque temos boas contas. Isso significa que se nós quisermos fazer mais investimento no futuro, temos essa capacidade de ir pedir dinheiro emprestado para investir, para melhorar a qualidade de vida dos nossos concidadãos. É esse o nosso propósito, é esse o nosso objetivo. E, neste momento, a situação financeira permite-nos esse desiderato.

Boa nota também em relação à empresa municipal, gestão sólida, rigorosa, e é bom mencionar isto, porque no perímetro da administração local a PMU também faz parte da nossa contabilidade, e contribui de forma positiva. Portanto, é também um reconhecimento à administração que temos na própria PMU, e que merece ser também reconhecida.

Sr. Deputado Manuel Gonçalves, eu sei que o Sr. Deputado até é um homem dos dados, dos números. Não é? Pensei que estava ligado à economia. Então, peço desculpa, porque assim ia dar-lhe alguns dados, para valorizar as suas intervenções.

Eu concordo com o seu objetivo. Quando o Manuel Gonçalves nos diz assim: Presidente de Câmara, nós queremos futuro para o nosso território, precisamos de investimento diferenciador, investimento tecnológico, que crie mão de obra qualificada e que traga jovens talentos para o nosso concelho, subscrevo o objetivo. E queria dizer-lhe, para o descansar um pouco, uma vez que voltou a Pombal, que este Orçamento tem esse objetivo, tem esse propósito. E vou-lhe dizer em que termos.

Primeiro, quando falamos de resultados económicos, é importante falar – e não vale a pena virem, com todo o respeito – eu ouvi várias vezes alguns deputados falarem nos trinta anos do PSD, e isso parece uma cassete que já está gasta; está gasta essa cassete, e eu vou-lhe dizer por quê. Os dados dos últimos anos: em 2019, tínhamos cinco mil, novecentas e setenta e duas empresas instaladas no concelho; nós, neste momento, em 2025 – e isto são dados de 2024 – temos seis mil, novecentas e trinta e nove empresas – mais mil empresas em quatro anos. Isso é notável, significa que estamos com uma dinâmica boa de criação de empresas.

Vamos ao número de PME Líder: oitenta e duas empresas PME Líder em 2018, hoje temos cento e trinta. É notável também o esforço dos empresários em aumentarem também a qualificação da sua atividade, o seu desempenho, a sua performance.

De PME Excelência, tínhamos vinte e quatro, hoje temos mais do dobro. E estamos a aumentar as exportações, e estamos a aumentar o volume de negócios, e isso é muito importante, e isso é um reconhecimento ao tecido económico, às nossas empresas, não é ao Município. O Município pode ajudar – pode e deve – mas é às empresas, aos nossos empresários.

E, portanto, o que nós devíamos ter aqui era uma mensagem de confiança aos nossos empresários, que continuam a investir, a criar valor, a criar emprego para fixar os nossos jovens, e estes dados demonstram isso.

Paralelamente, o que é que nos compete a nós? Criar condições para que as empresas se fixem. É por isso que nós nunca tivemos um investimento tão grande em ampliar parques empresariais para fixar mais empresas, que foi aquilo que o Sr. Deputado Rui Pinhão defendeu, que devíamos aumentar os parques empresariais, até criticou o facto de haver alguns parques que há muitos anos não são ampliados. Estamos nesse trabalho, mas estamos nesse trabalho há vários anos, porque não é – e como disse, e bem – não é algo que se consiga de um dia para o outro.



MUNICÍPIO DE POMBAL

E nós hoje temos trinta hectares no Parque Industrial Manuel da Mota, temos mais nove hectares na zona industrial de Albergaria dos Doze, estamos já com um investimento de 5.000.000€ na ampliação da zona industrial da Guia, para vinte e um novos lotes para empresas, e estamos a trabalhar para criarmos condições para termos o parque empresarial de Pombal Sul e o Parque Empresarial de Sicó, precisamente por isso. E isto tem impacto, porque se nós disponibilizarmos terrenos para se fixarem empresas, as empresas, fixando-se, cobram também cá os seus impostos, e é isso que nós queremos, e criam trabalho.

Portanto, está em curso um movimento muito forte no terreno, está em curso um movimento muito forte de ampliação dos parques empresariais. Esta é uma dimensão.

A segunda foi algo que aí me pareceu um pouco incoerente: dizemos que queremos os jovens, queremos os jovens nas tecnologias, etc., e depois criticar os espaços de coworking, que são espaços dedicados precisamente para esses profissionais em regime de teletrabalho, profissionais liberais, que possam também ter um espaço onde desenvolvam também a sua atividade. E isso é uma mais-valia, esses espaços de coworking, que nós estamos a desenvolver pelo concelho, estão integrados num ecossistema de empreendedorismo e inovação que nós queremos também consolidar no nosso concelho.

É por isso que neste Orçamento também está prevista a criação da incubadora de empresas, para ajudar os jovens a criarem as suas próprias ideias e a desenvolvê-las, capacitá-los tecnicamente para desenvolver as suas ideias de negócio. E isso, acho que é positivo.

Paralelamente, temos um Centro de Inovação na área da sustentabilidade, precisamente para envolver também o meio académico, as empresas, no sentido de também criar aqui projetos inovadores no nosso tecido económico.

E, portanto, parece-me que relacionando todas estas ações que estão aqui vertidas no Orçamento, estamos a criar condições para o aumento da atividade económica.

Associando a isto, estamos a trabalhar internamente, adaptando o edifício municipal – edifício, digo estrutura hierárquica – a esta realidade. Foi por isso que criámos o Gabinete de Apoio ao Investimento e Desenvolvimento Económico, em que temos técnicos especializados a trabalhar nesta área, criámos o Gabinete de Apoio ao Empreendedor, com técnicos especializados nesta área, estamos a desenvolver, a consolidar, a estruturar, a aprofundar a Via Verde para o Investimento, para diferenciar investimentos com impacto significativo no nosso território.

Portanto, estamos a criar um conjunto de condições para tornar a nossa administração mais amiga do investidor, mais amiga do empresário.

E, portanto, parece-me que este Orçamento espelha bem essa nossa preocupação com o desenvolvimento económico. E por isso, queria descansá-lo nesse ponto, porque creio que o Orçamento corresponde também a esse desígnio, que é um desígnio maior.

Sra. Deputada Catarina Silva, falou, e bem, nestas questões relacionadas com a ação social, em que temos tido um trabalho notável, e merece ser valorizado. E só no envelhecimento, não percebo como é que dizem que não há investimento, quando nós temos meio milhão de euros num projeto dedicado ao envelhecimento. São 500.000€; são 500.000€ que nós temos, no âmbito do CLDS, dedicados ao investimento ativo, saudável e feliz no nosso concelho. E depois diz que nós não investimos no envelhecimento? Parece-me que é um bocado contraditório. Isto era mais uma razão para votarem a favor o Orçamento. Nós temos os espaços seniores dinamizados pelas freguesias, e espaços seniores na área da educação física, na capacitação mental, etc., com várias iniciativas dedicadas aos seniores.

Portanto, parece-me que se temos este investimento, então devia haver esse reconhecimento, também desse impacto positivo. Mas, compreendo.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Sr. Deputado João Santos, falou de várias iniciativas, do ponto de vista também daquilo que é o trabalho que as IPSS's fazem, e é verdade, esse alerta, é importante ser feito, passam cada vez mais dificuldades. E nós, Municípios, ainda somos um porto de abrigo das IPSS's, mas é importante que a nível nacional se olhe para esta temática com atenção, porque, efetivamente, passam por muitas dificuldades, e merecem ser mais apoiadas.

Relativamente a prescindirmos de 6.800.000€ pelo nível mais baixo de taxas que nós aplicamos, essa é uma verdade, prescindimos desses 6.800.000€ precisamente porque queremos apoiar as famílias, apoiar as empresas, ou seja, é dinheiro que fica no território, e que nós entendemos que é útil também para que as famílias e as empresas possam ter também um aumento da sua capacidade de fazer face ao aumento também das suas responsabilidades e do custo de vida.

Em relação à proposta do Partido Socialista, acho que já foi tudo dito nesta Assembleia, uma proposta que visa só aumentar a despesa, sem a correspondente compensação do lado da receita, desequilibraria o Orçamento, como é lógico – isso parece-me óbvio, não é preciso ser entendido na matéria. Logo por aí, seria uma proposta falível.”

Peço desculpa, eu não vou falar sobre a proposta do Partido Socialista, porque ela fala por si.

E, portanto, não me apraz dizer muito mais coisas.

Daria espaço aqui para se dizer, quando alguns deputados dizem que não há investimento na educação, e nós temos um Orçamento que aplica 10.000.000€ numa nova Escola Conde de Castelo Melhor, numa renovada Escola Gualdim Pais, e ainda temos uma candidatura a ser apresentada já agora, no início do ano, para 8.000.000€ na requalificação da Escola Marquês de Pombal, estamos a falar de 18.000.000€ só em três escolas. Se isto não é investimento na educação... A somar ao investimento que fazemos nas refeições escolares, nas Atividades de Animação e de Apoio à Família, quando falamos na potenciação do sucesso escolar, a somar a tudo isso que já fazemos, ainda mais este investimento, que é um investimento brutal – brutal. E dizer que não há investimento na educação, acho que é um bocado incoerente.

E relativamente aqui a infraestruturas, é lógico que se pode pedir sempre mais, e isso é bom, porque acompanha também a ambição que nós temos. Mas, queria salientar que no âmbito também aqui do espaço urbano, a ligação do Barco ao Casarelo pode ajudar também nessa questão que o Sr. Deputado salientou, e que eu queria também aqui reforçar.

E creio que respondi a tudo.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigado, Sr. Presidente.

Vamos passar, então, à votação destes dois pontos da ordem de trabalhos. E queria informar os Srs. Membros da Assembleia Municipal que, seguidamente, teremos ali quinze minutos para um lanche, para repor as energias.

Peço desculpa se, há pouco, fui um bocadinho mais intempestivo na minha intervenção. Eu acho que já estamos a ficar um bocado com hipoglicémia, o que nos torna a todos um bocadinho mais azedos, às vezes, nas nossas intervenções. Eu peço-vos desculpa se fui mal interpretado.

De qualquer das maneiras, estamos em condições de votar estes pontos.

Participaram na votação os seguintes membros: Hugo Silva, Liliana Oliveira, Manuel Santos, Rui Pinhão, Carla Mariza Pereira, Rodrigo Escapa, João Coucelo, João Santos, Ana Cabral, Maria Ofélia Moleiro, Pedro Navega Ferreira, Catarina Silva, Pedro Ferraz, José Grilo Gonçalves, Tiago Marques, Filipa Portela, José Sousa, Andreia Marques, Eusébio Rodrigues, Fernando Matias, Maria Luzia Domingues, Celso Mendes, Fernando Neves, Humberto Lopes, Ricardo Grilo, Sandra Mendes, Alexandre Silva, Célio Dias, Nelson



MUNICÍPIO DE POMBAL

Matias, Ricardo Simões, Carla Longo, Eduardo Cacho, Guilherme Domingues, Isabel Costa, Daniel Ferreira e Rogério Santos.

Colocada a proposta da Câmara a votação, foi a mesma aprovada, por maioria, com 30 votos a favor e 6 votos contra, dos membros do Partido Socialista (Manuel Santos, Rui Pinhão, Carla Mariza Pereira e Rodrigo Escapa) e do Pombal Independentes (Hugo Silva e Liliana Oliveira).

Mais foi deliberado, por unanimidade, aprovar a presente deliberação por minuta, para efeitos de execução imediata.

A Senhora Deputada Liliana Oliveira, do Pombal Independes fez a declaração de voto que a seguir se transcreve:

“Quero que fique explícito que o meu voto contra este orçamento não é porque eu esteja contra este orçamento na íntegra, apenas tenho uma visão diferente e acho que antes de investir numa universidade aqui em Pombal, primeiro deveríamos pensar, como o Senhor Presidente falou, no crescimento dos postos de trabalho e na habitação, para os nossos jovens, que temos a estudar lá fora - inclusive eu tenho a minha filha lá fora - é importante nós criarmos postos de trabalho para eles regressarem às origens e terem habitação onde morar.

Então no fim de reunirmos essas condições a nível de crescimento do Município, sim, investir numa faculdade. Quero que fique aqui explícito que não sou contra a totalidade deste orçamento, era só mesmo neste ponto aqui que não reúno a mesma opinião que a maioria.

Obrigada”

O Senhor Deputado Manuel Gonçalves, do Partido Socialista, também fez declaração de voto, nos seguintes termos:

“Votámos contra porque nós temos dúvidas quanto à capacidade de execução deste orçamento. Um Presidente de Câmara que no final do seu mandato faz um despedimento coletivo da maioria da sua vereação, nem precisou de alterações à Lei Laboral, está tudo dito quanto à capacidade de execução. Obrigado.”

Ponto 2.3. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre as Grandes Opções do Plano para o quinquénio 2026/2030;

Foi presente à Assembleia a proposta da Câmara sobre o assunto mencionado em epígrafe, cujo teor se transcreve:

Ponto 2.8.2. Grandes Opções do Plano para o quinquénio 2026-2030; Proposta

Foi presente à reunião a proposta das Grandes Opções do Plano para o quinquénio 2026-2030, elaborada pela Divisão de Administração e Finanças que se dá por integralmente reproduzida e fica arquivada na referida Divisão.

A Câmara deliberou, por maioria, com um voto contra do Senhor Vereador João Coelho, do Partido Socialista e uma abstenção do Senhor Vereador Manuel Serra, do Partido CHEGA, aprovar as Grandes Opções do Plano para o quinquénio 2026-2030, bem como submeter o documento à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal, com o pedido de deliberação a tomar ser por minuta, para efeitos de imediata execução.”

Participaram na votação os seguintes membros: Hugo Silva, Liliana Oliveira, Manuel Santos, Rui Pinhão, Carla Mariza Pereira, Rodrigo Escapa, João Coucelo, João Santos, Ana Cabral, Maria Ofélia Moleiro, Pedro Navega Ferreira, Catarina Silva, Pedro Ferraz, José



MUNICÍPIO DE POMBAL

Grilo Gonçalves, Tiago Marques, Filipa Portela, José Sousa, Andreia Marques, Eusébio Rodrigues, Fernando Matias, Maria Luzia Domingues, Celso Mendes, Fernando Neves, Humberto Lopes, Ricardo Grilo, Sandra Mendes, Alexandre Silva, Célio Dias, Nelson Matias, Ricardo Simões, Carla Longo, Eduardo Cacho, Guilherme Domingues, Isabel Costa, Daniel Ferreira, Rogério Santos

Colocada a proposta da Câmara a votação, foi a mesma aprovada, por maioria, com 30 votos a favor e 6 votos contra, dos membros do Partido Socialista (Manuel Santos, Rui Pinhão, Carla Mariza Pereira e Rodrigo Escapa) e do Pombal Independentes (Hugo Silva e Liliana Oliveira).

Mais foi deliberado, por unanimidade, aprovar a presente deliberação por minuta, para efeitos de execução imediata.

Neste momento procedeu-se a uma pausa/interrupção dos trabalhos.

Ponto 2.4. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre pedido de autorização prévia à Assembleia Municipal para a assunção de compromissos Plurianuais, no ano económico de 2026, nos termos do artigo 12º do Decreto-Lei 127/2012, de 21 de junho;

Foi presente à Assembleia a proposta da Câmara sobre o assunto mencionado em epígrafe, cujo teor se transcreve:

“Ponto 2.8.3. Pedido de autorização prévia à Assembleia Municipal para a assunção de compromissos Plurianuais, no ano económico de 2026, nos termos do artigo 12º do Decreto-Lei 127/2012, de 21 de junho; Proposta n.º 22/PROP/2025

Foi presente à reunião a Proposta n.º 22/PROP/2025, do Senhor Presidente da Câmara, datada de 2025-12-06, que a seguir se transcreve:

“PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA, À ASSEMBLEIA MUNICIPAL, PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS, NO ANO ECONÓMICO DE 2026, NOS TERMOS DO ARTIGO 12.º DO DECRETO-LEI N.º 127/2012, DE 21 DE JUNHO

Considerando o disposto no artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, na sua redação subsistente, que determina que a abertura de procedimento relativo a despesas que deem lugar a encargo orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, designadamente, com a aquisição de serviços e bens através de locação com opção de compra, locação financeira, locação venda ou compra a prestações com encargos, não pode ser efetivada sem prévia autorização da Assembleia Municipal, salvo quando:

- a) Resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados;*
- b) Os seus encargos não excedam o limite de 500.000 euros, em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contratação e o prazo de execução de três anos;*

Considerando a alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua redação atual, (diploma que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso), que dispõe que a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público-privadas, está sujeita, no que respeita à administração local, a autorização prévia da Assembleia Municipal;



MUNICÍPIO DE POMBAL

Considerando que o artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, na sua redação atual, prevê que a referida autorização prévia para assunção de compromissos plurianuais ou sua reprogramação possa ser dada, pela Assembleia Municipal, aquando da aprovação das Grandes Opções do Plano;

Considerando que, sem por em causa a subordinação aos documentos previsionais aprovados e às opções nele vertidas, importa promover a simplificação administrativa, conferindo agilidade à gestão;

Proponho que delibere a Câmara Municipal solicitar à Assembleia Municipal a emissão de autorização prévia genérica favorável à assunção, no decurso de 2026, de compromissos plurianuais, para os efeitos previstos na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, sob as seguintes condições:

- a) Decorram da execução de projetos e ações inscritos nas Grandes Opções do Plano vigentes, bem assim a sua reprogramação temporal ou financeira;*
- b) Quando estejam em causa encargos plurianuais com outras despesas correntes que não excedam o limite de 500 mil euros (previsto na alínea b) do n.º 1 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99 de 8 de junho) em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contratação e o prazo de execução de três anos;*
- c) Que, em caso de decisão favorável, seja posteriormente dado conhecimento à Assembleia Municipal, dos compromissos plurianuais assumidos ao abrigo da autorização que ora se solicita.”*

A Câmara deliberou, por unanimidade, solicitar à Assembleia Municipal, autorização prévia genérica para a assunção dos compromissos plurianuais que venham a ocorrer no ano económico de 2026, nos termos da informação supratranscrita, com o pedido de a deliberação a tomar ser por minuta, para efeitos de imediata execução.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal questionou quem pretendia intervir, não se tendo verificado qualquer inscrição, passando de imediato à votação.

Participaram na votação os seguintes membros: Hugo Silva, Liliana Oliveira, Manuel Santos, Rui Pinhão, Carla Mariza Pereira, Rodrigo Escapa, João Coucelo, João Santos, Ana Cabral, Maria Ofélia Moleiro, Catarina Silva, Pedro Ferraz, José Grilo Gonçalves, Tiago Marques, Filipa Portela, José Sousa, Andreia Marques, Eusébio Rodrigues, Fernando Matias, Maria Luzia Domingues, Celso Mendes, Fernando Neves, Humberto Lopes, Ricardo Grilo, Célio Dias, Nelson Matias, Ricardo Simões, Carla Longo, Eduardo Cacho, Guilherme Domingues, Isabel Costa, Daniel Ferreira e Rogério Santos.

Colocada a proposta da Câmara a votação, foi a mesma aprovada, por maioria, com 29 votos a favor e 4 votos contra dos membros do Partido Socialista (Manuel Santos, Rui Pinhão, Carla Mariza Pereira e Rodrigo Escapa).

Mais foi deliberado, por unanimidade, aprovar a presente deliberação por minuta, para efeitos de execução imediata.

Nesta altura entraram na sessão os membros Pedro Navega Ferreira e os Presidentes de Junta Sandra Mendes e Alexandre Silva.

Ponto 2.5. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre o Mapa de Pessoal para o ano 2026;



MUNICÍPIO DE POMBAL

Foi presente à Assembleia a proposta da Câmara sobre o assunto mencionado em epígrafe, cujo teor se transcreve:

“Ponto 2.12.1. Mapa de Pessoal para o ano 2026; Proposta

Foi presente à reunião a informação n.º 1911/INF_INT/2025, da Unidade Técnica de Recursos Humanos, datada de 2025-12-09, que a seguir se transcreve:

“ASSUNTO: Proposta do Mapa de Pessoal do Município de Pombal para o ano de 2026

Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal,

Por reporte ao assunto mencionado em epígrafe e considerando:

I. A obrigatoriedade do empregador público, prevista no artigo 28.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), aprovada e constante em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na atual redação, de fazer acompanhar a proposta de orçamento, a submeter à discussão e votação da Assembleia Municipal, do planeamento das atividades dos respetivos serviços e dos recursos humanos a afetar ao desempenho dessas mesmas atividades, tendo em consideração a missão, as atribuições, a estratégia, os objetivos fixados, as competências das unidades orgânicas e os recursos financeiros disponíveis;

II. Nos termos do n.º 1 do artigo 29.º da LTFP, dever o planeamento das atividades a desenvolver por cada serviço público incluir a indicação dos postos de trabalho necessários ao desempenho das mesmas, podendo elas ser de natureza permanente ou transitória;

III. A previsão nos mapas de pessoal dos serviços públicos, instrumentos de planeamento e gestão de recursos humanos por excelência, do pessoal que se estima ser necessário em cada ano para a prossecução das respetivas atribuições e atividades, devendo os mesmos enunciar os postos de trabalho que são previsivelmente necessários para esse efeito, os quais devem ser referenciados em função dos objetivos a alcançar através de cada um dos mesmos, do perfil e competências necessários à sua execução, do cargo ou categoria que lhe correspondam e ainda das habilitações necessárias para o seu desempenho, de acordo com o previsto nos n.ºs 1 e 2 do artigo 29.º da LTFP;

IV. Tendo em conta a estrutura dos serviços públicos, que deve ser dinâmica, maleável e permanentemente alinhada com projetos / métodos / estratégias e expetativas organizacionais, ao invés de estática e imutável; não invalidar a circunstância de o mapa de pessoal ser aprovado anualmente que, no decurso do ano a que o mesmo se reporta, possa ser revisto, podendo essa revisão implicar, ou não, uma revisão, também, do orçamento, cabendo ao órgão competente para a decisão de aprovar o mapa de pessoal e a proposta de orçamento, a decisão de o alterar;

e

V. A afixação do mapa de pessoal, depois de aprovado, no órgão ou serviço e a inserção na respetiva página eletrónica, conforme n.º 4 do artigo 29.º da LTFP,

E considerando, ainda:

VI. A organização do Mapa de Pessoal do Município de Pombal para o ano de 2026, encontrando-se os postos de trabalho nele contidos distribuídos por unidade orgânica; competências (por referência ao ROSM); referência posto de trabalho p/ unidade orgânica; cargo / carreira / categoria; área funcional; área de formação académica e ou profissional e outros requisitos; classificação nacional de áreas de educação e formação (CNAEF); competências comportamentais no âmbito do ReCAP; postos de trabalho ocupados, tempo indeterminado, termo resolutivo (certo e incerto), mobilidade e comissão de serviço ou regime de substituição; postos de trabalho por ocupar, tempo indeterminado, termo resolutivo (certo e incerto), mobilidade e comissão de serviço; outras situações, e observações;



MUNICÍPIO DE POMBAL

VII. Em relação ao Mapa de Pessoal do Município de Pombal 2025, a vacatura de cinquenta postos de trabalho ocupados por trabalhadores que, no decurso do ano, ficaram desligados do serviço, por motivo de (i) reforma / aposentação / falecimento (21 trabalhadores / 1 CT CTI; 2 AT CTI; 1 EO CTI e 17 AO CTI); (ii) denúncia do CTFP (6 trabalhadores / 2 TS CTRI; 3 AO CTI e 1 AO CTRI); (iii) caducidade do vínculo de emprego público (13 trabalhadores / 11 TS CTRC e 2 AO CTRC); (vi) mobilidade / consolidação de mobilidade noutros serviços públicos (3 trabalhadores / 2 TS CTI e 1 AO CTI), e (v) afetação a outros serviços / organismos da Administração Pública, na sequência de procedimento concursal (7 trabalhadores / 2 TS CTI; 2 AT CTI e 3 AO CTI); por outro lado, a ocupação de cinquenta e nove postos de trabalho, em resultado de procedimento concursal (53 trabalhadores / 5 TS CTI; 6 AT CTI, 23 AO CTI; 2 ESTI CTI; 2 TSTI CTI; 4 TS CTRI; 2 AO CTRC e 9 AO CTRI); de mobilidade interna na categoria (5 trabalhadores AT CTI); e de regresso de licença sem remuneração (1 trabalhador AO CTI);

VIII. O processo de levantamento de necessidades de recursos humanos, que esteve na base da elaboração do Mapa de Pessoal do Município de Pombal para o ano de 2026, no âmbito do qual, vereadores, titulares dos respetivos pelouros, dirigentes, chefias e responsáveis pelos diversos serviços municipais, foram chamados a pronunciar-se relativamente às áreas com maior carência de recursos humanos, por carreira / categoria e modalidade de vínculo de emprego público (consoante a natureza permanente ou transitória da atividade);

IX. Em comparação com o Mapa de Pessoal ainda em vigor, contemplar a proposta do Mapa de Pessoal para o ano de 2026, um adicional líquido de dois postos de trabalho, resultado do balanço entre os postos de trabalho que ficaram vagos no decurso do corrente ano e os que, no mesmo período, vieram a ser ocupados, fruto, grosso modo, de procedimentos concursais de recrutamento; e uma redução de dezasseis postos de trabalho por ocupar,

E considerando, por fim, em linha com o previsto no artigo 31.º da LTFP, incluir a proposta do Orçamento Municipal 2026, a aprovar pela Câmara Municipal e pela Assembleia Municipal, os encargos com pessoal (i) relativos a remunerações; (ii) relativos aos postos de trabalho previstos nos mapas de pessoal aprovados e para os quais se preveja recrutamento; (iii) com alterações do posicionamento remuneratório, e (iv) relativos a prémios de desempenho; competindo ao Presidente da Câmara Municipal, no uso da competência prevista no n.º 2 do artigo 31.º da LTFP, conferida pela alínea a) do n.º 2 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, na atual redação, decidir sobre o montante máximo de cada um dos tipos de encargos, podendo optar, desde que asseguradas as verbas destinadas a alterações obrigatórias do posicionamento remuneratório, pela afetação integral das verbas orçamentais correspondentes a apenas um dos tipos, podendo tal decisão ser alterada ao longo da execução orçamental, desde que verificados os pressupostos constantes nos n.ºs 5, 6 e 7 do mesmo artigo 31.º da LTFP,

Propõe-se a V. Exa., caso concorde, que a Câmara Municipal de Pombal, ao abrigo da competência constante na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais (RJAL), aprovado e constante em anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na atual redação, aprecie e delibere a submissão da proposta do Mapa de Pessoal do Município de Pombal para o ano de 2026, em anexo à presente informação, à Assembleia Municipal de Pombal, para aprovação final, em linha com as competências que lhe são atribuídas pela alínea o) do n.º 1 do artigo 25.º do RJAL, pela alínea a) do n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, e, subsidiariamente, pelo n.º 4 do artigo 29.º da LTFP.

À consideração superior.”

Ínsitos na informação supratranscrita encontram-se os seguintes pareceres:



MUNICÍPIO DE POMBAL

- Do Diretor Municipal de Gestão Integrada:

“Reúne o processo condições para ser conduzido à apreciação e votação da Câmara Municipal, e, sucessivamente, à apreciação e votação da Assembleia Municipal.”

- Da Vereadora do Pelouro dos Recursos Humanos e Gestão Territorial

“Sou de parecer favorável ao envio da proposta de Mapa de Pessoal do Município de Pombal para 2026 para apreciação e aprovação pelos órgãos autárquicos.”

A Câmara deliberou, por maioria, com um voto contra do Senhor Vereador João Coelho, do Partido Socialista, aprovar, em linha com o Orçamento 2026, a proposta de Mapa de Pessoal para o próximo ano, e submetê-lo à apreciação da Assembleia Municipal, com o pedido de a deliberação a tomar ser por minuta, para efeitos de execução imediata.”

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal questionou quem pretendia intervir, tendo-se inscrito:

Manuel Gonçalves (PS):

“Eu quero desde já dizer que o Partido Socialista vai votar contra. E votamos contra porque, honestamente, não temos informação para este imperativo.

O que é que é pedido à Assembleia Municipal neste ponto? É saber se a Câmara Municipal está dotada dos meios humanos para que consiga executar o Plano e o seu Orçamento. É isto que é pedido aos membros desta Assembleia Municipal. E a única coisa que recebemos são números. Que eu saiba, os números não elaboram pareceres, os números não conduzem tratores, e os números não fazem a contabilidade da Câmara. Quem faz o trabalho da Câmara são pessoas. E como é que eu posso dar o meu parecer se não conheço a qualidade das pessoas?

Só dou dois exemplos. Nós temos à volta de setecentos trabalhadores – se a memória não me falha, mais ou menos assim; se o nível de absentismo dessas pessoas for 15%, veja quantas pessoas temos a menos a trabalhar.

O que é que isto pode significar? Significar que ou não se cumprem os objetivos, ou os desgraçados que são assíduos trabalham mais horas.

Outra questão: se o desempenho dessas pessoas for suficiente, insuficiente ou médio – acho que não tem “médio”, tem “bom” – eu tenho um quadro de pessoal com pessoas com menor capacidade de trabalho. O que é que isso significa? Que não cumprem os objetivos, ou os desgraçados dos melhores avaliados trabalham mais horas.

E, portanto, eu não tenho essa informação. E mais, acho gravíssimo essa informação não estar disponível, nomeadamente ao nível da avaliação do desempenho. Eu não quero saber do A, B ou C; eu quero por grandes grupos, como é que foram avaliados. E por quê? Porque quem paga os salários não é a Câmara; são os contribuintes, os cidadãos deste concelho, porque eles é que são os acionistas. A Câmara é um conselho de administração, que gere os nossos dinheiros. Portanto, eu, como acionista, tenho o direito, independentemente de estar na Assembleia Municipal, de saber qual é a qualidade do meu pessoal, isto é, das minhas pessoas, ou melhor dizendo, com a palavra moderna, do talento existente na Câmara Municipal de Pombal. E, honestamente, nem com a explicação que lá está, nós, Partido Socialista, honestamente, não conseguimos ter uma opinião, não sabemos dizer.

E como não sabemos dizer, meus amigos, votamos contra, porque eu acho que não é correto pedir a um elemento da Assembleia Municipal que se pronuncie sobre números. Os números dizem alguma coisa, mas não trabalham.”

Humberto Lopes (Presidente J.F. Almagreira, PPD/PSD):

“Obrigado, Presidente.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Eu aqui vou puxar a brasa às freguesias. Gabinete de Apoio às Freguesias e às Associações, está um lugar para abertura de concurso, e dar esse sinal positivo, porque é uma lacuna que nomeadamente as associações têm sentido. Ou seja, a parte dos apoios, pelo menos a formação, é também um desafio que eu lanço ao Município, de fazer uma ação de formação para que os nossos Presidentes das associações consigam elencar os pedidos de apoio que depois chegam aí, também para ajudar, depois, o Executivo, e aqui a Assembleia, a dar os apoios que eles nos fazem chegar.

Obrigado.”

Rodrigo Escapa (PS):

“Muito obrigado, Sr. Presidente.

Nós, nesta Bancada, não consideramos o Mapa de Pessoal um documento menor, bem sabendo que não é aqui que se esgota a discussão política sobre a governação do concelho, porque isso já teve o seu próprio tempo, ainda há bocadinho, no Orçamento. Mas, este documento não é neutro, e mesmo sendo técnico, é um documento que revela opções.

E há duas opções neste Mapa de Pessoal que merecem ser claramente assinaladas.

A primeira não é uma questão nova, nem creio que seja surpreendente para o Executivo, é a manutenção de um Diretor Municipal, porque, de facto, Sr. Presidente, num mapa globalmente marcado pela contenção, por um crescimento residual e pela ausência de reforço significativo dos serviços operacionais, o Executivo liderado por V. Exa. opta por preservar um dos cargos mais pesados, mais hierarquizados e mais politizados da estrutura municipal.

E a pergunta é simples e legítima: que necessidade concreta justifica a manutenção, hoje, deste cargo, neste momento? Que ganho efetivo trouxe à capacidade de resposta do Município? Que problemas resolveu, que não pudessem ser resolvidos por si e pela sua equipa, ou até ao nível dos departamentos e divisões?

A leitura política é, pois, inevitável: é que a prioridade não está na base da organização, mas está, sim, no topo da hierarquia.

A segunda opção, o segundo apontamento que eu quero aqui deixar, ainda mais simbólica, é a existência do chamado Gabinete de Desenvolvimento Sustentável e Felicidade. Não está em causa a importância do bem-estar das populações; o que está em causa é a escolha de institucionalizar a felicidade num gabinete administrativo permanente, com custos permanentes, num contexto em que o próprio mapa revela falta de ambição no reforço dos serviços de proximidade e de resposta no terreno.

Este gabinete assenta num conceito vago, não mensurável e sem indicadores claros de impacto. Não sabemos o que fará, em termos concretos, não sabemos como se avaliará o seu trabalho, e não sabemos que problemas reais irá resolver. E isto é politicamente relevante, porque mostra uma tendência clara: num Mapa de Pessoal contido, onde quase tudo fica na mesma, há sempre espaço para cargos de Direção e para estruturas simbólicas, mas não há espaço para reforçar, de forma visível, quem executa, quem atende e quem anda no terreno.

Este Mapa de Pessoal pode não ser escandaloso, mas é revelador; revela uma organização mais preocupada em afirmar hierarquias e conceitos, do que em reforçar a capacidade operacional; mais atenta à imagem interna e externa do que às necessidades cotidianas do concelho.

E por isso, Sr. Presidente, não podíamos deixar passar este documento sem este registo crítico.

Muito obrigado.”

Presidente da Câmara Municipal:

“Muito obrigado, Sr. Presidente. Eu vou ser muito breve.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Acho que os Srs. Deputados estão a fazer alguma confusão entre o Mapa de Pessoal e o balanço social.

O Mapa de Pessoal é um documento que, nos termos da Lei, nós somos obrigados a aprovar todos os anos, e que diz quantos postos de trabalho é que uma entidade tem, quais é que são as suas áreas, quais é que são as vagas ocupadas e as vagas a ocupar. É isto, é só isto. É isto que a Lei pede, é isto que o documento diz.

Portanto, não aprovar porque não tem conhecimento sobre, é porque também não tem de ter nestes termos.

Outra coisa diferente é depois dizerem que não revela opções, e outro deputado da mesma bancada diz que revela opções, e que só pelas opções políticas é que vota contra. Então, se não revela opções, é uma coisa; se revela opções, é o seu contrário.

Relativamente a essas opções, a sua opinião é legítima, já disse isso. Vocês não concordarem com o Diretor Municipal, com gabinetes, está tudo bem, votam contra e a vida continua. Agora, é verdade que o Diretor Municipal, a função, do ponto de vista hierárquico, é superimportante do ponto de vista da coordenação das várias unidades técnicas, tanto que vários concelhos, entre os quais alguns concelhos vizinhos, até alteraram a estrutura orgânica para criar também a Direção Municipal, e Municípios com Presidentes de Câmara de outras cores partidárias.

Portanto, não é uma questão político-partidária. Estou eu a dizer, a fazer a minha análise, porque conheço casos análogos e vejo que essa é uma função que, do ponto de vista da administração autárquica, vai ganhando também cada vez mais peso em Municípios vizinhos. O que eu quero dizer com isto é que não é esse Presidente de Câmara, desse Município, que é mau gestor, comparando; é precisamente porque nós precisamos de reforçar muito as entidades municipais e as estruturas orgânicas.

É por isso que nós, também, feita essa análise no balanço social, podemos, depois, fazer essa discussão, nós temos um baixo nível de dirigentes. E a nossa pirâmide, do ponto de vista daquilo que é o quadro de pessoal, é assente precisamente nos assistentes operacionais, que estão em grande número. E, portanto, a nossa pirâmide não está invertida, pelo contrário, a nossa pirâmide está fortalecida, robustecida no pilar dos assistentes operacionais, que continuam a ser o maior número, tanto de postos de trabalho, como de vagas a ocupar.

Portanto, é um pouco contraditório, mas respeito a vossa posição.”

Participaram na votação os seguintes membros: Hugo Silva, Liliana Oliveira, Manuel Santos, Rui Pinhão, Carla Mariza Pereira, Rodrigo Escapa, João Coucelo, João Santos, Ana Cabral, Maria Ofélia Moleiro, Pedro Navega Ferreira, Catarina Silva, Pedro Ferraz, José Grilo Gonçalves, Tiago Marques, Filipa Portela, José Sousa, Andreia Marques, Eusébio Rodrigues, Fernando Matias, Maria Luzia Domingues, Celso Mendes, Fernando Neves, Humberto Lopes, Ricardo Grilo, Sandra Mendes, Alexandre Silva, Célio Dias, Nelson Matias, Ricardo Simões, Carla Longo, Eduardo Cacho, Guilherme Domingues, Isabel Costa, Daniel Ferreira, Rogério Santos

Colocada a proposta da Câmara a votação, foi a mesma aprovada, por maioria, com 32 votos a favor e 4 votos contra, dos membros do Partido Socialista (Manuel Santos, Rui Pinhão, Carla Mariza Pereira e Rodrigo Escapa).

Mais foi deliberado aprovar a presente deliberação por minuta, para efeitos de execução imediata.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Ponto 2.6. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre o Reequilíbrio financeiro, extraordinário, dos autos de transferência de competências e de recursos, para as Freguesias;

Foi presente à Assembleia a proposta da Câmara sobre o assunto mencionado em epígrafe, cujo teor se transcreve:

“Ponto 2.18.1.1. Reequilíbrio financeiro, extraordinário, dos autos de transferência de competências e de recursos, para as Freguesias; Proposta n.º 23/PROP/2025

Foi presente à reunião a Proposta n.º 23/PROP/2025, do Senhor Presidente da Câmara, datada de 2025-12-09, que a seguir se transcreve:

“PROPOSTA

Reequilíbrio financeiro, extraordinário, dos autos de transferência de competências e de recursos, para as Freguesias

Considerando o reequilíbrio financeiro, extraordinário, promovido aos instrumentos de transferência de competências do Município de Pombal para as Freguesias do Concelho, a coberto das deliberações dos Órgão Municipais de 11/04/2023 e 24/04/2023, respetivamente da Câmara Municipal e da Assembleia Municipal;

Considerando que a mesma linha de reequilíbrio financeiro foi prosseguida em 2024, por meio das deliberações dos Órgão Municipais de 05/12/2024 e 19/12/2024, da Câmara Municipal e da Assembleia Municipal, respetivamente;

Considerando que este reequilíbrio incidiu, quanto ao decidido em 2023, sobre o auto de transferência de competências e sobre o contrato interadministrativo do domínio da educação, traduzido no rateio, pelas freguesias, de um adicional de 500.000,00€, destinado a compensar os agravamentos com os custos, mormente os induzidos pela (i) inflação dos anos 2021, 2022 e 2023 e (ii) pela atualização do Sistema Remuneratório de Administração Pública, bem assim destinado a operar as correções decorrentes da atualização do Fundo de Financiamento das Freguesias, anualmente inscrito no orçamento do Estado; perfazendo uma correção acumulada de 17,40%;

Considerando que o reequilíbrio operado em 2024 incidiu, exclusivamente, sobre o auto de transferência de competências (porquanto o contrato interadministrativo do domínio da educação já havia sido objeto de profunda revisão de fevereiro de 2024), tendo significado num rateio de adicionais 283.913,28€, que, na mesma linha das correções anteriores, ponderou, também, a inflação projetada para 2024;

Considerando que importa, relativamente ao exercício de 2025 e até à revisão dos autos de transferência (que se encontra em curso), proceder ao reequilíbrio financeiro deste instrumento, no mesmo quadro de pressuposto que os que presidiram ao reequilíbrio operado dos anos anteriores;

Considerando que aquele mesmo quadro de pressupostos, aplicado, agora, ao ano de 2025, se traduz no seguinte quadro de atualizações:

<i>Auto de Transferência de Competências (áreas de intervenção)</i>	<i>Correção financeira 2025</i>	<i>Impacto da correção</i>
---	---------------------------------	--------------------------------



MUNICÍPIO DE POMBAL

1. Manutenção de Espaços Verdes	IPC 2021: 1,3%; IPC 2023: 7,8%; IPC 2023: 5,5%; IPC 2024: 1,9%; IPC 2025: (projeção INE NOV2025) 2,2%; ACUMULADO DE VARIAÇÃO, RELATIVAMENTE A 2020, DE 21,51%	24 967,66
2. Realização de pequenas reparações nos estabelecimentos de educação pré-escolar e do primeiro ciclo do ensino básico		38 406,57
3. Manutenção dos espaços envolventes do estabelecimentos de educação pré-escolar e do primeiro ciclo do ensino básico		6 771,33
4. Limpeza das vias e espaços públicos, sargetas e sumidouros (50%FFF)	Correção FFF ano 2025 [Modificando a base de referência (50%FFF), de 533.847€, para 669.921,50€]	136 074,50
5. Manutenção, reparação e substituição do mobiliário urbano instalado no espaço público	Correção para 1.ª posição remuneratória superior à RMMG do ano 2025, do SR e adicional de 1% para seguro/ADSE [De 12.330€, para 16.808€, por Assistente Operacional]	152 252,00
	TOTAL	358 472,06

Considerando que da aplicação destes critérios de reequilíbrio financeiro dos autos de transferência, relativo ao ano de 2025, resulta uma dotação a transferir para as Freguesias que se fixa em 358.472,06€, conforme a distribuição da matriz seguinte:

Auto de Transferência de Competências (áreas de intervenção)	Reequilíbrio financeiro a operar, por Freguesia																	Percentagem de aumento relativamente ao valor contratado alizado Auto (ano 2025 vs ano 2020)	
	Abiul	Albergaria dos Doze	Almagreira	Carnide	Carrico	Guia	Ilha	Lourical	Mata Mourisca	Meirinhas	Pelagira	Pombal	Redinha	Santiago de Litém	São Simão de Litém	Vermoil	Vila Cã		Total Geral
Auto de transferência de competências																			
1. Manutenção de Espaços Verdes	253,42	684,42	799,59	959,00	801,31	515,81	269,12	2 638,59	336,40	2 261,74	2 005,89	10 674,21	274,55	913,86	558,06	592,66	429,03	24 967,66	21,51 %
2. Realização de pequenas reparações nos estabelecimentos de	1 564,93	1 729,67	2 032,40	1 432,54	2 267,19	2 363,18	1 232,96	2 901,25	1 541,20	1 761,28	1 741,90	9 741,55	1 914,32	2 309,50	1 410,33	1 658,63	803,72	38 406,57	21,51 %



MUNICÍPIO DE POMBAL

educação pré-escolar e do primeiro ciclo do ensino básico																					
3. Manutenção dos espaços envolvidos do estabelecimentos de educação pré-escolar e do primeiro ciclo do ensino básico	309,34	312,05	551,54	211,82	935,50	358,21	186,89	1161,53	233,62	341,64	192,16	228,48	203,79	416,66	254,44	476,62	397,03	6771,33	21,51 %		
4. Limpeza das vias e espaços públicos, sargetas e sumidour os (50%FF F)	11758,00	3840,22	9027,50	4578,00	13042,00	6994,07	3649,08	11962,50	4561,35	3266,00	6343,00	27919,50	8238,50	5127,56	3131,22	5995,50	6640,50	136074,50	25,49 %		
5. Manutenção, reparação e substituição do mobiliário urbano instalado no espaço público	8956,00	5685,27	13434,00	8956,00	13434,00	8239,52	4298,88	13434,00	5373,60	8956,00	8956,00	8956,00	8956,00	7591,11	4635,63	13434,00	8956,00	152252,00	36,32 %		
TOTAL	22841,68	12251,64	25845,03	16137,36	30480,01	18470,79	9636,94	32097,86	12046,17	16586,66	19238,95	57519,74	19587,16	16358,68	9989,68	22157,41	17226,28	358472,06	27,49 %		

Considerando que este reequilíbrio financeiro representa uma correção de 27,49%, quando reportado ao valor contratualizado para o ano de 2020 ($358.472,06\text{€} / 1.304.160,97\text{€} = 27,49\%$); Proponho delibere a Câmara, ao abrigo da competência que lhe confere a alínea ccc), do n.º 1, do artigo 33.º, conjugado com a alínea j), do n.º 1, do artigo 25.º, ambos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, (i) aprovar a presente proposta e (ii) propor à Assembleia Municipal a atribuição de apoios às Freguesias, em reequilíbrio financeiro, extraordinário, dos autos de transferência de competências e de recursos, relativo ao ano de 2025, nos termos dos fundamentos e motivações supra expostos, com repartição vertida no quadro seguinte:



MUNICÍPIO DE POMBAL

FREGUESIA	Distribuição Final da Dotação
Abiul	22 841,68
Albergaria dos Doze	12 251,64
Almagreira	25 845,03
Carnide	16 137,36
Carriço	30 480,01
Guia	18 470,79
Ilha	9 636,94
Louriçal	32 097,86
Mata Mourisca	12 046,17
Meirinhas	16 586,66
Pelariga	19 238,95
Pombal	57 519,74
Redinha	19 587,16
Santiago de Litém	16 358,68
São Simão de Litém	9 989,68
Vermoil	22 157,41
Vila Cã	17 226,28
TOTAL	358 472,06

”

A Câmara deliberou, por unanimidade, apoiar as Freguesias do Concelho, com vista ao reequilíbrio financeiro, extraordinário, dos autos de transferência de competências e de recursos, no montante global de € 358.472,06, distribuídos conforme proposta supratranscrita.

Mais deliberou, por unanimidade, remeter o referido apoio para a aprovação da Assembleia Municipal, nos termos da proposta suprarreferida.”

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal questionou quem pretendia intervir, tendo-se inscrito:

Isabel Costa (Presidente J.F. S. Simão de Litém, PPD/PSD):

“Muito obrigada, Sr. Presidente. Permita-me que, na sua pessoa, cumprimente todos os presentes e todos aqueles que nos acompanham através dos meios de comunicação social.

Quero agradecer ao Sr. Presidente da Câmara e ao seu Executivo pela preocupação em rever este apoio financeiro às freguesias. É um sinal de confiança com os Presidentes de Junta, e demonstra que este tipo de parceria tem funcionado bem, pelo que deve continuar.

Como Presidente de Junta de uma freguesia desagregada, onde as dificuldades são imensas, este apoio extraordinário será uma pequena ajuda.

A questão da implementação e colocação em funcionamento da nova entidade tem sido difícil – por vezes muito difícil. Temos falta de meios humanos e materiais. Temos tido alguns fregueses que nos têm reclamado promessas feitas pelo Sr. Presidente cessante, da extinta União de Freguesias, e às quais nós não temos capacidade para dar resposta. Há obras que ficaram por concluir, e que têm de ser concluídas.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Estas dificuldades não são só da minha freguesia, mas também das outras freguesias que foram desagregadas.

Sr. Presidente, Dr. Pedro Pimpão, é preciso mais apoio para as freguesias desagregadas. Temos de mostrar e provar aos nossos fregueses as vantagens da desagregação.

Tenho dito. Obrigada.”

Ricardo Grilo (Presidente J.F. Carriço, PPD/PSD):

“Ora, boa noite a todos.

Queria apresentar os meus parabéns e agradecer este reequilíbrio, porque vem ajudar as Juntas de Freguesia, em particular a do Carriço, a conseguir manter a qualidade de serviço que nos é pedida. E era apenas isto. Obrigada.”

Participaram na votação os seguintes membros: Hugo Silva, Liliana Oliveira, Manuel Santos, Rui Pinhão, Carla Mariza Pereira, Rodrigo Escapa, João Coucelo, João Santos, Ana Cabral, Maria Ofélia Moleiro, Pedro Navega Ferreira, Catarina Silva, Pedro Ferraz, José Grilo Gonçalves, Tiago Marques, Filipa Portela, José Sousa, Andreia Marques, Eusébio Rodrigues, Fernando Matias, Maria Luzia Domingues, Celso Mendes, Fernando Neves, Humberto Lopes, Ricardo Grilo, Sandra Mendes, Alexandre Silva, Célio Dias, Nelson Matias, Ricardo Simões, Carla Longo, Eduardo Cacho, Guilherme Domingues, Isabel Costa, Daniel Ferreira, Rogério Santos

Colocada a proposta da Câmara a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade e por minuta, para efeitos de execução imediata.

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“De seguida, temos um conjunto de pontos, que têm a ver com impostos municipais – o Ponto n.º 2.7, 2.8, 2.9, 2.10, 2.11, 2.12, 2.13 e 2.14.

Portanto, sobre estes pontos, eu ia perguntar quem é que quer intervir, e identificando, naturalmente, cada um deles, porque depois serão votados separadamente, mas que poderão ser abordados de uma forma conjunta pelos Srs. Deputados Municipais.

Quem quer usar da palavra? Manuel Gonçalves, Pedro Ferraz, Hugo Silva. Mais alguém dos Srs. Deputados Municipais? Começa a intervir Manuel Gonçalves.”

Manuel Gonçalves (PS):

“Eu fazia uma sugestão, na questão do IRC, lançamento da Derrama, no Ponto n.º 2.12. E a sugestão era esta: no regulamento de benefícios, da atribuição de benefícios, que a Câmara pensasse alterar alguns critérios de isenção – em vez de só o emprego, ter o nível de salários. Acho que é a altura de nós começarmos a olhar para isso. O emprego já não é tão relevante, porque estamos quase em pleno emprego; portanto, nós estarmos a graduar e a dar valor por quem tem emprego, se calhar temos de ver a questão dos salários. Acho que é importante para a nossa classe média. Isso é um ponto.

No Ponto n.º 2.13, meus amigos, acho que é meu dever apresentar aos meus colegas da Assembleia Municipal a proposta que o Partido Socialista apresentou oportunamente sobre a questão da participação variável no IRS, que passo a apresentar:

“Ao Ex. Sr. Presidente da Assembleia Municipal

Apresentação de Proposta para a reunião da Assembleia Municipal.

Assunto: Redução da taxa de participação variável no IRS

Ponto 2.13 da Ordem de Trabalhos da Assembleia Municipal da Assembleia Municipal de 22/12/25.

1- No seguimento da política do atual Governo de desagravar, em sede de IRS, os encargos fiscais que recaem sobre a classe média;



MUNICÍPIO DE POMBAL

2- Considerando os baixos salários auferidos pela generalidade da classe média que trabalha/reside no concelho de Pombal, a maioria, com rendimentos anuais próximos do salário mínimo nacional;

3- Tendo presente que o tecido empresarial do concelho de Pombal não tem evidenciado capacidade financeira para subir significativamente aqueles salários, nem sendo previsível que tal possa ocorrer no curto prazo;

4- Sendo imperativo reforçar as atuais políticas municipais de promoção do bem-estar económico dos agregados familiares, face ao continuado aumento de preços e da estagnação salarial;

5- Reconhecendo que redução da taxa de participação no IRS, é uma forma imediata e expedita de devolver rendimento às famílias residentes no concelho;

6- Tendo em conta que a redução de um ponto percentual se traduz na devolução às famílias residentes em Pombal, de mais 450.000 mil euros, anuais;

A Assembleia Municipal, reunida em sessão ordinária, em 22 de dezembro de 2025, delibera:

a) Conceder a autorização para a Camara Municipal fixar a percentagem de participação no IRS, a aplicar aos rendimentos do ano de 2026, dos sujeitos passivos com domicílio fiscal no concelho de Pombal, no valor de 1,5%.

O Líder do Grupo Municipal do Partido Socialista

Manuel Gonçalves”

E agora, não sendo eu um homem dos números, qual era o impacto disto? Se o IRC subisse para 120.000.000€, e se o IRS subisse para 55.000.000€, e eu, acreditando nas palavras do Sr. Presidente, que temos aí uma data de empresas a entrar no concelho, a pagar bons salários – e, portanto, é previsível que isso possa acontecer – diria que só tínhamos de arranjar 102.000€. Onde é que íamos buscar? Eu dou-vos um exemplo: às pedras do CIMU-Sicó. E a opção que nós estamos a dar aqui, a Assembleia Municipal, é simples: o PSD escolhe as pedras, o PS aposta nas pessoas.”

Pedro Ferraz (PPD/PSD):

“Ora, muito boa noite, novamente.

Primeiro que tudo, acho que devemos ver todo este conjunto de carga fiscal municipal, que os Municípios têm o poder de fazer o afinamento das várias taxas, como um todo; não podemos olhar só a um imposto isolado, ou uma taxa de imposto isolada, e querer fazer aí uma descida que pode custar meio milhão de euros ao Município – é o que estamos aqui a falar, passar de 2,5% para 1,5%. Vamos ser claros, é disso que estamos a falar.

Voltando agora à generalidade, que eu acho que é desta forma que se deve ver a situação. Portanto, trazemos aqui um conjunto de várias medidas fiscais, estruturantes, no âmbito, quer do IMI, quer da taxa de participação variável no IRC, na Taxa Municipal dos Direitos de Imóveis e na Derrama.

Primeira medida, a manutenção da taxa de IMI nos 0,3%, o que é que nós distribuímos às famílias? A manutenção desta taxa representa um desagravamento fiscal fundamental para as famílias Pombalenses, reduzindo encargos com a habitação e reforçando a estabilidade fiscal.

Com esta opção, o Município deixa de arrecadar cerca de 4.400.000€, em 2026. Estima-se que este ano vai custar 4.100.000€.

Dedução fixa do IMI – não falámos disto, também há uma responsabilidade social, que aqui o Município evidencia, em que toma medidas ao nível do IMI Familiar. E então, aplica deduções, quer de 30€, quer de 70€, quer de 140€, conforme o número de dependentes, se é um, dois, ou



MUNICÍPIO DE POMBAL

mais do que dois dependentes, reduzindo o valor a pagar pelas famílias com filhos e reforçando a justiça social.

Com esta opção, são cerca de 218.000€ que também o Município deixa de arrecadar, e que entrega diretamente às famílias mais numerosas.

Prorrogação da isenção de IMI, de três para cinco anos, habitação própria – de três para cinco anos, isto é, quando uma pessoa compra uma habitação, e vai registar nas Finanças, se o seu valor patrimonial – e aqui, o que eu acho é que o valor é baixo, porque, neste momento, com a inflação que tem havido ao nível habitacional, 125.000€ não é nada, acho que ninguém compra isso. Quem conseguir comprar um prédio urbano nesse valor, consegue ter uma extensão de três para cinco anos de isenção de IMI.

Depois, há outra medida que é muito importante, que ainda hoje falámos na degradação de certos prédios urbanos, que é a majoração de 30% para prédios urbanos degradados na taxa de IMI. O que é que faz? Incentiva a reabilitação urbana, responsabiliza os proprietários e reforça a segurança de pessoas e bens, contribuindo para a qualidade urbana e valorização do território. Depois, também temos outra coisa muito importante, de que também se falou há bocado, que foi das faixas florestais e dos perigos dos incêndios, que é fazer a majoração da taxa de IMI sobre os prédios rústicos em situação de abandono. Visa promover a gestão florestal ativa, reduzir os riscos de incêndio e incentivar as boas práticas. E como os prédios rústicos muitas vezes têm valores matriciais muito irrisórios, e mesmo com esta majoração, aquilo não dá nada de coleta, no mínimo, cada prédio que seja abrangido por esta majoração tem de dar 20€. É uma forma, novamente, para ver se quem detém esses prédios faz alguns trabalhos. Diria que é quase nada, mas pronto, é um sinal.

Depois, ao nível da Derrama, o Município propõe cobrar a Derrama sobre o lucro tributável de 2025, cobrança em 2026, com taxa de 1%, mantendo isenções para empresas com volumes de negócios até 150.000€ - as PME's – e para novas empresas que façam sede no nosso concelho, e que criem pelo menos três postos de trabalho. Isto é, que tenham a sede no nosso concelho, por causa das receitas do IRC. Esta medida equilibra a competitividade e protege as micro e pequenas empresas.

Com esta opção, o Município deixa de arrecadar cerca de 1.000.000€.

Na taxa de participação variável no IRS, que foi por onde eu comecei, já falámos, a nossa opção é manter os 2,5%. Parece-nos que é um valor bastante atrativo. E, novamente, se há bocado estávamos a queixar-nos que não tínhamos receitas correntes que cobrissem as despesas correntes, nós aqui baixarmos mais o valor, iríamos aumentar esse fosso. Portanto, diria que não faz grande sentido.

Na Taxa Municipal de Direitos de Passagem propomos fixar no limite máximo, de 0,25%, conforme a Lei das comunicações eletrónicas. Esta taxa compensa o uso do domínio público municipal por operadores de comunicações, porque o domínio público é atravessado por postes de telecomunicações, os cabos e isso tudo. Portanto, faz sentido cobrar os 0,25%.

Resumindo, temos uma despesa fiscal em que o Município incorre, e que vai dar às famílias e às empresas, previsto para 2026, de 6.800.000€. Mas, se forem ver desde 2022, estamos a falar de cerca de 29.000.000€ que já foram dados ao rendimento disponível, quer das famílias Pombalenses, das pessoas, e também das empresas.

Conclusão: todas estas medidas protegem as famílias, promovem a habitação, reforçam a segurança urbana e florestal e fortalecem a competitividade do concelho ao nível empresarial.

Solicito, assim, o voto favorável de todas as bancadas a estes pontos aqui presentes nesta Assembleia. Muito obrigado.”



MUNICÍPIO DE POMBAL

Manuel Gonçalves (PS):

“É só para dizer o seguinte: há aqui uma falácia, é que nós não estamos a devolver; nós estamos a dar aquilo que os contribuintes já deram. Desculpem lá, quem gere a minha carteira sou eu; quem gere a carteira dos Pombalenses são os Pombalenses.

A nossa linguagem até nos induz em erro, porque a Câmara não tem dinheiro; quem dá dinheiro são os cidadãos, os trabalhadores, os contribuintes. Se já deram, já adiantaram do seu dinheiro – e nós não estamos a devolver. É só uma questão de precisão.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Antes de dar a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, se quiser intervir sobre este assunto, gostava de lhe dizer – e o Sr. Presidente, depois, poderá corroborar as minhas afirmações – que um dos assuntos que está na agenda também, das linhas gerais de propostas da Associação Nacional de Municípios para futuro, claro que é uma matéria que irá ser discutida com o Governo, é que em vez dos 5%, passem a ser 10% para as autarquias, financiando assim de outra forma, ou ajudando a financiar, também as autarquias. E claro que, com certeza, depois estes valores serão todos naturalmente alterados.

De qualquer das maneiras, isto era uma informação, isto ainda não está conseguido, mas é um dos objetivos que está nas resoluções do Congresso da Associação Nacional de Municípios.”

Manuel Gonçalves (PS):

“Sr. Presidente, é só para lhe dizer, pelo conhecimento que eu tenho, estes assuntos estão quase finalizados – quase finalizados. Falta o acordo político entre os dois maiores Partidos.”

Hugo Silva (Pombal Independentes):

“Aqui nestes pontos, só tenho dúvidas no Ponto n.º 2.11, não na norma em si, mas na execução da mesma.

Visto que temos cerca de 30% do território registado no BUPI, gostava de saber de que forma é que prevê o Executivo identificar com rigor os proprietários que vão ser abrangidos por este aumento. E que também que estratégia ou propostas concretas estão previstas para promover o aumento do registo de propriedade, tendo em conta que essa é uma condição essencial para a correta aplicação e fiscalização do processo.

E, por outro lado, também que mecanismos de contraditório e salvaguarda dos direitos dos proprietários estão assegurados, concretamente nos casos de os prédios rústicos serem abrangidos por uma proposta de aumento, e em que o proprietário alega que está a cumprir os requisitos mínimos legalmente exigidos, que meios de defesa, de reclamação ou revisão estão previstos. São só mesmo essas dúvidas, da execução do ponto em si, e não o próprio ponto.”

Presidente da Câmara Municipal:

“Muito obrigado, Sr. Presidente.

Relativamente a esta matéria fiscal, e aquilo que nos compete, aos Municípios, tem-se discutido muito, porque nós estamos a aumentar as nossas responsabilidades, as nossas competências, alinhadas também com o aumento do custo de vida, a que nós não somos alheios, pelo contrário – e quando digo “nós”, o Município e Juntas de Freguesia – os cidadãos são cada vez mais exigentes relativamente àquilo que são as nossas obrigações, e aqui, temos de ser um pouco mais racionais – racionais, do ponto de vista daquilo que é a capacidade que temos para ter receita própria.

E foi uma discussão interessante que os Srs. Deputados tiveram na discussão do Orçamento, é que nós, com mais responsabilidades, com mais investimentos, o dinheiro tem de vir de alguma forma. E naturalmente que a carga fiscal tem muita importância nesse desiderato, e a forma como se aplica também essa receita.



MUNICÍPIO DE POMBAL

E, por isso, percebi que na questão dos impostos, há aqui um consenso generalizado, à exceção do IRS. E no IRS, é interessante ser o próprio Partido Socialista a sugerir que haja uma maior comparticipação do Município na taxa variável, quando a esmagadora maioria dos Municípios até vai em sentido contrário, vai em sentido de aumentar aquilo que é a nossa participação no IRS, para aumentar a capacidade de investimento naquilo que é um desígnio, que é aumentar a justiça social. Porquê? Porque, como sabem, o IRS – e há aqui mais entendidos na matéria do que eu – incide, e quem beneficia do IRS, naturalmente, é quem tem os rendimentos mais altos, sabemos disso.

É por isso que o investimento que nós fazemos, nomeadamente na área social, na saúde, na educação, só é possível ser feito porque nós temos, efetivamente, condições para o fazer. E é também com esta componente do IRS variável, que é, naturalmente, uma das nossas participações, e que vai ser discutida na revisão da Lei das Finanças Locais – e o Sr. Presidente até falou de uma das medidas que nós propomos – mas, depois, se a propomos, nós também temos de usufruir dessa medida, ou seja, da receita que ela nos dá para nós podermos fazer investimento no terreno.

Outra coisa diferente era se nós beneficiássemos dessa receita e não fizéssemos investimento. Aí, se calhar, poderiam dizer os Srs. Deputados Municipais: Sr. Presidente, o Município de Pombal não está a corrigir desigualdades que existem, do ponto de vista familiar, e que esses investimentos, nomeadamente na área social e, reforço, na educação enquanto pilar importante do Estado de Direito Democrático, e também promotor da igualdade de oportunidades, deve incidir a ação municipal.

E, por isso, creio que essa proposta é precisamente o contrário. Nós temos é de olhar para esta receita fiscal e perceber de que forma é que a aplicamos, e, se calhar, pensar – e temos de repensar – o que é que temos de fazer com essa receita fiscal, porque nem todos os Municípios têm o mesmo comportamento.

Quanto ao IMI, já falámos, nós temos a taxa mais baixa, e somos dos Municípios com melhor comportamento nesta matéria.

Relativamente à questão do Hugo, nós temos aqui um desafio, para além dos prédios em que não se consegue identificar o proprietário – mas, isso é um trabalho que nós fazemos também em articulação com a Autoridade Tributária, que é quem tem essa responsabilidade.

E, posto isto, relativamente aqui à proposta do Partido Socialista, já percebi que ambas as propostas do Partido Socialista, apresentadas nesta Assembleia, são só para aumentar a despesa e diminuir a receita. As duas propostas foram aumentar em 500.000€ o PIRIF e diminuir a receita fiscal pelo IRS. Claro, receita fiscal, se nós baixamos a nossa comparticipação, baixamos a receita. E, por isso, já percebi a tendência da Bancada do Partido Socialista, fica registada, para memória futura.”

Ponto 2.7. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre a fixação de taxa de Imposto Municipal sobre Imóveis, relativa ao ano de 2025;

Foi presente à Assembleia a proposta da Câmara sobre o assunto mencionado em epígrafe, cujo teor se transcreve:

“Ponto 2.9.1. Fixação de taxa de Imposto Municipal sobre Imóveis, relativa ao ano de 2025; Proposta n.º 18/PROP/2025



MUNICÍPIO DE POMBAL

Foi presente à reunião a Proposta n.º 18/PROP/2025, do Senhor Presidente da Câmara, datada de 2025-12-04, que a seguir se transcreve:

“Fixação de taxa de Imposto Municipal sobre Imóveis, relativa ao ano de 2025

Considerando que o n.º 5 do artigo 112.º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI), conjugado com o disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 25.º e na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, ambos do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado em anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro (Anexo I), atribuiu competência aos municípios para, mediante deliberação da Assembleia Municipal, fixar a taxa a aplicar em cada ano, relativamente a prédios urbanos;

Considerando que, nos termos do n.º 14 do artigo 112.º do CIMI, tal deliberação tomada deve ser comunicada à Autoridade Tributária e Aduaneira (AT), até 31 de dezembro, por transmissão eletrónica de dados, para que as taxas aprovadas vigorem no ano seguinte, aplicando-se a taxa mínima referida na alínea c) do n.º 1 do mencionado artigo, caso as comunicações não sejam recebidas dentro do prazo estabelecido;

Considerando que a taxa, a fixar por deliberação de Assembleia Municipal, haverá de conter-se, relativamente àqueles prédios urbanos e em conformidade com a alínea c) do n.º 1 do artigo 112.º do CIMI, no intervalo de 0,3% a 0,45%;

Considerando que, para fundamentar a decisão municipal de aprovação da taxa, importa ponderar o comportamento das receitas municipais decorrentes da tributação do património, das transmissões onerosas de imóveis e da derrama.

Impostos locais; desempenho da receita cobrada bruta											
	2021		2022		2023		2024		2025		
	Previsão Inicial	Cobrado	Previsão Inicial	Cobrado	Previsão Inicial	Cobrado	Previsão Inicial	Cobrado	Previsão Inicial	Cobrado (até 30 Nov)	Projeção (31 Dez)
IMI	6 250 202,00	6 657 439,81	6 598 129,00	6 786 106,83	6 707 154,00	6 914 870,37	6 799 109,00	6 712 401,80	6 864 884,00	5 685 848,91	7 295 993,30
IMT	1 645 102,00	2 163 924,94	2 068 741,00	2 445 470,90	2 279 142,00	3 272 977,22	2 800 837,00	3 212 032,82	3 147 424,00	3 909 292,83	4 172 945,64
Derrama	1 118 322,00	1 089 990,33	962 325,00	1 311 816,94	1 125 867,00	1 551 815,49	1 549 797,00	1 714 598,97	1 994 932,00	1 780 151,73	1 806 420,76
Total	9 013 626,00	9 911 355,08	9 629 195,00	10 543 394,67	10 112 163,00	11 739 663,08	11 149 743,00	11 639 033,59	12 007 240,00	11 375 293,47	13 275 359,70

Considerando que os dados do mapa projetam a receita do ano de 2025, quanto a estes impostos diretos, para valor da ordem dos 13,4 milhões de euros, prevendo-se um aumento de 15%, relativamente ao valor cobrado em 2024;



MUNICÍPIO DE POMBAL

Considerando o histórico de aprovação desta taxa de IMI, sendo que tem a Assembleia Municipal mantido, nos últimos anos, a taxa mínima aplicável aos prédios urbanos, conforme infra se regista:

- ano de 2012 – 0,345%
- ano de 2013 - 0,320%
- ano de 2014 - 0,300%
- ano de 2015 - 0,300%
- ano de 2016 – 0,300%
- ano de 2017 – 0,300%
- ano de 2018 – 0,300%
- ano de 2019 – 0,300%
- ano de 2020 – 0,300%
- ano de 2021 – 0,300%
- ano de 2022 – 0,300%
- ano de 2023 – 0,300%
- ano de 2024 – 0,300%

Considerando que, do intervalo estabelecido pelo CIMI (0,3% a 0,45%), a taxa aprovada pelo Município de Pombal em 2024, e que se propõe que seja a mesma para 2025, foi mínima permitida, de 0,3%;

Considerando a despesa fiscal decorrente da taxa que se propõe, que reporta a receita que o Município de Pombal deixa de receber por não aplicar a taxa máxima permitida (estabelecida em 0,45%), se estima em cerca de 4,4 milhões de euros;

Considerando que é notório o esforço e contributo municipais para o desagravamento dos custos com a habitação própria das famílias; esforço e contributos que se inscrevem no eixo de responsabilidade social municipal que orienta a nossa gestão pública neste momento de particulares dificuldades económicas e sociais;

Proponho, em linha com esta sensibilidade e responsabilidade, mas sem descurar a sustentabilidade das finanças municipais, que:

a) A Câmara Municipal delibere solicitar à Assembleia Municipal, em conformidade com o n.º 5 do artigo 112.º do CIMI, conjugado com o disposto na alínea d) do n.º 1 do artigo 25.º e na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, ambos do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado em anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro (Anexo I), a aprovação da taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis, a aplicar às cobranças de 2026, sobre aos prédios urbanos inscritos em 2025, nos seguintes termos:

Para os prédios urbanos (taxa a que se refere a alínea c) do n.º 1 do artigo 112.º do CIMI: taxa no valor de 0,300%;

b) A Câmara Municipal delibere solicitar à Assembleia Municipal, a aprovação da respetiva parte de ata por minuta, para efeitos de imediata execução.”

A Câmara deliberou, por unanimidade, solicitar à Assembleia Municipal a aprovação da taxa do IMI relativa ao ano 2025, em 0,300%, nos termos da proposta supratranscrita, com o pedido de a deliberação a tomar ser por minuta, para efeitos de imediata execução.”

Participaram na votação os seguintes membros: Hugo Silva, Liliana Oliveira, Manuel Santos, Rui Pinhão, Carla Mariza Pereira, Rodrigo Escapa, João Coucelo, João Santos, Ana Cabral, Maria Ofélia Moleiro, Pedro Navega Ferreira, Catarina Silva, Pedro Ferraz, José Grilo Gonçalves, Tiago Marques, Filipa Portela, José Sousa, Andreia Marques, Eusébio



MUNICÍPIO DE POMBAL

Rodrigues, Fernando Matias, Maria Luzia Domingues, Celso Mendes, Fernando Neves, Humberto Lopes, Ricardo Grilo, Sandra Mendes, Alexandre Silva, Célio Dias, Nelson Matias, Ricardo Simões, Carla Longo, Eduardo Cacho, Guilherme Domingues, Isabel Costa, Daniel Ferreira, Rogério Santos

Colocada a proposta da Câmara a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade e por minuta, para efeitos de execução imediata.

Ponto 2.8. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre a redução fixa do Imposto Municipal sobre Imóveis, relativa ao ano de 2025, em benefício dos sujeitos passivos com dependentes a cargo;

Foi presente à Assembleia a proposta da Câmara sobre o assunto mencionado em epígrafe, cujo teor se transcreve:

“Ponto 2.9.2. Redução fixa do Imposto Municipal sobre Imóveis, relativa ao ano de 2025, em benefício dos sujeitos passivos com dependentes a cargo; Proposta n.º 14//PROP/2025

Foi presente à reunião a Proposta n.º 14//PROP/2025, do Senhor Presidente da Câmara, datada de 2025-12-04, que a seguir se transcreve:

“Redução fixa do Imposto Municipal sobre Imóveis, relativa ao ano de 2025, em benefício dos sujeitos passivos com dependentes a cargo

Considerando que o n.º 1 do artigo 112.º-A do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI), atribuía já municípios competência para, mediante deliberação da Assembleia Municipal, fixarem uma redução do imposto municipal sobre imóveis, aplicável ao prédio (ou parte do prédio) urbano destinado a habitação própria e permanente do sujeito passivo ou do seu agregado familiar, efetivamente afeto a tal fim; redução variável em função do número de dependentes;

Considerando o Município de Pombal aprovou, na sessão da Assembleia Municipal de 29 de abril de 2021, o Regulamento de Atribuição de Benefícios Fiscais do Município de Pombal;

Considerando que este regulamento, colhendo daquela habilitação do artigo 112.º-A do CIMI, veio a fixar, no seu artigo 9.º, como apoio às famílias, então em coerência com aquele mesmo artigo 112.º-A do CIMI, redução de IMI nos seguintes termos:

Sujeitos passivos com um dependente a cargo — redução em 20 EUR;

Sujeitos passivos com dois dependentes a cargo — redução em 40 EUR;

Sujeitos passivos com três ou mais dependentes a cargo — redução em 70 EUR;

Considerando que a Lei n.º 56/2023, de 6 de outubro, veio aprovar medidas no âmbito da habitação, procedendo a diversas alterações legislativas, dentre elas à alteração daquele artigo 112.º-A do CIMI, modificando as deduções fixas nos seguintes termos:

Um dependente a cargo: dedução fixa de 30 EUR;

Dois dependentes a cargo: dedução fixa de 70 EUR;

Três ou mais dependentes a cargo: dedução fixa de 140 EUR;

Considerando que estas deduções são fixas, não permitindo que as assembleias municipais optem por fixar valor diferente, mas apenas que optem por deliberar fixar, ou não fixar, aquela dedução fixa legalmente estabelecida;

Considerando que importa não defraudar a expectativa fiscal das famílias, mormente daquelas que já vinham beneficiando da redução de IMI função do número de membros do agregado



MUNICÍPIO DE POMBAL

familiar, nos termos do artigo 9.º do Regulamento de Atribuição de Benefícios Fiscais do Município de Pombal; artigo que agora se torna inaplicável por superveniência da nova redação do artigo 112.º-A do CIMI;

Considerando que, nos termos do n.º 14 do artigo 112.º, conjugado com o n.º 2 do artigo 112.º-A, ambos do CIMI, a deliberação da Assembleia Municipal, que aprove a dedução fixa função do número de dependentes a cargo, deve ser comunicada à Autoridade Tributária e Aduaneira (AT), até 31 de dezembro do ano que antecede a cobrança;

Proponho, delibere a Câmara Municipal solicitar à Assembleia Municipal, em conformidade com o n.º 1 do artigo 112.º-A do CIMI, conjugado com o disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 25.º e na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, ambos do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado em anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro (Anexo I), a fixação de uma redução do imposto municipal, em benefício dos sujeitos passivos com dependentes a cargo, a aplicar às cobranças de 2026, nos seguintes termos:

- Um dependente a cargo: dedução fixa de 30 EUR;
- Dois dependentes a cargo: dedução fixa de 70 EUR;
- Três ou mais dependentes a cargo: dedução fixa de 140 EUR.

Mais proponho delibere a Câmara Municipal solicitar à Assembleia Municipal a aprovação da respetiva parte de ata por minuta, para efeitos de imediata execução.”

A Câmara deliberou, por unanimidade, solicitar à Assembleia Municipal:

- a fixação de uma redução do imposto municipal, em benefício dos sujeitos passivos com dependentes a cargo, a aplicar às cobranças de 2026, nos seguintes termos:

- Um dependente a cargo: dedução fixa de € 30,00;
- Dois dependentes a cargo: dedução fixa de € 70,00;
- Três ou mais dependentes a cargo: dedução fixa de €140,00; e

- aprovação da respetiva parte de ata por minuta, para efeitos de imediata execução.”

Participaram na votação os seguintes membros: Hugo Silva, Liliana Oliveira, Manuel Santos, Rui Pinhão, Carla Mariza Pereira, Rodrigo Escapa, João Coucelo, João Santos, Ana Cabral, Maria Ofélia Moleiro, Pedro Navega Ferreira, Catarina Silva, Pedro Ferraz, José Grilo Gonçalves, Tiago Marques, Filipa Portela, José Sousa, Andreia Marques, Eusébio Rodrigues, Fernando Matias, Maria Luzia Domingues, Celso Mendes, Fernando Neves, Humberto Lopes, Ricardo Grilo, Sandra Mendes, Alexandre Silva, Célio Dias, Nelson Matias, Ricardo Simões, Carla Longo, Eduardo Cacho, Guilherme Domingues, Isabel Costa, Daniel Ferreira, Rogério Santos

Colocada a proposta da Câmara a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade e por minuta, para efeitos de execução imediata.

Ponto 2.9. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre a prédios urbanos construídos, ampliados, melhorados ou adquiridos a título oneroso, destinados a habitação; Prorrogação, por mais dois anos, do período de isenção de IMI;

Foi presente à Assembleia a proposta da Câmara sobre o assunto mencionado em epígrafe, cujo teor se transcreve:



MUNICÍPIO DE POMBAL

“Ponto 2.9.3. Prédios urbanos construídos, ampliados, melhorados ou adquiridos a título oneroso, destinados a habitação; Prorrogação, por mais dois anos, do período de isenção de IMI; Proposta n.º 15/PROP/2025

Foi presente à reunião a Proposta n.º 15/PROP/2025, do Senhor Presidente da Câmara, datada de 2025-12-04, que a seguir se transcreve:

“Prédios urbanos construídos, ampliados, melhorados ou adquiridos a título oneroso, destinados a habitação; Prorrogação, por mais dois anos, do período de isenção de IMI

Considerando que a Lei n.º 56/2023, de 6 de outubro (que aprova medidas no âmbito da habitação, procedendo a diversas alterações legislativas) operou, de entre o mais, alteração ao Estatuto dos Benefícios Fiscais (EBF), aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 215/89, de 1 de julho;

Considerando que, no quadro desta alteração ao EBF, se conferiu a possibilidade aos municípios, de, relativamente a prédios urbanos construídos, ampliados, melhorados ou adquiridos a título oneroso, destinados a habitação, poderem, mediante deliberação da assembleia municipal, alargar o período de isenção de IMI de três para cinco anos, comunicando essa deliberação à Autoridade Tributária e Aduaneira até 31 de dezembro; tudo nos termos e limites fixados n.os 1, 3 e 5 do artigo 46.º do EBF;

Considerando que, no atual contexto de crise no mercado habitacional, importa lançar mão de instrumentos que concorram para o acesso à habitação a custos acessíveis;

Proponho, em conformidade com o disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 25.º e na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, ambos do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado em anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro (Anexo I), conjugados com o n.º 5 do artigo 46.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 215/89, de 1 de julho, na sua redação atual, que a Câmara Municipal delibere no sentido de solicitar à Assembleia Municipal que aprove:

a) A prorrogação por mais dois anos, do período de isenção de IMI, a conceder relativamente a prédios urbanos cujo valor patrimonial tributário não exceda os 125.000

EUR, nos demais termos consignados nos n.os 1 e 3 do artigo 46.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais;

b) A respetiva parte de ata por minuta, para efeitos de imediata execução.”

A Câmara deliberou, por unanimidade, solicitar à Assembleia Municipal:

a) A prorrogação por mais dois anos, do período de isenção de IMI, a conceder relativamente a prédios urbanos cujo valor patrimonial tributário não exceda os € 125.000,00; e

b) A aprovação da respetiva parte de ata por minuta, para efeitos de imediata execução.”

Participaram na votação os seguintes membros: Hugo Silva, Liliana Oliveira, Manuel Santos, Rui Pinhão, Carla Mariza Pereira, Rodrigo Escapa, João Coucelo, João Santos, Ana Cabral, Maria Ofélia Moleiro, Pedro Navega Ferreira, Catarina Silva, Pedro Ferraz, José Grilo Gonçalves, Tiago Marques, Filipa Portela, José Sousa, Andreia Marques, Eusébio Rodrigues, Fernando Matias, Maria Luzia Domingues, Celso Mendes, Fernando Neves, Humberto Lopes, Ricardo Grilo, Sandra Mendes, Alexandre Silva, Célio Dias, Nelson Matias, Ricardo Simões, Carla Longo, Eduardo Cacho, Guilherme Domingues, Isabel Costa, Daniel Ferreira, Rogério Santos

Colocada a proposta da Câmara a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade e por minuta, para efeitos de execução imediata.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Ponto 2.10. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre a fixação da percentagem da majoração da taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis aplicável a prédios urbanos degradados, relativamente ao ano de 2025;

Foi presente à Assembleia a proposta da Câmara sobre o assunto mencionado em epígrafe, cujo teor se transcreve:

“Ponto 2.9.4. Fixação da percentagem da majoração da taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis aplicável a prédios urbanos degradados, relativamente ao ano de 2025; Proposta n.º 17/PROP/2025

Foi presente à reunião a Proposta n.º 17/PROP/2025, do Senhor Presidente da Câmara, datada de 4 de dezembro de 2025, que a seguir se transcreve:

“Fixação da percentagem da majoração da taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis aplicável a prédios urbanos degradados, relativamente ao ano de 2025

Considerando que, nos termos do n.º 8 do artigo 112.º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI), podem os municípios, mediante deliberação da Assembleia Municipal, majorar até 30% a taxa aplicável aos prédios urbanos degradados, considerando como tais os que, face ao seu estado de conservação, não cumpram satisfatoriamente a sua função ou façam perigar a segurança de pessoas e bens, exceto quando tal seja motivado por desastre natural ou calamidade;

Proponho, em conformidade com o disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 25.º e na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, ambos do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado em anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro (Anexo I), conjugados com o n.º 8 do artigo 112.º do CIMI, e apelando, também, ao sentido cívico e de responsabilidade dos munícipes, na manutenção dos prédios urbanos degradados, de que são proprietários, que a Câmara Municipal delibere no sentido de solicitar à Assembleia Municipal que aprove:

a) A majoração em 30% da taxa aplicável aos prédios urbanos degradados, considerando-se como tais os que, face ao seu estado de conservação, não cumpram satisfatoriamente a sua função ou façam perigar a segurança de pessoas e bens, exceto quando tal seja motivado por desastre natural ou calamidade;

b) A respetiva parte de ata por minuta, para efeitos de imediata execução.”

A Câmara deliberou, por unanimidade, solicitar à Assembleia Municipal a majoração em 30% da taxa aplicável aos prédios urbanos degradados, com o pedido de a deliberação a tomar ser por minuta, para efeitos de imediata execução.”

Participaram na votação os seguintes membros: Hugo Silva, Liliana Oliveira, Manuel Santos, Rui Pinhão, Carla Mariza Pereira, Rodrigo Escapa, João Coucelo, João Santos, Ana Cabral, Maria Ofélia Moleiro, Pedro Navega Ferreira, Catarina Silva, Pedro Ferraz, José Grilo Gonçalves, Tiago Marques, Filipa Portela, José Sousa, Andreia Marques, Eusébio Rodrigues, Fernando Matias, Maria Luzia Domingues, Celso Mendes, Fernando Neves, Humberto Lopes, Ricardo Grilo, Sandra Mendes, Alexandre Silva, Célio Dias, Nelson Matias, Ricardo Simões, Carla Longo, Eduardo Cacho, Guilherme Domingues, Isabel Costa, Daniel Ferreira, Rogério Santos

Colocada a proposta da Câmara a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade e por minuta, para efeitos de execução imediata.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Ponto 2.11. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre a Fixação da percentagem da majoração da taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis aplicável a prédios rústicos em situação de abandono, relativamente ao ano de 2025;

Foi presente à Assembleia a proposta da Câmara sobre o assunto mencionado em epígrafe, cujo teor se transcreve:

“Ponto 2.9.5. Fixação da percentagem da majoração da taxa do Imposto

Municipal sobre Imóveis aplicável a prédios rústicos em situação de abandono, relativamente ao ano de 2025; Proposta n.º 16/PROP/2025

Foi presente à reunião a Proposta n.º 16/PROP/2025, do Senhor Presidente da Câmara, datada de 2025-12-04, que a seguir se transcreve:

“Fixação da percentagem da majoração da taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis aplicável a prédios rústicos em situação de abandono, relativamente ao ano de 2025

Considerando que nos termos do n.º 9 do artigo 112.º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI), podem os municípios, mediante deliberação da Assembleia Municipal, majorar até ao triplo a taxa aplicável aos prédios rústicos com áreas florestais que se encontrem em situação de abandono, nas condições definidas no n.º 10 mencionado artigo, não podendo, da aplicação desta majoração, resultar uma coleta de imposto inferior a 20,00 EUR por cada prédio abrangido;

Considerando que nos termos do citado n.º 10, consideram-se prédios rústicos com áreas florestais em situação de abandono, aqueles que integrem terrenos ocupados com arvoredos florestais, com uso silvo-pastoril ou incultos de longa duração, e em que se verifiquem, cumulativamente, as seguintes condições:

- a) Não estarem incluídos em zonas de intervenção florestal (ZIF), nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 127/2005, de 5 de agosto;*
- b) A sua exploração não estar submetida a plano de gestão florestal elaborado, aprovado e executado nos termos da legislação aplicável;*
- c) Não terem sido neles praticadas as operações silvícolas mínimas necessárias para reduzir a continuidade vertical e horizontal da carga combustível, de forma a limitar os riscos de ignição e propagação de incêndios no seu interior e nos prédios confinantes;*

Proponho, em conformidade com o disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 25.º e na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, ambos do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado em anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro (Anexo I), conjugados com o n.º 9 do artigo 112.º do CIMI, e apelando, também, ao sentido cívico e de responsabilidade dos munícipes na limpeza dos prédios rústicos com área florestal em situação de abandono, que a Câmara Municipal delibere no sentido de solicitar à Assembleia Municipal que aprove:

- a) A majoração em 100% da taxa aplicável aos prédios rústicos com áreas florestais que se encontrem em situação de abandono, não podendo, da aplicação desta majoração, resultar uma coleta de imposto inferior a 20,00 EUR por cada prédio abrangido;*
- b) A respetiva parte de ata por minuta, para efeitos de imediata execução.”*

A Câmara deliberou, por unanimidade, (o Senhor Vereador João Coelho não votou neste ponto por declarar fundamento de escusa) solicitar à Assembleia Municipal a majoração em 100% da taxa aplicável aos prédios rústicos com áreas florestais que se encontrem em situação de



MUNICÍPIO DE POMBAL

abandono, com o pedido de a deliberação a tomar ser por minuta, para efeitos de imediata execução.”

Participaram na votação os seguintes membros: Hugo Silva, Liliana Oliveira, Manuel Santos, Rui Pinhão, Carla Mariza Pereira, Rodrigo Escapa, João Coucelo, João Santos, Ana Cabral, Maria Ofélia Moleiro, Pedro Navega Ferreira, Catarina Silva, Pedro Ferraz, José Grilo Gonçalves, Tiago Marques, Filipa Portela, José Sousa, Andreia Marques, Eusébio Rodrigues, Fernando Matias, Maria Luzia Domingues, Celso Mendes, Fernando Neves, Humberto Lopes, Ricardo Grilo, Sandra Mendes, Alexandre Silva, Célio Dias, Nelson Matias, Ricardo Simões, Carla Longo, Eduardo Cacho, Guilherme Domingues, Isabel Costa, Daniel Ferreira, Rogério Santos

Colocada a proposta da Câmara a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade e por minuta, para efeitos de execução imediata.

Ponto 2.12. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre o Lançamento da derrama sobre o lucro tributável sobre o IRC do período de 2025, a cobrar no ano de 2026;

Foi presente à Assembleia a proposta da Câmara sobre o assunto mencionado em epígrafe, cujo teor se transcreve:

Ponto 2.9.6. Lançamento da derrama sobre o lucro tributável sobre o IRC do período de 2025, a cobrar no ano de 2026; Proposta n.º 13/PROP/2025

Foi presente à reunião a Proposta n.º 13/PROP/2025, do Senhor Presidente da Câmara, datada de 2025-12-04, que a seguir se transcreve:

“Lançamento da derrama sobre o lucro tributável sobre o IRC do período de 2025, a cobrar no ano de 2026

Considerando que o Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais (RFALEI), estabelecido pela Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, na sua redação atual, consagra, na sua alínea c) do artigo 14.º, o produto da cobrança da derrama como uma das receitas municipais;

Considerando que o artigo 18.º do RFALEI, na sua atual redação, define os termos do lançamento da derrama, donde que se destaca que:

- 1. Os municípios podem deliberar lançar uma derrama, de duração anual e que vigora até nova deliberação, até ao limite máximo de 1,5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas (IRC), que corresponda à proporção do rendimento gerado na sua área geográfica por sujeitos passivos residentes em território português que exerçam, a título principal, uma atividade de natureza comercial, industrial ou agrícola e não residentes com estabelecimento estável nesse território;*
- 2. A Assembleia Municipal delibera, mediante proposta da Câmara Municipal, nos termos dos n.ºs 2 e 3 do artigo 16.º, a criação de isenções ou de taxas reduzidas de derrama, contendo os seguintes critérios:*
- 3. Volume de negócios das empresas beneficiárias;*
- 4. Setor de atividade em que as empresas beneficiárias operem no município;*
- 5. Criação de emprego no município;*

Considerando que, em 29 de abril de 2021, a Assembleia Municipal aprovou o Regulamento de Atribuição de Benefícios Fiscais do Município de Pombal, estabelecendo no seu artigo



MUNICÍPIO DE POMBAL

8.º, que as pessoas coletivas sediadas no Concelho de Pombal ou que, por criação ou transferência da respetiva sede social, se instalem no nosso concelho, podem beneficiar de isenção total da derrama aplicada sobre o lucro tributável sujeito e não isento de IRC, desde que cumpram um dos seguintes critérios:

1. Volume de negócios igual ou inferior a 150.000,00 euros;
2. Instalação de sede social no concelho de Pombal nos últimos dois anos económicos, da qual resulte a criação de, no mínimo, três novos postos de trabalho;

Considerando que o citado Regulamento entrou em vigor a 22 de maio de 2021, com efeitos aplicáveis ao ano de 2021 e seguintes;

Considerando que, nos termos dos n.ºs 17 e 18 do supracitado artigo 18.º, as deliberações a que se referem as alíneas anteriores devem ser comunicadas, por via eletrónica, à Autoridade Tributária Aduaneira (AT) até ao dia 31 de dezembro do respetivo período de tributação e, caso seja remetida para além do prazo, a liquidação e cobrança da derrama são efetuadas com base nas taxas e benefícios fiscais que estiverem em vigor naquela data;

Considerando a evolução da receita municipal, ao longo dos oito últimos exercícios, resultante desta prestação tributária; como vertido no quadro seguinte:

	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025 (projeção)
Derrama	952 284,72	1 069 8 08,29	1 093 1 45,99	929 719,93	1 089 9 90,33	1 311 8 16,94	1 551 8 15,49	1 714 5 98,97	1 794 6 39,31
Variação do ano anterior		12,34%	2,18%	- 14,95 %	17,24%	20,35%	18,30%	10,49%	4,08%

Considerando que a responsabilidade social das empresas é um instrumento de reforço do desenvolvimento e coesão social local, cabendo ao Município, neste particular da derrama, o seu uso em favor das populações;

Considerando que a despesa fiscal estimada, com base nos últimos dados obtidos na AT reportados a 2025, se fixará na ordem dos 990 521,93 EUR, considerando a fixação de taxa de 1% e a isenção dos entes com volume de negócios inferior a 150 mil euros, como demonstra o quadro seguinte:

	Lucro Trib.	Taxa 1,5%	Taxa: 1%	Isenção total	Despesa Fiscal
Volume neg. > 150.000,00	176 647 186,14	2 649 707,79	1 766 471,86		883 235,93
Volume neg. < 150.000,00	7 152 399,91	107 286,00	1 766 471,86	-	107 286,00
Totais	183 799 586,05	2 756 993,79	1 766 471,86	-	990 521,93



MUNICÍPIO DE POMBAL

Proponho que, em conformidade com o disposto na alínea d) do n.º 1 do artigo 25.º e a alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, ambos do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado em anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro (Anexo I), conjugados com o n.º 1 do artigo 18.º do Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais (RFALEI), aprovado pela Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, a Câmara Municipal delibere no sentido de propor à Assembleia Municipal a aprovação:

1. Da fixação da taxa de derrama sobre o lucro tributável do IRC do período de 2025, a cobrar no ano de 2026, no valor de 1,0%;

2. Da respetiva parte de ata por minuta, para efeitos de imediata execução.”

A Câmara deliberou, por unanimidade, solicitar à Assembleia Municipal a fixação da taxa de derrama sobre o lucro tributável do IRC do período de 2025, a cobrar no ano de 2026, no valor de 1,0%, bem como a aprovação da deliberação por minuta, para efeitos de imediata execução.”

Participaram na votação os seguintes membros: Hugo Silva, Liliana Oliveira, Manuel Santos, Rui Pinhão, Carla Mariza Pereira, Rodrigo Escapa, João Coucelo, João Santos, Ana Cabral, Maria Ofélia Moleiro, Pedro Navega Ferreira, Catarina Silva, Pedro Ferraz, José Grilo Gonçalves, Tiago Marques, Filipa Portela, José Sousa, Andreia Marques, Eusébio Rodrigues, Fernando Matias, Maria Luzia Domingues, Celso Mendes, Fernando Neves, Humberto Lopes, Ricardo Grilo, Sandra Mendes, Alexandre Silva, Célio Dias, Nelson Matias, Ricardo Simões, Carla Longo, Eduardo Cacho, Guilherme Domingues, Isabel Costa, Daniel Ferreira, Rogério Santos

Colocada a proposta da Câmara a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade e por minuta, para efeitos de execução imediata.

Ponto 2.13. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre a Repartição de recursos públicos entre o estado e o Município de Pombal; Participação variável no IRS;

Foi presente à Assembleia a proposta da Câmara sobre o assunto mencionado em epígrafe, cujo teor se transcreve:

“Foi presente à reunião a Proposta n.º 19/PROP/2025, do Senhor Presidente da Câmara, datada de 2025-12-04, que a seguir se transcreve:

“Repartição de recursos públicos entre o estado e o Município de Pombal; Participação variável no IRS

Considerando que o Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais (RFALEI), estabelecido pela Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, na sua redação atual, estabelece as regras de repartição de recursos públicos entre o Estado e as Autarquias Locais;

Considerando que os artigos 25.º e 26.º do RFALEI estabelecem que aquela repartição se obtenha, de entre o mais, através de uma participação variável até 5 % no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal no Concelho, relativa aos rendimentos do ano imediatamente anterior, calculada sobre a respetiva coleta líquida das deduções previstas no n.º 1 do artigo 78.º do Código do IRS;

Considerando que o n.º 2 daquele artigo 26.º faz depender aquela participação de deliberação sobre a percentagem de IRS pretendida pelo Município, a qual deve ser comunicada por via eletrónica à Autoridade Tributária, até 31 de dezembro do ano anterior àquele a que respeitam os rendimentos;



MUNICÍPIO DE POMBAL

Considerando que, na ausência daquela deliberação ou de comunicação, o Município tem direito a uma participação de 5% no IRS (n.º 3 daquele mesmo artigo 26.º);

Considerando as opções municipais de desagramento/benefício fiscal que vêm sido seguidas por este Município;

Considerando que as deliberações dos Órgão Municipais, dos últimos três anos, ao reduzirem a taxa de 3,5% para 2,5%, traduzem um desagramento fiscal às famílias na ordem dos 2.982.508,00 EUR.

Participação variável no IRS; Receita cobrada bruta

Ano	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025*
IRS	1 204 404	1 314 838	1 366 760	1 176 789	1 154 994	873 880	987 186	1 121 442	1 195 116

** Valor inscrito no mapa 12, da LOE*

2025

Considerando que, numa política continuidade de apoio às famílias do Concelho, o Município pretende manter a percentagem de participação no IRS, em 2,5%, para os rendimentos do ano de 2026;

Proponho que, em conformidade com o disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 25.º e na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, ambos do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado em anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro (Anexo I), conjugados com o n.º 2 do artigo 26.º do Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades

Intermunicipais (RFALEI), aprovado pela Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, a Câmara Municipal delibere no sentido de solicitar que a Assembleia Municipal aprove:

a) A autorização para fixar a percentagem de participação variável no IRS, a aplicar aos rendimentos do ano de 2026, dos sujeitos passivos com domicílio fiscal no Concelho de Pombal, no valor de 2,5 %.

b) A respetiva parte de ata por minuta, para efeitos de imediata execução.”

A Câmara deliberou, por maioria, com um voto contra do Senhor Vereador João Coelho do Partido Socialista, solicitar à Assembleia Municipal:

Autorização para fixar a percentagem de participação variável no IRS, a vigorar em 2026, no valor de 2,5 %.

A aprovação da respetiva parte de ata por minuta, para efeitos de imediata execução.”

Participaram na votação os seguintes membros: Hugo Silva, Liliana Oliveira, Manuel Santos, Rui Pinhão, Carla Mariza Pereira, Rodrigo Escapa, João Coucelo, João Santos, Ana Cabral, Maria Ofélia Moleiro, Pedro Navega Ferreira, Catarina Silva, Pedro Ferraz, José Grilo Gonçalves, Tiago Marques, Filipa Portela, José Sousa, Andreia Marques, Eusébio Rodrigues, Fernando Matias, Maria Luzia Domingues, Celso Mendes, Fernando Neves, Humberto Lopes, Ricardo Grilo, Sandra Mendes, Alexandre Silva, Célio Dias, Nelson Matias, Ricardo Simões, Carla Longo, Eduardo Cacho, Guilherme Domingues, Isabel Costa, Daniel Ferreira, Rogério Santos

Colocada a proposta da Câmara a votação, foi a mesma aprovada, por maioria, com 32 votos a favor e 4 votos contra, dos membros do Partido Socialista (Manuel Santos, Rui Pinhão, Carla Mariza Pereira e Rodrigo Escapa).



MUNICÍPIO DE POMBAL

Mais foi deliberado aprovar a presente deliberação por minuta, para efeitos de execução imediata.

Ponto 2.14. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre o Estabelecimento da taxa municipal de direitos de passagem a vigorar no ano de 2026;

Foi presente à Assembleia a proposta da Câmara sobre o assunto mencionado em epígrafe, cujo teor se transcreve:

“Ponto 2.9.8. Estabelecimento da taxa municipal de direitos de passagem a vigorar no ano de 2026; Proposta n.º 21/PROP/25

Foi presente à reunião a Proposta n.º 21/PROP/2025, do Senhor Presidente da Câmara, datada de 2025-12-04, que a seguir se transcreve:

“Estabelecimento da taxa municipal de direitos de passagem a vigorar no ano de 2026

Considerando que o n.º 2 do artigo 169.º da Lei n.º 16/2022, de 16 de agosto, firma a possibilidade de estabelecimento de uma taxa municipal de direitos de passagem (TMDP) e à remuneração pela utilização de infraestruturas aptas ao alojamento de redes de comunicações eletrónicas que pertençam ao domínio público ou privativo das autarquias locais prevista no Decreto Lei n.º 123/2009, de 21 de maio;

Considerando que a TMDP, obedece, nos termos do n.º 3 aquele mesmo artigo 169.º, aos seguintes princípios:

- 1. A TMDP é determinada com base na aplicação de um percentual sobre o total da faturação mensal emitida pelas empresas que oferecem redes e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público, em local fixo, para todos os clientes finais do correspondente município;*
- 2. O percentual referido na alínea anterior é aprovado anualmente por cada município até ao fim do mês de dezembro do ano anterior a que se destina a sua vigência e não pode ultrapassar os 0,25 %.*

Considerando que a implantação, a passagem e o atravessamento dos sistemas, equipamentos e demais recursos destas empresas gera um encargo adicional de gestão do domínio municipal, que, nos termos preconizados naquela Lei, é transferível;

Considerando que o Município de Pombal tem fixado, em todos os anos, TMDP de 0,25%, resultando daí uma receita anual, que se resume no quadro abaixo:

Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP); Receita cobrada líquida

<i>Ano</i>	<i>2017</i>	<i>2018</i>	<i>2019</i>	<i>2020</i>	<i>2021</i>	<i>2022</i>	<i>2023</i>	<i>2024</i>	<i>2025 (Projeção)</i>
<i>TMDP</i>	<i>10 359,38</i>	<i>10 481,78</i>	<i>14 853,52</i>	<i>14 809,76</i>	<i>16 116,40</i>	<i>21 875,37</i>	<i>20 543,10</i>	<i>21 123,14</i>	<i>23 969,89</i>

Proponho que, em conformidade com o disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 25.º e na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, ambos do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado em anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro (Anexo I), na sua redação atual, conjugado com a n.º 2 do artigo 169.º da Lei n.º 16/2022, de 16 de agosto, a Câmara Municipal delibere solicitar à Assembleia Municipal:



MUNICÍPIO DE POMBAL

- a) Que estabeleça a Taxa Municipal de Direitos de Passagem a vigorar no ano de 2026;
- b) Que fixe em 0,25% o valor da Taxa Municipal de Direitos de Passagem a vigorar no ano de 2026;
- c) Que aprove a respetiva parte de ata, por minuta, para efeitos de imediata execução.

A Câmara deliberou, por unanimidade, solicitar à Assembleia Municipal:

- a) o estabelecimento da Taxa Municipal de Direitos de Passagem a vigorar no ano de 2026;

- b) a fixação do quantitativo de 0,25%, para a referida taxa;

- c) a aprovação da respetiva parte de ata por minuta, para efeitos de imediata execução.”

Participaram na votação os seguintes membros: Hugo Silva, Liliana Oliveira, Manuel Santos, Rui Pinhão, Carla Mariza Pereira, Rodrigo Escapa, João Coucelo, João Santos, Ana Cabral, Maria Ofélia Moleiro, Pedro Navega Ferreira, Catarina Silva, Pedro Ferraz, José Grilo Gonçalves, Tiago Marques, Filipa Portela, José Sousa, Andreia Marques, Eusébio Rodrigues, Fernando Matias, Maria Luzia Domingues, Celso Mendes, Fernando Neves, Humberto Lopes, Ricardo Grilo, Sandra Mendes, Alexandre Silva, Célio Dias, Nelson Matias, Ricardo Simões, Carla Longo, Eduardo Cacho, Guilherme Domingues, Isabel Costa, Daniel Ferreira, Rogério Santos

Colocada a proposta da Câmara a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade e por minuta, para efeitos de execução imediata.

Ponto 2.15. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre o Projeto de Operação de Reabilitação Urbana Sistemática para a Área de Reabilitação Urbana (ARU) de Vermoil;

Foi presente à Assembleia a proposta da Câmara sobre o assunto mencionado em epígrafe, cujo teor se transcreve:

“Foi presente à reunião a informação n.º 1604/INF_INT/2025, da Divisão de Urbanismo, Planeamento e Reabilitação Urbana, datada de 2025-10-03, que a seguir se transcreve:

“ASSUNTO: Projeto de Operação de Reabilitação Urbana Sistemática para a Área de Reabilitação Urbana (ARU) de Vermoil

Exma. Senhora Chefe da Divisão de Urbanismo, Planeamento e Reabilitação Urbana,

O projeto de Operação de Reabilitação Urbana Sistemática para a Área de Reabilitação Urbana de Vermoil foi apresentado à Câmara Municipal na sua reunião de 14 de agosto de 2025, tendo sido deliberado determinar a abertura do período de discussão pública, com a duração de 20 dias contados a partir do 5.º dia a seguir à publicação em Diário da República, conforme estabelecido no n.º 2 do artigo 89.º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, na sua redação atual, e de acordo com o n.º 4 do artigo 17.º do Regime Jurídico da Reabilitação Urbana.

A par do referido pedido para publicação da abertura do período de discussão pública, em cumprimento do disposto no n.º 3 do artigo 17.º do RJRU procedeu-se ao pedido de emissão de parecer não vinculativo junto do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, o qual foi emitido com parecer favorável.

O Aviso n.º 21437/2025/2, publicado no Diário da República, 2ª Série, n.º 164, de 27 de agosto, deu início ao referido período de discussão pública, que decorreu entre os dias 28 de agosto e 01 de outubro, durante o qual os interessados puderam formular reclamações, observações,



MUNICÍPIO DE POMBAL

sugestões ou pedidos de esclarecimento, sobre quaisquer questões que pudessem ser consideradas no âmbito do presente projeto.

Findo o prazo, e conforme o relatório respeitante à discussão pública em anexo a esta informação, reporta-se que até à presente data não foi apresentada qualquer participação.

No seguimento, deverá a Câmara Municipal proceder à divulgação dos respetivos resultados e, caso se mantenha o teor da decisão, o projeto de Operação de Reabilitação Urbana Sistemática para a Área de Reabilitação Urbana (ARU) de Vermoil submetido a discussão pública, constituirá a versão final para apreciação e aprovação por parte da Assembleia Municipal.

Pelo exposto, e salvo melhor opinião, sugere-se a V/ Ex. as deliberar no sentido de:

I. Proceder à divulgação dos resultados da discussão pública nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 89.º no Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, na sua redação atual;

II. Constituir o relatório referente à ponderação da discussão pública um documento anexo e integrante da presente deliberação;

III. Submeter o projeto de Operação de Reabilitação Urbana Sistemática para a Área de Reabilitação Urbana (ARU) de Vermoil a apreciação e aprovação da Assembleia Municipal, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, na sua redação atual;

IV. Solicitar à Assembleia Municipal que aprove a presente deliberação em minuta, para que a mesma possa produzir efeitos imediatos, nos termos e com os fundamentos previstos nos n.ºs 3 e 4 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual.

À consideração superior.”

Ínsitos na informação supratranscrita, encontram-se os seguintes pareceres:

- Da Chefe de Divisão de Urbanismo, Planeamento e Reabilitação Urbana:

“Exmo. Senhor Diretor Municipal, Dr. Agostinho Lopes,

Concluído o período de discussão pública da proposta de Operação de Reabilitação Urbana Sistemática (ORU) / Programa Estratégico de Reabilitação Urbana da ARU de Vermoil, e tendo em conta os elementos constantes em anexo, considero, salvo melhor entendimento, que estão reunidas as condições para que se proponha superiormente a sua remessa ao órgão Câmara Municipal, a fim de deliberar nos termos e para os efeitos previstos na presente informação.

À consideração superior.”

- Do Diretor Municipal de Gestão Integrada:

“Reúne o processo condições para ser conduzido à Câmara Municipal, para efeitos consignados nos pontos I. a IV. da informação em presença, mormente para submissão da ORU da Área de Reabilitação Urbana de Vermoil a apreciação e aprovação da Assembleia Municipal.”

- Da Vereadora do Pelouro do Urbanismo e Habitação:

“Considerando a informação apresentada e os respetivos fundamentos, sou de parecer favorável a remessa ao órgão Câmara Municipal nos termos propostos.”

A Câmara deliberou, por maioria, com uma abstenção do Senhor Vereador Fernando Matos do Partido Socialista:

a) Proceder à divulgação dos resultados da discussão pública nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 89.º no Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, na sua redação atual;

b) Constituir o relatório referente à ponderação da discussão pública um documento anexo e integrante da presente deliberação;

c) Submeter o projeto de Operação de Reabilitação Urbana Sistemática para a Área de Reabilitação Urbana (ARU) de Vermoil a apreciação e aprovação da Assembleia Municipal, nos



MUNICÍPIO DE POMBAL

termos do disposto no n.º 1 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, na sua redação atual; e

d) Solicitar à Assembleia Municipal que aprove a presente deliberação em minuta, para que a mesma possa produzir efeitos imediatos, nos termos e com os fundamentos previstos nos n.ºs 3 e 4 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, tudo nos termos propostos na informação supratranscrita.”

O **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** questionou quem pretendia intervir, tendo-se inscrito:

Daniel Ferreira (Presidente J.F. Vermoil, PPD/PSD):

“Bem, mais uma vez, boa noite a todos.

E não me querendo alongar muito, mas só dar aqui dois ou três pontos de vista sobre a ORU de Vermoil, que muito me apraz vê-la aprovada.

E contrariamente àquilo que temos estado aqui a discutir, há pouco, isto é uma visão de futuro, ou seja, é uma visão de futuro, tanto da freguesia, e da Junta de Freguesia, como do Município, porque só o simples facto de começarmos a perceber que há movimento de construção e de habitação no centro da freguesia, só com a ARU, o que fará quando a ORU estiver em execução e conseguir dar a dignidade que o centro da freguesia assim o merece.

Deixar aqui uma nota de agradecimento, obviamente, ao Município, e o desafio de tentar otimizar os prazos de aplicação da ORU, para que consigamos ter estas obras de reabilitação urbana o mais rápido possível, para conseguirmos dar dignidade aos nossos fregueses. Obrigado.”

Manuel Gonçalves (PS):

“Sobre este ponto, eu acho que é uma obra urgente, porque quem vê aquele centro de Vermoil fica um bocado assustado. E eu sou um cliente habitual do mercado domingueiro.

Mas, sobre esta matéria, queria só dois pontos.

Se li bem, na consulta pública não houve nenhum comentário, o que é revelador do desinteresse – ou eventual desinteresse – da população pelos temas do nosso Município.

Depois, aparece uma verba de 50.000€, da responsabilidade da Câmara, ou da Junta, para os bike sharing, os spot bike, e depois, para o desenvolvimento económico aparece 100.000€. Eu acho que há aqui uma grande disparidade, aplicar 50.000€ para os bike, e só 100.000€ para o desenvolvimento económico. Eu acho que nós devíamos apostar mais no desenvolvimento económico. Não é que eu tenha alguma coisa contra as bicicletas, antes pelo contrário. Mas, votamos a favor.”

Participaram na votação os seguintes membros: Hugo Silva, Liliana Oliveira, Manuel Santos, Rui Pinhão, Carla Mariza Pereira, Rodrigo Escapa, João Coucelo, João Santos, Ana Cabral, Maria Ofélia Moleiro, Pedro Navega Ferreira, Catarina Silva, Pedro Ferraz, José Grilo Gonçalves, Tiago Marques, Filipa Portela, José Sousa, Andreia Marques, Eusébio Rodrigues, Fernando Matias, Maria Luzia Domingues, Celso Mendes, Fernando Neves, Humberto Lopes, Ricardo Grilo, Sandra Mendes, Alexandre Silva, Célio Dias, Nelson Matias, Ricardo Simões, Carla Longo, Eduardo Cacho, Guilherme Domingues, Isabel Costa, Daniel Ferreira, Rogério Santos

Colocada a proposta da Câmara a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade e por minuta, para efeitos de execução imediata.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Ponto 2.16. Apresentação da proposta da Câmara sobre a Informação semestral do Auditor Externo relativo ao 1º semestre de 2025 - Para conhecimento;

Foi presente à Assembleia a proposta da Câmara sobre o assunto mencionado em epígrafe, cujo teor se transcreve:

“Ponto 2.7.1. Informação semestral do Auditor Externo relativo ao 1º semestre de 2025 - Para conhecimento

Foi presente à reunião a informação n.º 1489/INF_INT/2025, da Divisão de Administração e Finanças, datada de 2025-09-17, que a seguir se transcreve:

“ASSUNTO: Informação semestral do Auditor Externo relativo ao 1º semestre de 2025

Exmo. Sr. Diretor Municipal

Nos termos do Art.º 77º da Lei 73/2013 de 03 de setembro, na sua atual redação, as contas anuais do Município estão sujeitas a verificação por parte de um Auditor Externo, nomeado por deliberação do órgão deliberativo sob proposta do órgão executivo, de entre revisores oficiais de contas ou sociedades de revisores oficiais de contas.

Por deliberação da Assembleia Municipal de 24 de junho de 2025, foi nomeada a sociedade Forvis Mazars & Associados SROC, SA, para auditar as contas municipais, dos anos de 2025, 2026 e 2027.

Dita a alínea d) do nº 2 do referido Artº 77º que, compete ao auditor externo remeter, semestralmente, aos órgãos executivo e deliberativo da entidade, informação sobre a respetiva situação económica e financeira.

Em razão disso, o nosso revisor oficial de contas procedeu à revisão do 1º semestre de 2025, e elaborou a Informação Semestral sobre a respetiva situação económica e financeira, que se anexa.

Dando cumprimento à alínea d) do nº 2 do Artº 77º da Lei 73/2013 de 03 de setembro, o Sr. Presidente da Câmara deve remeter a referida informação da situação económica e financeira do Município do 1º semestre de 2025, ao Órgão Executivo para conhecimento que, por sua vez, a deve remeter ao Órgão Deliberativo, também, para conhecimento.”

A Câmara tomou conhecimento.”

A Assembleia tomou conhecimento.

Ponto 2.17. Apresentação do Relatório de execução orçamental da PMUGest, E.M. – 2.º trimestre 2025 - Para conhecimento;

Foi presente à Assembleia o Relatório de execução orçamental da PMUGest, E.M., relativo ao 2.º trimestre de 2025, o qual se dá por integralmente reproduzido e fica arquivado nos serviços respetivos.

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, colocou este assunto a discussão não se tendo verificado qualquer inscrição para uso da palavra.

A Assembleia tomou conhecimento.

Ponto 2.18. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre a Freguesia de Carnide – Apoio para ampliação do cemitério de Carnide – PIRIF;



MUNICÍPIO DE POMBAL

Foi presente à Assembleia a proposta da Câmara sobre o assunto mencionado em epígrafe, cujo teor se transcreve:

“Ponto 2.18.1.5. Freguesia de Carnide - Apoio para ampliação do cemitério

- PIRIF

Foi presente à reunião a Proposta n.º 14/PROP/PIRIF/2025, do Senhor Presidente da Câmara, datada de 2025-12-09, que a seguir se transcreve:

“Assunto: Apoio Financeiro para comparticipação das obras de ampliação do Cemitério de Carnide

Considerando a criação do Programa de Incentivo à Realização de Investimento pelas Freguesias (PIRIF), previsto no ponto 9 do Relatório do Orçamento de 2025, e considerando que as Grandes Opções do Plano, aprovadas e vigentes, consigam, sob os projetos 4.2.5./0201/2024/A/32 e 4.2.5./0202/2024/A/33, as dotações do PIRIF, fixadas em 1.100.000,00 EUR;

Considerando o pedido de apoio financeiro apresentado pela Junta de Freguesia de Carnide para comparticipar as despesas com obras de ampliação do Cemitério.

Considerando que intervenção visa promover a melhoria das condições deste equipamento público utilizado diariamente pelos vários fregueses;

Considerando que este investimento foi identificado pela Junta de Freguesia como prioritário para o ano 2025, no âmbito do Programa de Incentivo à Realização de Investimento pelas Freguesias.

Considerando a titularidade do edificado e a importância deste investimento para a comunidade; Considerando as atribuições do Município, nomeadamente no âmbito do equipamento urbano, promoção do desenvolvimento e ordenamento do território e urbanismo (cf. alíneas a), m) e) do n.º 2 do artigo 23º do Anexo I à Lei 75/2013, de 12 de setembro);

Considerando as competências da Câmara Municipal, designadamente “Deliberar sobre as formas de apoio a entidades e organismos legalmente existentes, nomeadamente com vista à execução de obras ou à realização de eventos de interesse para o município (...)” (cf. alínea o) do número 1 do Artigo 33º do Anexo I à Lei 75/2013, de 12 de setembro);

Propõe-se ao órgão Câmara Municipal que delibere no sentido de:

(i) Aprovar a atribuição do apoio financeiro à Freguesia de Carnide, no valor de € 36.918,72, correspondente ao valor disponível no âmbito do PIRIF 2025 para a freguesia e a 46% do valor total necessário para fazer face às despesas tidas com a obras de ampliação do Cemitério de Carnide.

(ii) Requerer a competente autorização ao órgão Assembleia Municipal, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 10.º do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios às Freguesias, publicado em Diário da República sob o aviso n.º 9665/2016, de 14 de julho.”

A Câmara deliberou, por unanimidade, nos termos do artigo 10.º do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios às Freguesias do Município de Pombal, remeter à Assembleia Municipal, para aprovação, a proposta de atribuição de um apoio à Freguesia de Carnide, sob a forma de Acordo de Colaboração, no montante de € 36.918,72 (trinta e seis mil novecentos e dezoito euros e setenta e dois cêntimos), nos termos da proposta supratranscrita.”

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal questionou quem pretendia intervir, tendo-se inscrito:

Eusébio Rodrigues (PPD/PSD):

“Boa noite, Sr. Presidente.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Na sequência da ausência da Presidente da Junta de Carnide, vou ser breve, apenas para dizer que a Junta de Freguesia e a população agradecem este apoio, no âmbito do PIRIF, porque é óbvio que estas despesas de ampliação do cemitério eram completamente inexistentes se não fosse o Município a ajudar, pelo que é um investimento de extrema necessidade, como todos sabemos, o cemitério das freguesias. Muito obrigado.”

Manuel Gonçalves (PS):

“Eu aproveito só a oportunidade de estar cá o Executivo Camarário, não é uma matéria simpática, cemitérios, mas gostaríamos de saber o que é que se passa com o Cemitério de Pombal.”

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal passou de imediato à votação do ponto:

Participaram na votação os seguintes membros: Hugo Silva, Liliana Oliveira, Manuel Santos, Rui Pinhão, Carla Mariza Pereira, Rodrigo Escapa, João Coucelo, João Santos, Ana Cabral, Maria Ofélia Moleiro, Pedro Navega Ferreira, Catarina Silva, Pedro Ferraz, José Grilo Gonçalves, Tiago Marques, Filipa Portela, José Sousa, Andreia Marques, Eusébio Rodrigues, Fernando Matias, Maria Luzia Domingues, Celso Mendes, Fernando Neves, Humberto Lopes, Ricardo Grilo, Sandra Mendes, Alexandre Silva, Célio Dias, Nelson Matias, Ricardo Simões, Carla Longo, Eduardo Cacho, Guilherme Domingues, Isabel Costa, Daniel Ferreira, Rogério Santos

Colocada a proposta da Câmara a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade e por minuta, para efeitos de execução imediata.

Ponto 2.19. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre a Freguesia de Santiago de Litém – Apoio para construção de passeios – PIRIF;

Este ponto foi retirado da ordem de trabalhos.

Ponto 2.20. Listagem de apoios atribuídos às Juntas de Freguesia para cumprimento do n.º 4 do artigo 7.º do Regulamento de Atribuição de Apoios às Freguesias - Para Conhecimento.

Foi presente à Assembleia a Listagem de apoios atribuídos às Juntas de Freguesia para cumprimento do n.º 4 do artigo 7.º do Regulamento de Atribuição de Apoios às Freguesias.

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia questionou se alguém pretendia usar da palavra, não tendo havido inscrições foi dado como cumprido o ponto para conhecimento.

A Assembleia tomou conhecimento.

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Meus senhores, esta é a primeira e última reunião ordinária deste ano. Desejo a todos um feliz Natal, um bom ano de 2026, com saúde, sobretudo, e que nos possamos encontrar todos bem no próximo mês de fevereiro, para a nossa primeira reunião ordinária do ano de 2026. Bom Natal, bom ano a todos, e às vossas famílias.”

Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, deu por finalizados os trabalhos, eram 22 horas e 30 minutos, tendo-se lavrado a presente ata, que eu Ana Maria Ferreira



MUNICÍPIO DE POMBAL

Pereira Duarte Cabral, (1.^a secretária), subscrevo e vai ser assinada por todos os membros da Mesa.

O Presidente da Mesa:

A 1.^a Secretária:

A 2.^a Secretária: